

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA PINHEIRO ROCHA

PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES E A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE RELATOS E
EXPERIÊNCIAS NA VILA PAROLIN, CURITIBA/PR

CURITIBA

2025

CAMILA PINHEIRO ROCHA

PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES E A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE JUSTIÇA
SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE RELATOS E
EXPERIÊNCIAS NA VILA PAROLIN, CURITIBA/PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Meio Ambiente e Desenvolvimento PPGMADE – Linha:
Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano.
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. e Dr. Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato
da Costa
Coorientadora: Prof. Dr. Cristina de Araújo Lima

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Rocha, Camila Pinheiro

Práticas urbanas insurgentes e a construção da noção de justiça socioambiental e climática: contribuições a partir de relatos e experiências na Vila Parolin, Curitiba/PR. / Camila Pinheiro Rocha. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Cristina de Araújo Lima

1. Movimentos sociais. 2. Justiça social. 3. Justiça ambiental. 4. Vulnerabilidade. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. III. Costa, Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da. IV. Lima, Cristina de Araújo. V. Título.

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAMILA PINHEIRO ROCHA**, intitulada: **PRÁTICAS URBANAS INSURGENTES E A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE RELATOS E EXPERIÊNCIAS NA VILA PAROLIN, CURITIBA/PR**, sob orientação do Prof. Dr. RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 10 de Julho de 2025.

Assinatura Eletrônica

05/11/2025 14:14:01.0

RODOLFO BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

05/11/2025 17:35:51.0

RAFAELA ANTUNES FORTUNATO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

05/11/2025 17:53:46.0

CARINA FOLENA CARDOSO PAES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Dedico este trabalho aos meus pais:
Edivaldo Bento e Maria Luiza são as raízes que me sustentam. Aos moradores da Vila Parolin e ao futuro da comunidade. Que a permanência das famílias, o direito à cidade, à moradia digna, a justiça socioambiental e climática sejam caminhos possíveis e reais!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, o arquiteto da vida, que me fortaleceu em todos momentos do curso de mestrado nas etapas deste trabalho.

Ao Prof. Dr Rodolfo Bezerra De Menezes Lobato Da Costa pela orientação, pelas discussões, reflexões, pela paciência, por todo empenho e dedicação como docente.

Ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) e aos professores que contribuíram para o ensino interdisciplinar. Ao prof. Dr. Tomaz Longhi Santos coordenador do programa no período em que esta pesquisa foi desenvolvida.

À CAPES, pela bolsa ofertada.

À Profa. Dra. Carina Folena Cardoso Paes, pelas valiosas contribuições após a banca de qualificação, que foram fundamentais para o amadurecimento deste trabalho. Aos membros convidados da banca, pelo aceite e pelas contribuições.

À coorientadora, Profa. Dra. Cristina de Araújo Lima, pela confiança, incentivo e importantes contribuições para a etapa final da pesquisa.

Aos meus colegas, amigos e aos laços afetivos que o MADE me proporcionou. Em especial as minhas amigas Fernanda Gewehr e Camila Lobato que foram minhas principais parceiras ao longo do curso.

Aos meus amigos de Goiás que sempre estiveram comigo, mesmo de longe. A distância foi apenas geográfica, nossas conexões sempre resistiram aos limites de tempo e espaço. À minha amiga Amanda Rodrigues, arquiteta e artista conhecida como Amanda Brasil, que me acompanha desde a infância. Aos moradores e lideranças da Vila Parolin, pela disposição em compartilhar suas experiências, contribuindo para o enriquecimento do trabalho.

Aos meus pais Edivaldo Bento e Maria Luiza, que me apoiaram nas minhas decisões e acreditaram em mim. E por fim, ao meu parceiro Rafael Boschi que caminhou ao meu lado com presença, cuidado e suporte em todos os momentos dessa jornada.

Obrigada a todos. Com gratidão!



“As cidades têm a capacidade de proporcionar algo a todos, apenas porque, e somente quando, são criadas por todos.”

JANE JACOBS

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo identificar práticas urbanas insurgentes em territórios populares à luz da justiça socioambiental e climática, visando contribuir para o debate sobre o modo de produção das cidades contemporâneas nos países do Sul Global. O objeto de estudo escolhido foi a comunidade Vila Parolin, em Curitiba, uma área emblemática que, embora localizada em uma região estratégica da cidade, enfrenta precariedades relacionadas à habitação, à infraestrutura urbana e às condições de vulnerabilidade socioambiental. Partindo do reconhecimento de que o planejamento urbano formal não contempla plenamente as políticas públicas e os serviços básicos à comunidade, a pesquisa buscou responder de que forma os moradores da Vila Parolin contribuem para que as lógicas neoliberais de produção da cidade sejam repensadas. Pressupõe-se que, apesar dos riscos socioambientais e da falta de políticas públicas eficazes, os moradores desejam permanecer no bairro, apoiados em vínculos sociais e afetivos. Diante desse contexto de resistência, pressupõe-se que emergem práticas urbanas insurgentes que revelam a capacidade da comunidade de resistir, se reorganizar e ressignificar o território por meio de soluções coletivas cotidianas. A metodologia adotou um percurso investigativo em etapas, fundamentado no Arco de Maguerez e baseado na observação da realidade, incluindo entrevistas com os moradores e registro de diário de campo. Os dados foram analisados por meio de uma matriz analítica que subsidiou a construção da discussão teórico-empírica. Os resultados revelam que os moradores, por meio dessas práticas, ressignificam o território, enfrentam as limitações do urbanismo formal e demonstram que a produção da cidade pode ser mais inclusiva, sendo construída a partir dos modos de vida e saberes dos territórios populares, em consonância com a filosofia do bem-viver. Destaca-se que a promoção da justiça socioambiental só será possível mediante uma transformação paradigmática, com potencial para enfrentar as desigualdades socioambientais, assegurar equidade para grupos historicamente marginalizados e superar o modelo de desenvolvimento baseado na exploração, garantindo condições para uma vida digna e saudável, logo contribuir na construção de cidades mais justas e resilientes.

Palavras-chave: Práticas urbanas insurgentes; Justiça Socioambiental e climática; Movimentos sociais urbanos; Vulnerabilidade socioambiental; Vila Parolin - Curitiba.

ABSTRACT

This dissertation aimed to identify insurgent urban practices in popular territories through the lens of socio-environmental and climate justice, in order to contribute to the debate on the mode of production of contemporary cities in countries of the Global South. The object of study chosen was the community of Vila Parolin, in Curitiba, an emblematic area that, although located in a strategic region of the city, faces precarious conditions related to housing, urban infrastructure, and socio-environmental vulnerability. Based on the recognition that formal urban planning does not fully address public policies or provide basic services for the community, the research sought to answer how the residents of Vila Parolin contribute to rethinking the neoliberal logics of urban production. The study is grounded on the assumption that, despite socio-environmental risks and the lack of effective public policies, residents wish to remain in the neighborhood, supported by social and affective bonds. Within this context of resistance, it is argued that insurgent urban practices emerge, revealing the community's capacity to resist, reorganize, and re-signify the territory through everyday collective solutions. The methodology followed a staged investigative approach, grounded in the Maguerez Arch and based on the observation of reality, including interviews with residents and records kept in a field diary. The data were analyzed using an analytical matrix that supported the construction of the theoretical-empirical discussion. The results reveal that residents, through these practices, re-signify the territory, confront the limitations of formal urbanism, and demonstrate that the production of the city can be more inclusive, built from the ways of life and knowledge of popular territories, in line with the philosophy of *Buen Vivir*. It is emphasized that the promotion of socio-environmental justice will only be possible through a paradigmatic transformation, with the potential to confront socio-environmental inequalities, ensure equity for historically marginalized groups, and overcome a development model based on exploitation, guaranteeing conditions for a dignified and healthy life and, therefore, contributing to the construction of more just and resilient cities.

Keywords: Insurgent urban practices; Socio-environmental and climate justice; Urban social movements; Socio-environmental vulnerability; Vila Parolin – Curitiba

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - “Quando a cidade toca as nuvens”- Edifícios em Curitiba	14
Figura 02 - O processo de leitura do território	24
Figura 03 - Adaptação da metodologia arco de Magueréz	28
Figura 04 - Passos para etapa de teorização	28
Figura 05 - Colagem (in) justiça socioambiental: Natureza, cidade e vulnerabilidade	38
Figura 06 - Paisagem urbana contrastante em Curitiba: Vista da Parolin para o Centro	68
Figura 07 - Mapa da localização da região Sul do Brasil com enfoque na divisão administrativa do município de Curitiba	70
Figura 08 - Linha do tempo de Curitiba	72
Figura 09 - Áreas verdes de lazer de Curitiba	74
Figura 10 - Espacialização das ocupações irregulares e da renda mediana por regiões em Curitiba no ano de 2000	79
Figura 11 - Espacialização das ocupações irregulares e da renda mediana por regiões em Curitiba no ano de 2019.....	80
Figura 12-Paisagem urbana: entre a Vila Parolin e os edifícios centrais de Curitiba.....	89
Figura 13- Localização das regionais administrativas de Curitiba	90
Figura 14- Espacialização da ocupação Vila Parolin e curso d’água.....	91
Figura 15 - Linha do tempo de fatos históricos e o processo de urbanização da Vila Parolin em Curitiba.....	92
Figura 16- Evolução da ocupação no entorno do Rio Vila Guaíra, no bairro Parolin	94
Figura 17 - Rio Vila Guaíra no contexto da Bacia do Rio Belém em Curitiba-PR	96
Figura 18- Rio Vila Guaíra no contexto da Vila Parolin e bairros próximos	97
Figura 19- Imagem do território da Vila Parolin antes e depois das obras	99
Figura 20- Mapa de riscos decorrentes das mudanças climáticas na Vila Parolin	100
Figura 21- Morador na Rua Professor Porthos Velozo, no Parolin, um dos pontos mais afetados pelas enchentes	102
Figura 22- Logotipo da RECC e lema de atuação.....	105
Figura 23- Mapa de regiões prioritárias definidas pela RECC	107
Figura 24- Linha do tempo das principais ações comunitárias da RECC	109
Figura 25 - Moradores da Vila Parolin na Oficina Climática	114
Figura 26- Preparação de mudas para distribuição na Vila Parolin	118
Figura 27 - Termo de doação	119
Figura 28- Mudas para distribuição na Vila Parolin	120
Figura 29- VENHA, PODE ENTRAR	124
Figura 30 - Fotografia da entrevista com a moradora	125
Figura 31- Mudas para distribuição na Vila Parolin	126
Figura 32 -Registro fotográfico realizado em rua, da Vila Parolin	130
Figura 33 - Elaboração da matriz swot para a realidade da Vila Parolin	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Síntese da estrutura metodológica da pesquisa.....	25
Quadro 02- Critérios de seleção da fundamentação teórica	28
Quadro 03- Relação de conceitos e autores da fundamentação teórica	29
Quadro 04 - Distribuição áreas verdes de Curitiba por zonas e regionais administrativas.....	75
Quadro 05 - Histórico de áreas irregulares em Curitiba nos anos de 1970 a 2009.....	78
Quadro 06- Principais eventos extremos e acontecimentos relacionados, ocorridos na Vila Parolin (2015-2025)	101

LISTA DE SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAU/PR- Conselho Arquitetura e Urbanismo do Paraná

COHAB- Companhia de Habitação Popular de Curitiba

GEE- Gases de Efeito Estufa

GT: Grupos de trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IAT- Instituto Água e Terra

IPCC- *Intergovernmental Panel on Climate Changes* (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

IPPUC- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba

NUC- Núcleo Urbano Central

PAC- Programa de Aceleração do Crescimento

PDD- Plano Diretor De Drenagem Urbana

PLANCLIMA - Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Curitiba

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

PPGMADE -Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento

RECC -Rede Curitiba Climática

RMC Região Metropolitana De Curitiba

SIMEPAR- Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná

SWOT- *Strenghts Opportunities Waekness Threats* (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)

ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

ONG- Organização Não Governamental

UFPR -Universidade Federal do Paraná

UTFPR- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: TÓPICOS PARA REPENSAR O PLANEJAMENTO DE CIDADES CONTEMPORÂNEAS	12
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO DE PESQUISA	18
1.2 OBJETIVOS	19
1.2.1 Objetivo Geral	19
1.2.2 Objetivo Específicos	19
1.3 JUSTIFICATIVA	19
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
2.1 O PROCESSO INVESTIGATIVO	25
2.2 ETAPAS DA PESQUISA	26
2.3 A PESQUISA DOCUMENTAL	29
2.4 O CAMPO DE PESQUISA: RECORTE TEMPORAL E TERRITORIAL.....	30
2.4.1 Entrevistas e detalhamento da amostra	32
2.4.2 Limitações da amostra	33
2.4.3 O diário de campo como instrumento na pesquisa científica	35
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
3.1 ASPECTOS DA PRODUÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA NEOLIBERAL EM PAÍSES PERIFÉRICOS	38
3.1.1 Contrastes da cidade neoliberal: uma questão acerca do urbanismo de risco	41
3.1.2 Aspectos da cidade formal e informal: considerações sobre o mercado imobiliário em Curitiba	44
3.2 O PLANEJAMENTO URBANO TRADICIONAL E AS PERSPECTIVAS DO URBANISMO INSURGENTE EM CIDADES BRASILEIRAS	46
3.2.1 Urbanismo insurgente: entre a cooptação neoliberal e a construção de novas práticas urbanas	49
3.3 A NOÇÃO DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E O CONTEXTO URBANO CONTEMPORÂNEO	53
3.3.1 Vulnerabilidade socioambiental	57
3.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O CONTEXTO CLIMÁTICO EMERGENTE EM TERRITÓRIOS POPULARES	58
3.5 JUSTIÇA CLIMÁTICA JÁ! Reflexões sobre o ativismo climático em Curitiba	61
4. CURITIBA: CONTRASTES ENTRE O PLANEJAMENTO E A DESORDEM URBANA	66
4.1 ASPECTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA	68
4.2 PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS, URBANAS E HABITACIONAIS DE CURITIBA	75
4.3 O PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA DE CURITIBA (PLANCLIMA)	80
4.3.1 Apresentação do PLANCLIMA	81
4.3.2 Tópicos de análise do PLANCLIMA : Os eventos extremos e a questão da (in) justiça socioambiental no contexto de Curitiba	83
5. A VILA PAROLIN NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES	

SOCIOAMBIENTAIS DE CURITIBA	87
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE CAMPO.....	89
5.1.1 Contextualização da Vila Parolin e Histórico de Ocupação	89
5.1.2 A Bacia Hidrográfica do Rio Vila Guaíra no contexto socioambiental da Vila Parolin	94
5.1.3 Histórico de obras na Bacia Hidrográfica do Rio Vila Guaíra	96
5.2 “A ARTE DE TECER REDES”: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O TERRITÓRIO	102
5.2.1 Apresentação, propósito e histórico da Rede Curitiba Climática	103
5.2.2 A oficina da realidade climática em Curitiba: Experiência na Vila Parolin	110
5.2.3 “ <i>A crise climática atinge a todos, mas não da mesma forma!</i> ”: Relato com membro da RECC- ENTREVISTADO 1.....	114
5.3 OBSERVAÇÃO DA REALIDADE: PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EM CAMPO JUNTO A RECC PARA OFICINA DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS NA VILA PAROLIN	116
5.3.1 Reflexões sobre a primeira etapa: Caminhos abertos para imersão a campo ...	120
6. “VOZES QUE REVELAM”: UMA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE	122
6.1 <i>VENHA, PODE ENTRAR</i> ”: RELATOS E MEMÓRIAS DE REPRESENTATIVIDADES DO BAIRRO	123
6.1.1 “ <i>Antes, as ruas eram becos, não tínhamos água encanada, nem esgoto</i> ”: ENTREVISTADA 2	124
6.1.2 “ <i>Você anda aqui e não vê um pé de flor!</i> ”: ENTREVISTADO 3	130
6.2. CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA E DISCUSSÃO	134
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICES	149
APÊNDICE 1- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA MEMBRO RECC	149
APÊNDICE 2- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA VILA PAROLIN	152
APÊNDICE 3- MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO	156
ANEXOS	159
ANEXO 1- MAPA AMPLIADO: OCUPAÇÕES IRREGULARES- PAROLIN.....	159



1. INTRODUÇÃO

**TÓPICOS PARA REPENSAR O PLANEJAMENTO DE
CIDADES CONTEMPORÂNEAS**



1. INTRODUÇÃO: TÓPICOS PARA REPENSAR O PLANEJAMENTO DE CIDADES CONTEMPORÂNEAS

Figura 01 - “Quando a cidade toca as nuvens”- Edifícios em Curitiba



Fonte: Acervo pessoal (2022)

As cidades contemporâneas enfrentam desafios cada vez mais complexos impulsionados pelo agravamento das desigualdades sociais e pela intensificação das problemáticas socioambientais. A lógica de produção urbana orientada por dinâmicas capitalistas contribuiu para aprofundar a exclusão social e a degradação ambiental (Harvey, 2014). Os grupos sociais mais vulnerabilizados são desproporcionalmente expostos aos riscos socioambientais (Acseirad, 2009), sendo frequentemente excluídos dos processos decisórios que afetam seus territórios e modos de vida.

O planejamento urbano, frequentemente orientado por lógicas de mercado e pelo paradigma do crescimento econômico, limita-se diante da complexidade dos desafios atuais, como a desigualdade territorial e a precarização da vida urbana. Esses desafios se tornam ainda mais agravantes quando se considera o contexto de emergência climática (IPCC, 2022) ¹ ressaltando a urgência de ações para mitigação dos efeitos climáticos. Os múltiplos riscos contemporâneos (como a crise climática, pandemias e ameaças ambientais) são socialmente produzidos e distribuídos de forma desigual (Beck, 2011), construindo por um lado, uma perspectiva de conexão entre as questões ambientais-sociais e por outro, um cenário de complexidades e incertezas.

Nesse contexto, essa reflexão teórica busca tensionar as práticas tradicionais de produção da cidade, questionando a centralidade de modelos homogeneizadores e excludentes, abrindo espaço para perspectivas insurgentes e colaborativas, capazes de reconhecer a diversidade de experiências urbanas, e na busca por justiça socioambiental e climática. A crítica ao planejamento urbano convencional, se sustenta no fato de que, ao privilegiar os interesses do capital imobiliário, são reforçadas as dinâmicas de segregação socioespacial e a invisibilização das populações vulneráveis.

Diante disso, emerge a inquietação sobre a necessidade de repensar os modos de planejar as cidades, uma vez que o agravamento da crise climática tem evidenciado as limitações estruturais do urbanismo formal — construído sob a lógica capitalista — que acaba por reproduzir desigualdades históricas e perpetuar as injustiças socioambientais (Harvey, 2014).

A seguinte pesquisa de abordagem qualitativa se desenvolve em uma área ocupada de maneira orgânica na cidade de Curitiba, capital do Paraná. Embora o município seja planejado, há áreas cujas pré-existências foram desconsideradas pelas políticas urbanas, por se tratarem de ocupações consideradas irregulares no tecido urbano. Esse contexto revela as contradições entre o idealismo da cidade formal e a realidade dos territórios populares ou informais, onde emergem dinâmicas próprias de organização urbana, já que o planejamento institucionalizado não considerou essa porção da cidade.

Essa realidade mostra que a omissão do poder público diante de determinadas áreas, não apenas nega direitos básicos à população residente, mas também reforça a produção de uma

¹ *Intergovernmental Panel on Climate Changes* (IPCC) é o órgão das Nações Unidas para avaliar a ciência relacionada às Mudanças Climáticas. Os relatórios do IPCC alertam para a necessidade de reduções nas emissões de gases de efeito estufa para limitar o aquecimento global.

cidade fragmentada. Nessa conjuntura, alguns territórios são sistematicamente marginalizados, devido ao caráter seletivo do urbanismo institucionalizado, que direciona o planejamento urbano para atender à lógica da valorização imobiliária. Esse movimento privilegia áreas de interesse econômico estratégicas, enquanto transfere os custos socioambientais para os mais pobres.

À luz desse contexto, se consolidou o interesse da autora da dissertação por temas relacionados ao meio ambiente e planejamento urbano, inquietações que já se faziam presentes desde a graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Goiás, na cidade de Goiás, situada na porção noroeste do estado goiano, onde questões como a perda da qualidade de vida urbana, os impactos socioambientais e a precariedade habitacional despertaram reflexões iniciais e marcaram o início de sua trajetória acadêmica.

O interesse foi fomentado com a participação em projetos de pesquisa e extensão no período de graduação. O projeto de pesquisa na área de Planejamento Urbano e Climático, permitiu uma abordagem inicial sobre o tema e realizou sistematização de ações visando uma melhor qualidade ambiental e de vida no município de Goiás-GO. Já o projeto de extensão com a temática “Experiências com melhoria habitacional na cidade de Goiás” objetivou melhorias em residências de interesse social em bairros periféricos, com a prestação de serviço de assessoria técnica para os moradores de baixa renda, que habitam em residências construídas por programas de habitação popular como o PMCMV. Nas proximidades também havia situações de ocupação irregular em áreas inadequadas para habitação. No geral, essa experiência permitiu uma primeira proximidade empírica com as questões sociais e ambientais em uma área urbana consolidada.

Com o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMade), da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de *Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano*, foram fornecidos instrumentos teóricos, conceituais e práticos para uma abordagem da problemática socioambiental com enfoque interdisciplinar. Marcado por fundamentos híbridos, o pensamento socioambiental é polinizado por disciplinas interessadas no debate (Floriani; Mesquita, 2020) e requer diálogos que superem as limitações disciplinares. A área interdisciplinar pode ser uma alternativa para tecer novos diálogos com a sociedade, visando responder problemas complexos e híbridos, como por exemplo, as questões que envolvem meio ambiente e desenvolvimento (Cesco, 2011; Raynaut, 2011).

Dentre as bibliografias apresentadas no PPGMADE, um dos livros de maior relevância pessoal e acadêmica para a autora, ao se tratar do nexo da questão ambiental e social foi “Injustiça Ambiental” de Acselrad et al.(2009). A obra se refere à distribuição desigual dos impactos e riscos ambientais, que geralmente são destinados às populações dotadas de menores condições socioeconômicas.

O marco inicial desta pesquisa foi a participação da autora, como ouvinte, na palestra do professor Henri Acselrad durante o Seminário Internacional Renaturalização das Cidades e Redução da Crise Socioambiental, organizado pelo CAU/PR e realizado em junho de 2023, no Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba. Na ocasião, o professor discutiu o papel das cidades no enfrentamento das mudanças climáticas e das injustiças ambientais, denunciando a distribuição desigual dos riscos socioambientais que recaem, sobretudo, sobre grupos sociais despossuídos e racializados.

A partir desse encontro e das reflexões suscitadas, a presente pesquisa emerge da interseção entre inquietações acadêmicas e pessoais, tomando como ponto de partida a realidade urbana de um território específico, as experiências vivenciadas e a observação das dinâmicas urbanas e socioambientais locais. Parte-se da compreensão de que as cidades contemporâneas são estruturadas por dinâmicas capitalistas neoliberais e institucionais que reforçam desigualdades e invisibilizam as populações vulneráveis. Diante disso, esta dissertação surge com o propósito de questionar os modos de produção do espaço urbano e a compreender como práticas urbanas insurgentes podem tensionar as lógicas historicamente excludentes, contribuindo para repensar aspectos do planejamento urbano e na promoção da justiça socioambiental e climática.

A estrutura da dissertação difere da forma acadêmica tradicional, pois inicia-se com a observação do território. Este percurso metodológico se embasa na proposta do Arco de Maguerez, que parte da observação e problematização da realidade empírica, que orienta posteriormente a etapa de busca teórica. A dissertação está estruturada em sete capítulos. Neste primeiro capítulo, há uma breve reflexão teórica sobre a importância de repensar as cidades contemporâneas. No decorrer dos tópicos serão apresentados o *problema de pesquisa*, o *objetivo geral*, os *objetivos específicos* e a *justificativa*.

No segundo capítulo são apresentados os *procedimentos metodológicos*, na qual é descrito todo o processo investigativo bem como, as etapas da pesquisa, o campo empírico e detalhada o recorte da pesquisa. Já o terceiro capítulo é a construção do referencial teórico sobre os conceitos principais da pesquisa: urbanismo de risco, justiça socioambiental e climática, movimentos sociais populares urbanos, vulnerabilidade socioambiental e práticas urbanas insurgentes.

O quarto capítulo fundamenta a pesquisa, fazendo uma breve contextualização histórica do processo de desenvolvimento urbano e habitacional de Curitiba, aprofunda nas questões socioambientais aliados ao conceito de justiça socioambiental e apresenta uma construção histórica da Vila Parolin desde o seu surgimento até os dias atuais. O quinto capítulo nomeado como “*A arte de tecer redes*” apresenta a construção da linha do tempo das principais ações comunitárias da Rede Curitiba Climática (RECC) que se configura como um movimento pós pandemia de fortalecimento na luta por justiça socioambiental. A fim de refletir como o território, as lutas coletivas e os movimentos sociais urbanos se relacionam, em tempos de emergência climática.

O sexto capítulo “*Vozes que revelam*” reúne as experiências, relatos de campo das visitas realizadas no território e as entrevistas com líderes comunitários da Vila Parolin. Busca-se revelar, como eles vivenciam e compreendem os desafios socioambientais e do território, bem como identificar as expressões de resistência e insurgências, que atuam como práticas contra hegemônicas aos modos de produção das cidades contemporâneas. No final do capítulo, foi estruturado tópicos de análises através de cruzamento de dados obtidos na pesquisa.

Posteriormente, no sétimo capítulo são demonstradas as *considerações finais*.

Finalmente, são apresentadas as referências utilizadas na dissertação.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E QUESTÃO DE PESQUISA

A princípio, retomando o contexto das contradições entre o idealismo da cidade formal e a realidade dos territórios populares, a seguinte pesquisa acontece na comunidade Vila Parolin, localizada nas proximidades da área central de Curitiba, que se configura como um território emblemático para esta investigação. A Vila Parolin teve início em 1953 e, por meio de sucessivas ocupações espontâneas, o adensamento populacional expandiu-se até as margens de um curso d'água (o Rio Vila Guaíra) a aproximadamente 3 km do centro de Curitiba, trata-se de uma região de ocupação urbana inserida na Bacia do Rio Belém.

A localização privilegiada no tecido urbano de Curitiba, expôs a comunidade às pressões da especulação imobiliária. Apesar da inserção privilegiada no tecido urbano, a área enfrenta precariedades relacionadas à habitação, infraestrutura urbana e apresenta condições de vulnerabilidade socioambiental. Muitas habitações precárias foram construídas em terrenos próximos a cursos d'água e em áreas de preservação permanente (APPs), no qual a comunidade se consolidou ao longo do tempo pela ocupação e resistência dos moradores.

Por outro lado, a Vila Parolin constitui um espaço vivo, marcado por práticas sociais, articulações comunitárias e experiências que desafiam a lógica dominante da cidade formal e planejada. A apropriação deste pelos moradores criou e recriou diversas posições, pelos seus modos de vida coletivos, que desafiam a lógica do urbanismo convencional tecnocrata. Diante disso, considerando que o planejamento urbano formal não contempla plenamente as políticas públicas e serviços básicos à comunidade, a tentativa será, portanto, de responder à seguinte pergunta: Como as práticas cotidianas dos moradores da Vila Parolin contribuem para repensar os modos neoliberais de produção da cidade em Curitiba?

A pesquisa parte da hipótese de que, apesar da constante exposição a riscos socioambientais e da ausência de políticas públicas eficazes, os moradores da Vila Parolin expressam o desejo de permanecer no território e projetam expectativas de melhorias para o futuro do bairro. Essa permanência está ancorada em vínculos sociais e afetivos que vão além da dimensão socioeconômica. Logo, pressupõe-se que emergem práticas urbanas insurgentes aos modos de produção da cidade capitalista neoliberal, que surgem como formas alternativas de adaptação socioambiental e climática. Isso demonstra a participação ativa da comunidade na produção do território, articulando soluções coletivas e práticas cotidianas a partir de saberes locais.

Esse debate abre espaço para múltiplas abordagens. Nesse sentido, a presente dissertação, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR), adota uma perspectiva interdisciplinar, articulando diferentes métodos diante das complexidades socioambientais do território estudado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar práticas urbanas insurgentes em territórios populares à luz da justiça socioambiental e climática, buscando contribuir no debate da dinâmica de (re)produção das cidades contemporâneas nos países do Sul Global.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Promover um debate sobre a produção da cidade capitalista neoliberal em países periféricos, relacionando com as ações/omissões do poder público municipal e as pressões do mercado imobiliário em Curitiba.
2. Construir um referencial teórico sobre os conceitos de justiça socioambiental e climática, urbanismo de risco, movimentos sociais, vulnerabilidade socioambiental e práticas urbanas insurgentes.
3. Identificar as regiões que podem estar mais expostas aos riscos em socioambientais em Curitiba-PR
4. Construir uma aproximação comunitária, com o apoio da atuação da Rede Curitiba Climática (RECC) como mediadora da pesquisa de campo.
5. Identificar as possíveis expressões resistência e as insurgências urbanas na Vila Parolin que podem ser interpretadas como práticas contra hegemônicas frente ao urbanismo tradicional.

1.3 JUSTIFICATIVA

A partir dos objetivos, desdobra-se algumas reflexões sobre as possibilidades de repensar o modo em que as cidades contemporâneas estão sendo (re)produzidas. O tema é proposto a partir de uma abordagem interdisciplinar que ressoa com a linha de pesquisa “Urbanização, cidade e ambiente urbano” do PPGMADE/UFPR. Essa crítica revela-se necessário diante do aprofundamento das desigualdades sociais, da intensificação dos riscos climáticos e da omissão

do poder público e da limitação do urbanismo tradicional em responder às vulnerabilidades que afetam as populações em situação de maior fragilidade. Ao questionar os modelos hegemônicos de planejamento e gestão urbana, busca-se destacar a urgência de práticas mais justas, inclusivas e sensíveis à realidade do território, capazes de articular justiça socioambiental e climática.

Torna-se imprescindível reconhecer que a produção das cidades em países periféricos, (como os do Sul Global) é marcada por processos desiguais de urbanização, nos quais a exclusão socioespacial e a precariedade habitacional se tornam ainda mais evidentes. Essa realidade se conecta às contribuições da ciência socioambiental contemporânea, que mostra a emergência climática como um desafio mundial, mas com efeitos desproporcionais sobre os territórios periféricos.

Nos âmbitos socioambiental, urbano e econômico, nota-se a urgência de uma mudança de paradigma que seja coerente aos desafios contemporâneos. Essa questão precisa ser situada a partir do Sul Global, incorporando as vozes historicamente silenciadas e subalternizadas. Isso porque o conflito extrapola a esfera urbanística, revelando dimensões estruturais, na medida em que valores, culturas e diferentes formas de compreender o mundo determinam a produção de (in)justiças socioambientais e urbanas.

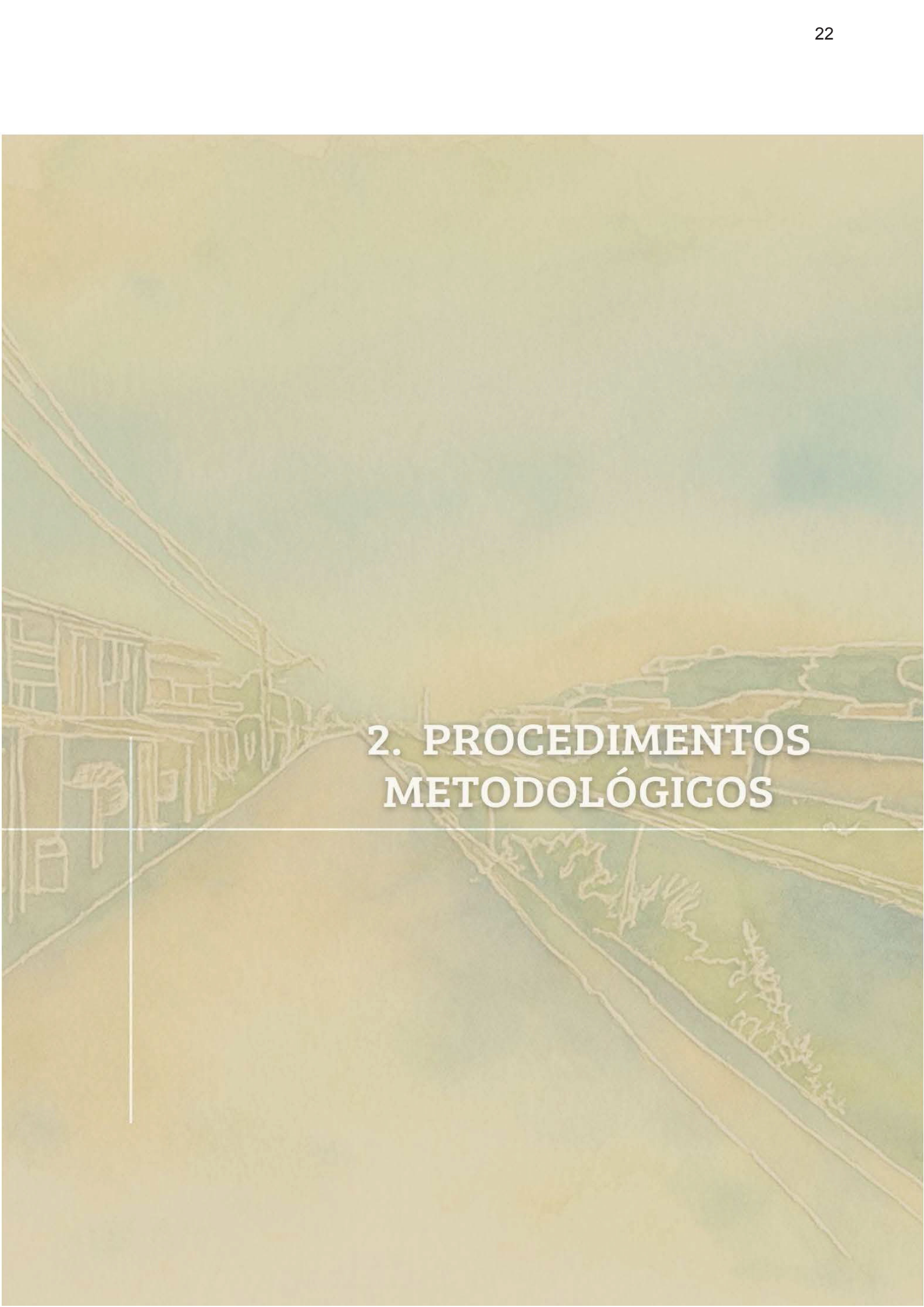
Essa perspectiva se impõe não apenas pela existência de uma crise socioambiental global, que coloca em risco as próximas gerações humanas e não-humanas, mas também pela urgência em repensar as formas de produção e planejamento das cidades, em especial no Sul Global, em que os efeitos da emergência climática se manifestam de maneira mais intensa e desigual.

Reconhece-se que, atingir a meta do Acordo de Paris para manter o aumento da temperatura média global a menos de 2 graus acima dos níveis industriais e promover esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5° C acima dos níveis pré-industriais (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2015) pressupõe a transição para uma economia menos poluente, visando conter o agravamento do aquecimento global e, por conseguinte, das mudanças climáticas.

Em face da urgência das discussões socioambientais a nível global, a presente pesquisa parte do território da Vila Parolin, em Curitiba, para compreender como as vulnerabilidades socioambientais urbanas revelam a omissão do poder público e a insuficiência do urbanismo tradicional na formulação de políticas públicas adequadas para a realidade de algumas áreas da cidade, como os territórios populares. Tais elementos tornam-se ainda mais graves quando confrontados com a realidade da crise climática contemporânea. Assim, esta dissertação resulta

de uma trajetória de investigação crítica, desenvolvida no âmbito do PPGMADE/UFPR, que busca articular o contexto global aos problemas locais do recorte estudado, adotando uma perspectiva que integra o macro e o micro.

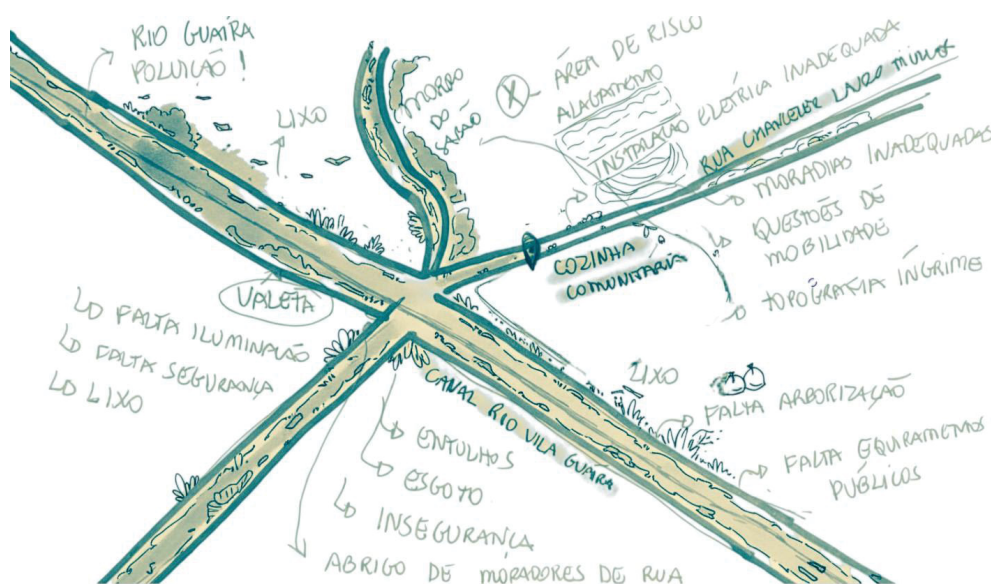
Tais fatos, por si só, evidenciam a contemporaneidade, a urgência e a relevância de se repensar as questões relativas ao planejamento urbano tradicional nas cidades contemporâneas, especialmente diante do contexto de desigualdades socioambientais e dos impactos da emergência climática. Espera-se que, esta pesquisa contribua para além da compreensão crítica dessas problemáticas, mas também no fortalecimento e na participação dos territórios populares em condições de vulnerabilidade nos processos de decisão política e na formulação de propostas urbanísticas mais justas e inclusivas.



2. PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Figura 02 - O processo de leitura do território



Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

A seguinte pesquisa tem como objeto de estudo a Vila Parolin, uma ocupação urbana localizada em Curitiba-PR, no bairro Parolin. A construção da estrutura metodológica desta pesquisa teve como finalidade organizar, de forma clara e objetiva, os elementos que orientaram o processo investigativo. Cunhada em uma abordagem qualitativa, a pesquisa foi guiada pelo caminho metodológico do Arco de Maguerez, conforme descreve Berbel (1995, 1998, 1999), no qual o estudo se inicia através de inquietações relacionadas à observação de um contexto real.

Como categoria metodológica, adotou-se a mediação, fundamentada por Brandão (2002) e Santos (2006), que permitiu uma primeira aproximação com o campo e estabelecimentos de vínculos com os sujeitos da pesquisa. Quanto aos métodos de coleta, utilizou-se a entrevista semi estruturada, baseada em um roteiro previamente elaborado, para possibilitar a captação de relatos organizados a partir de um roteiro flexível (Gil, 2008).

Nesse sentido, foi utilizado a escuta ativa/sensível como técnica de pesquisa, que conforme destacam Moura e Giannella (2016) esse tipo de escuta é qualificada como uma arte que vai além do ouvir, é um olhar em vários níveis que vai desde si, até o outro, o grupo e ao contexto, pois, parte da observação atenta, incluindo os sentidos, as sensações e reflexões. Por fim, como instrumento de pesquisa foi usado o gravador de áudio, croquis, fotografias e anotações de campo, segundo Bogdan e Biklen (1994), o uso desses recursos possibilita

enriquecer as análises e auxiliar na construção das representações espaciais e registro de percepções do campo pesquisado. Diante desse arranjo metodológico, elaborou-se uma síntese dos elementos que estruturam a metodologia da pesquisa (Quadro 1).

Quadro 01- Síntese da estrutura metodológica da pesquisa.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS	TIPO/ESTRATÉGIA	REFERÊNCIAS CONCEITUAIS	OBJETIVOS DOS ELEMENTOS NA PESQUISA
Abordagem	Qualitativa	BERBEL (1995) IDEM (1998) IDEM (1999)	Com o intuito de guiar o processo de pesquisa em cinco etapas (observação, problematização, teorização, hipóteses de explicação e discussão da realidade).
Caminho metodológico	Arco de Maguerez (problematizadora)		
Categoria metodológica	Mediação	BRANDÃO (2002) SANTOS (2006)	Viabilizar a aproximação com o campo, através de uma mediação de campo (grupo que realiza ações no território).
Método de coleta	Entrevista semi-estruturada	GIL (2008)	Coletar relatos sensíveis dos moradores organizados a partir de um roteiro flexível.
Técnica de pesquisa	Escuta Ativa	MOURA E GIANELLA (2016)	Favorecer a criação de um ambiente de confiança, que estimule narrativas detalhadas sobre a realidade dos moradores locais.
Ferramenta de pesquisa	Matriz SWOT		Sistematizar dados
Instrumentos de coletas de dados	Gravador de áudio, croquis, fotografias e anotações de campo	BOGDAN E BIKLEN (1994)	Auxiliar nas representações espaciais/ visuais, nos relatos e percepções sobre o espaço.

Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Além dos procedimentos metodológicos utilizados, foi realizada uma pesquisa documental secundária, por meio de reportagens veiculadas na mídia local, que contribuíram para evidenciar situações que ilustram situações de vulnerabilidades socioambientais, como alagamentos, incêndios e riscos associados às condições climáticas. Esse levantamento documental não se restringe à mera consulta de materiais, envolvendo uma leitura crítica e contextualizada, a fim de interpretar os documentos como construções sociais Cellard (2008).

No contexto deste trabalho, foi utilizado como um instrumento complementar para contribuir na análise e na compreensão dos desafios enfrentados pela comunidade.

2.1 O PROCESSO INVESTIGATIVO

Para guiar o processo investigativo a pesquisa adota como referencial metodológico o *Arco de Maguerez*, que se configura como uma metodologia de abordagem problematizadora utilizada no contexto educacional. Partindo do princípio de que a transformação só é possível a partir de uma compreensão da realidade vivida, construindo saberes por meio da interação entre prática e teoria. Antes de descrevê-lo é importante destacar que o *Arco de Maguerez* será utilizado como guia para as etapas de investigação da pesquisa, desde a aproximação inicial com o objeto de estudo até a sistematização das análises e discussão dos resultados.

O viés da problematização tem suas raízes na educação crítica e problematizadora de Paulo Freire. É importante evidenciar que o termo Metodologia da Problematização tem sido utilizado por autores, como Berbel e demais outros, para expressar a ideia de prática e reflexão (*práxis*) presente no conceito desta metodologia.

Figura 03 - Adaptação da metodologia arco de Maguerez



Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

O esquema do arco foi elaborado no século XX em 1970 por Charles Maguerez, no entanto, foi apresentado por Bordenave e Pereira (1989), que utilizaram o esquema proposto (Berbel, 1999). Possui o intuito de promover estratégias de ensino-aprendizagem e possibilitar a construção do conhecimento a partir da vivência de experiências, tendo como ponto de partida e de chegada a realidade social (Berbel, 1998).

Na apresentação deste método são descritas cinco etapas desenvolvidas sendo baseadas em situações reais, na qual foram adaptadas pela autora no contexto desta pesquisa. Sendo elas: (1) Observação da Realidade; (2) Pontos-Chave; (3) Teorização; (4) Hipóteses (explicação) e (5) Discussão da Realidade (Imagem 1).

2.2 ETAPAS DA PESQUISA

A primeira etapa, “Observação da Realidade”, é composta pelo ato de observar o objeto de estudo. Essa observação da realidade permite que com as primeiras impressões, “os problemas começam a surgir diante dos olhos curiosos e atentos do observador” (Berbel, 1995, p. 14). Logo, a formulação do problema surge a partir da problematização, ou seja, da formulação de uma questão a partir de fatos observados considerados “problemáticos, inquietantes, instigantes ou inadequados” (Berbel, 1995, p. 14).

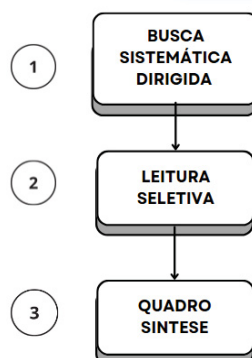
Depois de identificado o problema de pesquisa através de situações reais, a segunda etapa “Ponto-Chave” consiste na formulação de pontos-chaves para elucidar o contexto do problema e promover uma reflexão sobre as origens de existência deste problema. Cabe o seguinte questionamento: “Por que esse problema existe?” (Berbel, 1998, p. 143). Através dessa reflexão, é possível perceber a natureza social do problema, bem como, a sua complexidade e caráter multifatorial.

A terceira etapa “Teorização” refere-se ao aprofundamento conceitual dos pontos observados. A busca teórica deve ser norteadas pelos pontos-chaves formulados, para obter as informações necessárias para as etapas seguintes (Berbel, 1998). Para isso, foi realizado o método de busca sistemática de estudos relacionados aos pontos-chaves: “*Justiça socioambiental*” “*Movimentos Sociais*” “*Práticas urbanas*” “*Vulnerabilidade socioambiental*” “*Vila Parolin*”.

Diferentemente de um estado da arte tradicional, esta pesquisa adotou um método próprio para a seleção da fundamentação teórica. Logo, a etapa de Teorização acontecerá em três passos: 1) Busca Sistemática Dirigida; Leitura seletiva; Quadro síntese.

A busca de seleção da fundamentação teórica foi conduzida utilizando as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foram adotados seguintes filtros na busca avançada: Publicações dos últimos 10 anos (2015- 2025), limitados ao idioma português e espanhol. Embora a seleção priorize os estudos recentes dos últimos dez anos, também foram incluídos no referencial teórico autores clássicos cuja contribuição teórica é indispensável para a compreensão dos conceitos, como Acselrad (2009); Bullard (1996; 2004).

Figura 04- Passos para etapa de teorização



Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Optou-se pela escolha de trabalhos com ênfase no diálogo com o contexto urbano brasileiro e a questão socioambiental em territórios. Foram utilizados os operadores booleanos para os termos: "*Justiça Socioambiental*" AND "*Urbano*" AND "*Brasil*"; "*Movimentos Sociais*" AND "*Urbano*" AND "*Climático*"; "*Práticas Urbanas*" OR "*Urbanismo Participativo*"; "*Vulnerabilidade Socioambiental*" AND "*Vila Parolin*". Além disso, seguiu-se os seguintes critérios para seleção dos trabalhos:

Quadro 02- Critérios de seleção da fundamentação teórica

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
I- Relevância no contexto da pesquisa	Prioridade em textos que dialoguem com as questões abordadas no trabalho. "Justiça Socioambiental", "Urbano, "Brasil " ; "Movimentos Sociais " ; "Climático" ; "Práticas Urbanas", "Urbanismo Participativo"; "Vulnerabilidade Socioambiental", "Vila Parolin".
II- Atualidade e autores clássicos	Preferência por estudos recentes dos últimos 10 anos (2015 a 2025) sem excluir autores pioneiros e fundamentais para a construção teórica do tema, ainda que com publicações anteriores.
III- Interdisciplinaridade	Estudos que integrem perspectivas de áreas do conhecimento diversas.
IV- Idioma da publicação	Preferência por idiomas: português e espanhol
V- Contexto prático	Priorizar textos que tratam de ações práticas em territórios ou experiências comunitárias

Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Foram encontrados 68 trabalhos para os quatro conceitos chaves. Desses, 5 trabalhos são sobre “Justiça socioambiental”, 41 sobre “Movimentos sociais (climáticos/urbanos), 20 sobre “Práticas Urbanas” e apenas 2 sobre vulnerabilidade socioambiental voltado para o objeto de estudo, a Vila Parolin.

Depois de realizada a busca na plataforma, foi feita a leitura dos resumos para selecionar os trabalhos que atenderem os critérios acima. Desses trabalhos 10 foram selecionados. Segue abaixo o quadro síntese das referências e autores utilizados para embasar os conceitos:

Quadro 03- Relação de conceitos e autores da fundamentação teórica.

TEMA	TEXTOS SELECIONADOS	AUTORES
JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL	<i>A mobilidade urbana sob o viés da (in)justiça socioambiental e da saúde coletiva</i>	SILVA (2020)
	<i>Direito à cidade sustentável: construindo o “bem viver” urbano a partir da justiça socioambiental e da cidadania ecológica</i>	MATTOS (2020)
	<i>A (re)produção da vida ou da metrópole pela perspectiva da justiça socioambiental</i>	VERGARA (2020)
MOVIMENTOS SOCIAIS (URBANOS/CLIMÁTICOS)	<i>O caráter educativo dos/nos movimentos sociais urbanos: o caso da ocupação palmares em Florianópolis/SC</i>	VELA (2015)
	<i>Movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação popular: atuação e organização</i>	COSTA (2016)
	<i>Justiça climática em áreas urbanas: um olhar sobre vulnerabilidade e exposição em grandes cidades brasileiras</i>	ALBERTI (2024)
VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	<i>Resistência, justiça ambiental e política pública: urbanização de áreas de vulnerabilidade socioambiental consolidadas em Curitiba, PR – vila torres e vila parolin (1980-2014)</i>	SOUZA (2016)
	<i>Habitação popular, tempo e (i)mobilidade urbana na (in)justiça ambiental: da Vila Parolin ao bairro Ganchinho, Curitiba – Paraná</i>	ROMANO (2018)
PRÁTICAS URBANAS (URBANISMO PARTICIPATIVO)	<i>PRÁTICAS INSURGENTES EM PLANEJAMENTO URBANO: As experiências de Urbanismo Colaborativo</i>	MORAIS (2023)
	<i>Práticas urbanas: construção social dos espaços da cidade</i>	TOMÉ (2018)

Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Após a etapa de Teorização, a quarta etapa consiste em levantar hipóteses que podem auxiliar na explicação da situação para melhor compreender o problema identificado. É importante ressaltar que as hipóteses não são verdade absolutas, mas proposições que buscam orientar as análises embasadas no referencial teórico e nas informações construídas durante o campo de pesquisa (Berbel, 1998).

E, finalmente, a quinta e última etapa da metodologia Arco de Maguerez etapa é composta pela “aplicação à realidade”, na qual as respostas encontradas deverão solucionar os problemas identificados. No entanto, considerando a natureza qualitativa da pesquisa e complexidade do objeto de estudo, optou-se por adaptar essa última etapa para “discussão da realidade”. Essa adaptação se justifica, pois nem sempre é possível promover intervenções diretas e imediatas no território, em especial ao considerar a múltiplas dimensões dos problemas socioambientais e urbanos.

Portanto, a etapa de "discussão da realidade" assume a função de promover além do debate, uma síntese analítica dos “achados empíricos de pesquisa” e das demandas emergentes dos moradores, articulando-os às hipóteses levantadas e ao referencial teórico construído. Visando não apenas interpretar os fenômenos observados, mas também refletir sobre os desdobramentos e possíveis caminhos que possam contribuir para a realidade estudada, buscando responder o problema da pesquisa que foi formulado a partir da observação direta da realidade vivenciada pelos moradores da Vila Parolin.

2.3 A PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental é uma metodologia essencial na investigação acadêmica, permitindo a análise de registros e documentos que ajudam a compreender determinado fenômeno. Segundo Cellard (2008), essa abordagem possibilita a coleta de informações em fontes escritas, como leis, relatórios técnicos, registros institucionais e dados históricos, sendo particularmente relevante para pesquisas que analisam processos sociais e urbanos ao longo do tempo. O autor destaca que a pesquisa documental não se restringe à mera consulta de materiais, mas exige uma leitura crítica e contextualizada, a fim de interpretar os documentos como construções sociais inseridas em um determinado período e espaço.

No contexto desta dissertação, a pesquisa documental tem um papel central na compreensão das condições socioambientais da Vila Parolin e na atuação dos movimentos sociais urbanos. A análise de documentos permite investigar a evolução da infraestrutura urbana,

os desafios enfrentados pela comunidade e as políticas públicas que impactam o território. Entre as principais fontes documentais utilizadas na pesquisa, destacam-se:

- Plano de Ação Climática de Curitiba (PLANCLIMA - 2020), que apresenta diretrizes para adaptação e mitigação das mudanças climáticas na cidade;
- Relatórios e atas da Rede Curitiba Climática (RECC - 2023 a 2025), que documentam as ações da organização na Vila Parolin e em outros territórios vulneráveis;
- Mapas e estudos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC - 2018), que fornecem informações sobre planejamento urbano e distribuição de áreas verdes na cidade;

Além dessas fontes, a pesquisa também considera relatórios técnicos, normativas ambientais e estudos acadêmicos sobre urbanização e vulnerabilidade socioambiental em Curitiba. A triangulação entre esses documentos e os dados empíricos coletados em entrevistas e visitas de campo possibilita uma análise mais completa da realidade local.

Dessa forma, a pesquisa documental complementa a abordagem qualitativa da dissertação, fornecendo um embasamento histórico e institucional para os problemas analisados. Ao cruzar essas informações com os relatos dos moradores e observações diretas no território, busca-se construir uma leitura aprofundada da Vila Parolin, destacando os impactos das políticas urbanas e climáticas sobre a comunidade e o papel dos movimentos sociais na busca por justiça socioambiental.

2.4 O CAMPO DE PESQUISA : RECORTE TEMPORAL E TERRITORIAL

A seguinte pesquisa se concentra no estudo da realidade vivenciada pelos moradores da Vila Parolin, uma ocupação urbana localizada em Curitiba-PR, no bairro Parolin, na regional Portão. Apesar de estar em uma região estratégica, próxima ao centro da cidade, a comunidade enfrenta desafios urbanos e socioambientais. Desde o seu processo de ocupação há registros históricos de conflitos fundiários, precariedade na infraestrutura urbana e de serviços. A área também possui registros de alagamentos, incêndios, escassez de equipamentos públicos e de lazer e de arborização urbana.

Além disso, é marcada pelo histórico de moradias irregulares e riscos associados à ocupação de áreas inadequadas para a habitação. Já que muitas residências na Vila Parolin foram construídas em terrenos próximos a cursos d'água e em áreas de preservação permanente

(APPs). Com isso, são expostos a riscos, especialmente em eventos extremos, como períodos de chuvas intensas ou ondas de calor intensa. Outras questões relacionadas à irregularidade fundiária impedem que muitas famílias tenham acesso a serviços básicos, como saneamento adequado, abastecimento de água potável e instalações elétricas adequadas, como será detalhado no decorrer da pesquisa.

O recorte temporal desta pesquisa compreende o período de 2015 a 2025, abrangendo os últimos dez anos, período em que se consolida a intensificação dos debates globais sobre a crise climática e as injustiças socioambientais. Esse intervalo temporal se mostra relevante, pois coincide com acontecimentos e marcos importantes no contexto socioambiental e climático.

A partir de 2015, foi adotado o Acordo de Paris, marco histórico no enfrentamento das mudanças climáticas, que estabeleceu metas globais de redução das emissões de gases de efeito estufa e incentivou a adoção de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Nesse mesmo período, houve o rompimento da barragem de Mariana, em Minas Gerais, que provocou o maior desastre ambiental da história do Brasil, contaminando o rio Doce e atingindo o Oceano Atlântico, evidenciando a vulnerabilidade socioambiental das populações e a necessidade urgente de políticas de prevenção, reparação e justiça ambiental.

Nesse recorte temporal também ocorreu a tragédia de Brumadinho, em 2019, no qual a barragem da mineradora se rompeu, liberando rejeitos de mineração que devastaram a comunidade causando impactos ambientais e sociais gravíssimos. Outros eventos que contribuem para esse contexto são enchentes e deslizamentos em cidades do Rio Grande do Sul e de outras regiões do Brasil, afetando populações vulneráveis, os desastres em Petrópolis (2022); além das queimadas na Amazônia e eventos extremos climáticos. Além disso, a década compreendida testemunhou um crescimento significativo na produção científica sobre adaptação às mudanças climáticas e justiça socioambiental.

Outro aspecto relevante desse período é a pandemia de COVID-19, iniciada em 2019-2020, que evidenciou ainda mais as desigualdades urbanas e socioambientais e as questões econômicas do país, afetando especialmente as populações em territórios populares. Foi nesse contexto que surgiu a Rede Curitiba Climática (RECC), fortalecendo a articulação de movimentos sociais e iniciativas locais voltadas à mitigação de riscos e promoção da justiça socioambiental e climática.

Nesse sentido, o recorte permite acompanhar os desdobramentos das questões socioambientais, bem como observar como as comunidades em contextos de vulnerabilidade atuam no contexto contemporâneo do Sul Global. No mais, pelo viés da interdisciplinaridade, a investigação vai além de um diagnóstico documental, considerando os relatos, saberes e experiências da comunidade local como elementos centrais para compreender os modos de vida e a construção de respostas coletivas frente aos desafios socioambientais.

2.4.1 Entrevistas e detalhamento da amostra

De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, o bairro Parolin possui uma população total de 11.554 habitantes². Dentro do bairro, encontra-se a comunidade Vila Parolin, uma porção do território marcado pela ausência de políticas públicas adequadas e históricos de desastres socioambientais, sendo o recorte na qual a pesquisa se concentrou. A escolha da amostra para esta pesquisa não possui o propósito de representar estatisticamente toda a população, mas de trazer diferentes pontos de vista para a pesquisa, visando captar percepções sobre as condições de vida antigas e atuais na Vila Parolin e os modos como os moradores compreendem e reivindicam as melhorias para o território.

Foram realizadas entrevistas com dois moradores, sendo selecionados com base em critérios como tempo de residência no território e representatividade e envolvimento com a comunidade. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com uma líder comunitária e um morador antigo da Vila Parolin. O tempo de residência dos dois entrevistados variou entre 30 e 50 anos, o que permitiu identificar percepções históricas e mudanças no território.

As entrevistas, gravadas com consentimento dos participantes, foram realizadas presencialmente entre os meses de janeiro e fevereiro de 2025, na Cozinha Comunitária Dona Olívia Portes, local escolhido pelos próprios entrevistados. O roteiro utilizado foi semi-estruturado, possibilitando tanto a condução por blocos temáticos como também a livre expressão dos entrevistados, sendo formadas por perguntas abertas para estimular conversas mais profundas. Foi utilizado um tom de voz sempre acolhedor e respeitoso, criando um ambiente confortável para os moradores se expressarem.

Para compreender o surgimento e a atuação da Rede Curitiba Climática (RECC), foi entrevistado um membro fundador do movimento, no qual será detalhada no capítulo 3. Foram

² A pesquisa por bairro do Censo 2022, até o momento da pesquisa não foi disponibilizada pelo órgão.

realizadas no total três entrevistas semiestruturadas com integrantes cujas identidades foram mantidas em anonimato. São referenciados os entrevistados como: Entrevistado 1; Entrevistado 2; Entrevistado 3, respeitando a ordem cronológica das entrevistas.

O roteiro das entrevistas foi composto por 30 perguntas, divididas entre a parte introdutória e mais 4 blocos de perguntas. O tempo variou entre 45 a 90 minutos, fator que dependeu da disponibilidade e envolvimento do entrevistado. Foi utilizada paralelamente, a técnica do diário de campo, permitindo o registro por meio de observações e anotações durante e após o campo de pesquisa, que será detalhado no tópico a seguir.

As atividades desenvolvidas em colaboração com a Rede Curitiba Climática (RECC) foram interrompidas em 30 de abril de 2025. A decisão partiu de interpretações feitas por uma das representantes da organização acerca dos questionamentos apresentados pela banca examinadora no momento da qualificação. Em decorrência desse entendimento, foi proposto pela membra um tempo de avaliação para que a referida decidisse se desejaria manter sua participação na pesquisa. No entanto, diante dos prazos do cronograma acadêmico e dos ajustes metodológicos necessários, optou-se pela exclusão unicamente da entrevista da membra da organização. A situação evidenciou ruídos na comunicação formal e comprometeu a continuidade da parceria exigindo a reestruturação de parte da abordagem inicialmente planejada.

2.4.2 Limitações da amostra

A incerteza é o habitat natural da vida humana - ainda que a esperança de escapar da incerteza seja o motor de atividade das atividades humanas.

Zygmunt Bauman

Parafraseando o autor, as incertezas sempre estiveram pelo caminho! A vida, assim como o processo de pesquisa, não se desenvolve de forma linear; desdobra-se em meandros, encontros, desencontros e atravessa incertezas. A investigação não consiste apenas em seguir etapas previamente definidas, mas em um percurso dinâmico, que demanda tempo para compreender contextos, construir relações de confiança e captar os modos de vida. Dessa maneira, o conhecimento produzido emerge de forma orgânica, refletindo a complexidade e a riqueza das experiências sociais humanas.

É importante considerar que esta pesquisa enfrenta algumas limitações decorrentes da complexidade do trabalho em campo. A construção de vínculos de confiança com a comunidade demanda tempo, sensibilidade e um processo gradual de aproximação, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Além disso, fatores logísticos e a disponibilidade dos interlocutores influenciam diretamente o número e a diversidade de entrevistas possíveis, o que deve ser considerado na interpretação dos resultados.

Uma das limitações desta pesquisa refere-se ao número de entrevistas realizadas na comunidade, que totalizou duas entrevistas com atores representativos da Vila Parolin: uma líder comunitária, responsável pela cozinha comunitária e um morador antigo do bairro. Essa limitação se deve à complexidade de tecer relações de confiança em campo, um processo que envolve diversas etapas e a construção gradual de vínculo com a comunidade, o que demanda tempo hábil, especialmente considerando que a pesquisa teve duração de dois anos.

Inicialmente, a aproximação com a comunidade se deu por meio da experiência de militância climática, junto à Rede Curitiba Climática (RECC), visando conhecer o território, suas dinâmicas e as ações participativas. Somente após o estabelecimento de uma relação de confiança, a pesquisadora se apresentou formalmente, distinguindo claramente a etapa de participação em um movimento social, da etapa de investigação acadêmica.

Embora tenham sido realizadas tentativas de entrevistar outros moradores e representantes da comunidade, nem todos os contatos obtiveram retorno, o que revela, os desafios de adentrar em uma comunidade. Apesar do número limitado de entrevistas, é importante destacar o potencial de representatividade dos atores escolhidos, cujos relatos proporcionam uma visão sobre histórias, memórias, experiências cotidianas, saberes locais, vínculos sociais e expressões de resistência.

Os procedimentos metodológicos adotados buscam combinar os relatos obtidos com outras formas de análise, que serão detalhadas no decorrer do trabalho. Ao mesmo tempo em que reconhece-se a limitação apresentada, busca-se minimizá-la por meio do cruzamento de dados e consideração dos saberes, experiências e percepções de membros da comunidade. Além das entrevistas, a pesquisa apoia-se em observações de campo, registros fotográficos, croquis, anotações do diário de campo, documentos públicos e reportagens de modo a ampliar o alcance da análise realizada.

Por fim, justifica-se que o objetivo de combinar as entrevistas com outras fontes de informação é proporcionar uma leitura mais abrangente das dinâmicas socioambientais e urbanas da Vila Parolin. O enfoque da pesquisa é qualitativo e, em detrimento da representatividade numérica, busca-se o aprofundamento das narrativas e interpretações. Assim, os resultados empíricos obtidos deverão dialogar com o debate teórico sobre justiça socioambiental, direito à cidade e urbanismo insurgente, contribuindo para a construção de uma reflexão crítica sobre a produção de cidades contemporâneas no Sul Global

2.4.3 O diário de campo como instrumento na pesquisa científica

O diário de campo gráfico é uma ferramenta metodológica que permite ao pesquisador registrar suas observações de forma descritiva e visual, por meio de textos, esboços e croquis, tornando a análise mais sensível e próxima da realidade estudada. Segundo Bogdan e Biklen (1994), o diário de campo é um recurso essencial na pesquisa qualitativa, pois possibilita a sistematização das percepções do pesquisador em contato com o campo, garantindo um registro detalhado das interações sociais, do ambiente e das mudanças observadas ao longo do tempo.

No contexto da pesquisa o diário de campo foi utilizado para realizar anotações durante as visitas de campo à Vila Parolin, sendo um instrumento para registro de aspectos do cotidiano. Por meio dele, foram anotadas palavras-chave, falas espontâneas dos moradores, percepções sobre o espaço e elementos simbólicos observados. Além disso, o diário foi suporte para o desenvolvimento de desenhos e croquis, que ajudaram a representar visualmente os espaços, as relações e os fluxos urbanos percebidos. Também foram digitalizadas reflexões subjetivas da pesquisadora, visando a realização de uma leitura sensível do território e fotografias do acervo pessoal.



3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Figura 05 - Colagem (in) justiça socioambiental: Natureza, cidade e vulnerabilidade



Fonte: Elaborado pela autora (2025)- dados acervo pessoal e RECC (2023)

Este capítulo busca construir a base teórica que fundamenta esta dissertação, sob uma perspectiva interdisciplinar, para compreender como produzem e se manifestam as desigualdades socioambientais no espaço urbano. E posteriormente, como as práticas urbanas que emergem nos territórios populares. A fundamentação deste estudo, parte da compreensão de que a cidade contemporânea é produto de uma lógica capitalista neoliberal de urbanização, capaz de reproduzir e aprofundar desigualdades históricas, especialmente em países periféricos do Sul Global, onde a lógica de acumulação e mercantilização do espaço urbano frequentemente se sobrepõem às necessidades sociais.

No primeiro eixo de discussão, apresentam-se os aspectos da produção da cidade capitalista neoliberal em países periféricos, destacando como os processos históricos de urbanização e as políticas públicas orientadas pelo mercado reforçam a segregação socioespacial e a precarização das condições de vida em territórios populares.

A seguir é discutido o conceito de vulnerabilidade socioambiental que expressa a intersecção entre a questão social e ambiental, revelando como determinados grupos e territórios

são desproporcionalmente afetados e expostos aos riscos. Na sequência é abordado sobre os movimentos sociais urbanos e o contexto climático emergente em territórios populares, discutindo como assumem papel ativo na defesa do direito à cidade e na construção de alternativas locais frente à omissão do poder público.

O tópico seguinte se dedica à reflexão sobre o ativismo contemporâneo e a justiça climática. Nessa discussão, busca-se compreender as novas formas de engajamento coletivo diante da emergência climática, analisando como os discursos de justiça climática se conectam com as lutas por melhores condições de vida urbana.

Finalmente, o capítulo encerra abordando o planejamento urbano tradicional e as experiências de urbanismo insurgente, destacando o modo como emergem iniciativas locais e práticas urbanas no cotidiano de territórios populares. Nesse sentido, o trabalho assume que a participação institucionalizada são, na verdade, pensadas também como instrumentos de controle da população nos processos decisórios da cidade (Miraftab, 2016). Essa discussão permite refletir sobre como o urbanismo insurgente pode indicar caminhos para a construção de cidades mais justas sob a perspectiva socioambiental, evidenciando que o planejamento urbano não precisa ser estritamente tecnocrático, mas pode incorporar dimensões sociais e humanas.

3.1 ASPECTOS DA PRODUÇÃO DA CIDADE CAPITALISTA NEOLIBERAL EM PAÍSES PERIFÉRICOS

Nesta dissertação, discute-se a cidade sob a ótica do espaço urbano (Corrêa, 1989) investigando aspectos da lógica capitalista neoliberal, que restringe o acesso à moradia e aprofunda as desigualdades socioespaciais, sobretudo no contexto dos países periféricos do Sul Global. Para iniciar a discussão, é importante diferenciar os conceitos de cidade e espaço urbano, que, embora inter-relacionados, necessitam ser esclarecidos para embasar o estudo na abordagem da linha de pesquisa de urbanização.

Corrêa (1989) define que o espaço urbano capitalista constitui-se como um conjunto de diferentes usos da terra, consolidando a organização da cidade. De acordo com o autor, o espaço urbano é “fragmentado e articulado [...] é a expressão espacial de processos sociais” (Corrêa, 1989, p.8). Por se constituir como um reflexo social e apresentar caráter fragmentado, o espaço urbano, especialmente nas cidades capitalistas, manifesta-se de forma desigual, sendo um produto social resultado de ações acumuladas através do tempo. O espaço urbano começou a ser tratado como mercadoria, sendo reorganizado de forma em que se privilegiam empreendimentos de alto padrão e a especulação imobiliária, no qual o lucro é priorizado (Corrêa, 1989; Harvey, 2008).

A mercantilização do espaço urbano prioriza os interesses do mercado imobiliário, em detrimento das populações de baixa renda. Esse processo gera desigualdade socioespacial, já que a fragmentação do espaço urbano, consolida áreas de maior renda que são concentradas infraestrutura e serviços, enquanto as periferias enfrentam precariedade e marginalização (Rolnik, 2015).

O espaço da cidade, por sua vez, é também um condicionante da sociedade. Já que as obras, as formas espaciais desempenham a reprodução das condições e das relações de produção. Desse modo, Corrêa afirma que é nas áreas residenciais segregadas onde “se reproduzem as diversas classes sociais e suas frações: os bairros são os locais de reprodução dos diversos grupos sociais”. Logo, é na cidade onde diversas classes sociais vivem e se reproduzem, “o espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos”. (Corrêa, 1989, p. 9).

Assim como o espaço urbano, a cidade também é fragmentada e articulada (Corrêa, 1989). A fragmentação urbana se torna uma característica central das cidades neoliberais, nas quais as desigualdades históricas são reforçadas e os recursos urbanos são distribuídos de forma desigual (Rolnik, 2015). Essa dinâmica se manifesta de maneira ainda mais acentuada no contexto das cidades contemporâneas localizadas em países periféricos do Sul Global³, onde os efeitos da globalização neoliberal se sobrepõem a desigualdades estruturais herdadas de processos históricos de dependência econômica e exclusão.

Compreender a gênese dessas desigualdades implica revisitar a própria formação das cidades, que surgiram a partir da concentração social e espacial do excedente produzido, ou seja, a acumulação do capital, utilizada para gerar mais lucro. Dessa forma, a urbanização sempre esteve associada às relações de classe, já que determinados grupos sociais produziam, enquanto poucos concentravam o controle e os lucros dessa produção (Harvey, 2008). Essa dinâmica persiste no capitalismo, na busca constante por áreas lucrativas, exploração de territórios e do próprio meio ambiente.

Ao longo do século XX, o processo de crescimento das cidades esteve ligado aos interesses hegemônicos que priorizavam a industrialização e a modernização capitalista. No contexto brasileiro, até a década de 1940, o país era predominantemente rural, com 70% da população vivendo no campo. No entanto, a concentração fundiária e a mecanização da agricultura forçaram a mudança para a zona urbana, devido à oferta de emprego nas cidades em

³ O termo “Sul Global” refere-se a áreas da América Latina, África, Ásia e ilhas da Oceania, englobando países em desenvolvimento e com menor nível de renda em comparação aos países do 'Norte Global' que detêm maior concentração de riqueza. Logo, o termo não indica a posição geográfica dos países, mas sim sua situação no contexto geopolítico (ABRAMPA, 2022, p. 14)

expansão e pelas melhores oportunidades (Gomes, 2012). Esse movimento conhecido como êxodo rural, contribuiu para a rápida urbanização, mas também intensificou a desigualdade nas cidades.

Como é o caso dos países periféricos, que às cidades apresentam um desenvolvimento urbano desigual e fragmentado, resultando naquilo que Santos (1987) denominou de “metrópoles incompletas”, que, embora concentradoras de riqueza e serviços em alguns setores, são reproduzidas desigualdades e carências significativas, já que grandes parcelas da população vivem em condições precárias. O autor aborda o papel dos países periféricos dentro do sistema capitalista global e os efeitos da dependência econômica e tecnológica, tendo a América Latina como uma referência constante em sua crítica ao modelo de desenvolvimento e à forma como o espaço é produzido de maneira desigual no Sul Global.

Logo, as cidades latino-americanas cresceram rapidamente em função dos processos de modernização e urbanização, alcançando um desenvolvimento marcado pela expansão populacional e territorial. No entanto, esse crescimento ocorreu de forma desproporcional, uma vez que a infraestrutura urbana, os serviços públicos e as condições de moradia não acompanharam o ritmo da expansão. Como visto, como resultado da fragmentação socioespacial, formaram-se espaços urbanos desiguais, com áreas bem estruturadas, em contraste com territórios marcados pela precariedade e exclusão social.

Não obstante, a partir da década de 1990, observa-se novos interesses associados às lógicas neoliberais como aos setores financeiros, e ao mercado imobiliário, que muitas vezes são legitimados e sustentados pelo Estado (Rolnik, 2015; Corrêa, 2013). O padrão de valorização do espaço urbano passou por reestruturação, tornando-se mais concentrado e voltado à reprodução do capital, em especial no Brasil (Santos, 2020). Segundo Harvey (2018), o neoliberalismo promove uma reorganização das práticas político-econômicas, priorizando mercados livres, direitos à propriedade privada e a competição, enquanto reduz a atuação do Estado na promoção do bem-estar social e na preservação ambiental, o que favorece a acumulação de capital e aumentam a segregação socioespacial.

No contexto brasileiro, essa lógica se manifesta no setor habitacional e urbanístico, em que os investimentos concentram-se em áreas economicamente atrativas, elevando os preços dos imóveis e dificultando o acesso à moradia adequada para as populações de baixa renda (Rolnik, 2015; Corrêa, 1995). Harvey (2012) observa que, nesse contexto, a mercantilização da moradia retira dos cidadãos o direito à cidade, enquanto Rolnik (2015) destaca a crise global em torno da questão habitacional, uma vez que a moradia teria se tornado um ativo financeiro.

Essa lógica mercadológica que também recai sobre a habitação impacta em fenômenos

como: a especulação imobiliária, que eleva os preços de imóveis e aluguéis, tornando o acesso à moradia digna cada vez mais restrito para famílias de baixa renda. Além de dificultar o acesso às áreas bem localizadas, muitas vezes forçando famílias a se estabelecerem em regiões com infraestrutura precária e de risco socioambiental. Esse fenômeno pode ser observado na Vila Parolin, em Curitiba, onde a expansão urbana e o aumento do valor da terra marginalizam populações mais vulneráveis.

Ao retomar a fundamentação teórica sobre a produção desigual do espaço urbano, percebe-se que esses processos refletem a lógica capitalista de mercantilização e financeirização das cidades contemporâneas. Como forma de resistência a essa mercantilização, o conceito de direito à cidade, proposto por Lefebvre (2001), defende que o espaço urbano deve atender às necessidades coletivas e garantir a participação de todos nos processos decisórios. O autor destaca que o exercício do direito à cidade, abrange tanto as condições materiais quanto imateriais de vida urbana, depende de uma transformação do modo de produção capitalista.

Essas disparidades tornam-se ainda mais evidentes, sobretudo nos países da América Latina (Corrêa, 1989). A realidade urbana brasileira reflete a lógica do capital, na qual a cidade é tratada como mercadoria e o espaço urbano é valorizado em função do preço e do potencial lucrativo, ao invés das necessidades sociais de seus habitantes. O fetichismo da cidade como mercadoria faz com que áreas bem localizadas sejam valorizadas e concentrem investimentos, serviços e infraestrutura, enquanto territórios periféricos, menos rentáveis, sofrem com ausência de saneamento e habitação de qualidade.

Esse processo de valorização seletiva do solo urbano não apenas reproduz desigualdades, mas, aliado à ausência de um planejamento adequado, expõe populações vulneráveis a riscos socioambientais. É nesse contexto que se desenvolve o urbanismo de risco, conceito que expressa a forma excludente e desigual com que o espaço urbano é ocupado nas cidades brasileiras (Rolnik, 1997). Essa dinâmica evidencia os contrastes da cidade neoliberal, marcada pela concentração de privilégios em determinadas áreas e pela precarização de outras — questão que será aprofundada a seguir.

3.1.1 Contrastes da cidade neoliberal: uma questão acerca do urbanismo de risco

A cidade neoliberal tem aprofundado as desigualdades socioespaciais, na qual a produção do espaço urbano é marcada por contrastes entre áreas de privilégio e territórios precarizados. Essa lógica orientada pelo mercado capitalista, faz com que o acesso à terra e à moradia se torne restrito, destinando as populações de baixa renda às regiões mais frágeis e ambientalmente

vulneráveis.

Nesse sentido, Rolnik (2002) observa que uma característica comum às cidades brasileiras, independentemente de seu porte ou localização, é a coexistência de duas realidades urbanas profundamente desiguais: de um lado, áreas dotadas de infraestrutura, pavimentação, arborização e serviços básicos; de outro, extensas porções do território marcadas pela precariedade no qual a autora afirma que o urbanismo é praticamente inexistente. Essa distinção evidencia as contradições estruturais da cidade neoliberal, na qual a urbanização reproduz desigualdades sociais e injustiças socioambientais que afetam de forma desproporcional os territórios populares.

A autora destaca que a configuração urbana em que uma minoria é privilegiada, enquanto a maioria enfrenta condições urbanísticas precárias, caracteriza uma forma de exclusão territorial, sendo esta também um mecanismo de reprodução da desigualdade. Nesse contexto, as oportunidades de desenvolvimento tendem a se concentrar entre aqueles que já vivem em melhores condições, enquanto a população de baixa renda geralmente se vê limitada a ocupar áreas periféricas, mais baratas, sem infraestrutura urbana ou territórios ambientalmente vulneráveis (Rolnik, 2002). Esses processos alimentam o que a autora denomina de urbanismo de risco (Rolnik, 1997), conceito que descreve o padrão de ocupação do solo urbano de muitas cidades brasileiras:

“Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente, justamente aquelas que pelas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca é totalmente inscrita nos registros de imóveis e cadastros de prefeituras.” (ROLNIK, 1997, p. 7)

Observa-se que a lógica da exclusão territorial não apenas reproduz desigualdades socioeconômicas, mas também expõe populações vulneráveis a condições socioambientais ou jurídicas precárias. Neste caso, o conceito de urbanismo de risco se aplica à cidade como um todo, pois a concentração de espaços de melhor qualidade em áreas restritas impede que esses benefícios sejam compartilhados por todos. Como consequência, os locais mais equipados tornam-se vulneráveis a cobiças imobiliárias, congestionamentos e crimes, logo, “a exclusão territorial na cidade brasileira é mais do que a imagem da desigualdade, é a condenação da cidade como um todo a um urbanismo de risco” (Rolnik, 2002, p.7)

Essa constatação está diretamente relacionada à crítica da autora à ausência de instrumentos eficazes de planejamento urbano capazes de articular as diferentes áreas da cidade e promover uma gestão mais equitativa. Para a autora, as políticas urbanas brasileiras ainda estão longe de concretizar a função social da cidade e da propriedade (conforme previsto na Constituição Federal de 1988). A cidade irregular é tolerada e politicamente desejável, já que a infraestrutura básica é utilizada como moeda de troca em contextos eleitorais. Essa lógica reforça a precariedade e perpetua um modelo de urbanismo de risco (Rolnik, 2002).

Por fim, Rolnik alerta sobre o caráter dos processos de planejamento urbano, que podem servir como instrumento de legitimação de práticas centralizadoras e excludentes, ao reforçar interesses hegemônicos da cidade neoliberal, sob a lógica da acumulação. Nesse debate, as reflexões de Miraftab (2016) corroboram ao denunciar a forma como as estruturas institucionais e os discursos de participação podem ser apropriados pelo poder para manter as desigualdades existentes. Pois, as chamadas “participações institucionalizadas” promovidas como práticas “democráticas” acabam funcionando mais como práticas de controle social, quando se trata do contexto neoliberal.

A institucionalização da participação nos processos de planejamento urbano, não implica necessariamente uma democratização da produção do espaço. Pelo contrário, a autora argumenta que a participação promovida em “espaços convidados”, delimitados e controlados pelo Estado capitalista, tem funcionado como um mecanismo de pacificação dos conflitos sociais e de cooptação dos movimentos e ativismos urbanos, em uma lógica que mantém as desigualdades e os privilégios estabelecidos (Miraftab, 2009).

Essa dinâmica revela a contradição entre o discurso institucional sobre inclusão e as práticas efetivas de exclusão, revelando que a cidade é constantemente moldada por relações de poder que definem quem pode decidir e ocupar legitimamente o espaço urbano. Mediante a crítica ao planejamento baseado nas lógicas capitalistas neoliberais, torna-se possível avançar na discussão sobre as formas como essas relações se expressam materialmente no espaço urbano, o que conduz à discussão sobre os aspectos da cidade formal, planejada e “informal” marcada pela ausência de planejamento institucionalizado.

3.1.2 Aspectos da cidade formal e informal: considerações sobre o mercado imobiliário em Curitiba

Embora as cidades sejam frequentemente associadas às questões de desenvolvimento, elas também revelam que o avanço econômico, por si só, não garante condições de vida dignas para toda a população. Considerando o processo de urbanização das cidades brasileiras, nas cidades contemporâneas a coexistência entre áreas formais e informais é um elemento dessa contradição.

A produção do espaço urbano reflete desigualdades estruturais, de acordo com Maricato (2003) essa contradição se manifesta nos contextos de vulnerabilidades sociais e em demais lógicas de exclusão social. As contribuições teóricas de Miraftab (2009, 2016), Rolnik (1997, 2002, 2015), Corrêa (1995) e Harvey (2012) convergem ao evidenciar que o espaço urbano é produto de disputas políticas, econômicas e sociais, nas quais o planejamento e a gestão da cidade refletem interesses hegemônicos, que produzem desigualdades que privam os cidadãos o direito à cidade, incluindo o acesso à moradia.

No entanto, é possível compreender também a dualidade entre a cidade formal, planejada e a “informal”, não planejada, expressa nas formas desiguais de apropriação e uso do solo urbano. A cidade formal, tende a concentrar investimentos, infraestrutura e oportunidades, enquanto a cidade informal surge como resposta das populações vulnerabilizadas ao sistema neoliberal, já que, ao serem excluídas do mercado formal por não conseguirem arcar com o alto custo da terra e da moradia, recorrem à autoconstrução e à ocupação de áreas periféricas ou ambientalmente frágeis como forma de garantir o direito de habitar a cidade.

Esse contexto, marcado pela informalidade, apresenta uma ocupação de forma orgânica - não planejada. Pode ser exemplificada pelas ocupações em áreas irregulares, propensas a riscos e a ausência de serviços básicos e infraestrutura, que se originam muitas vezes como resultado da ausência de políticas habitacionais inclusivas. Maricato (2003) corrobora afirmando que mesmo quando há investimentos nas áreas informais, ela se difere dos investimentos da cidade formal. As condições de habitabilidade também são distintas entre os dois contextos, e na cidade informal é um possível parâmetro de retratar condições de vulnerabilidade socioambiental.

Além de refletirem a ausência de planejamento urbano inclusivo e exporem as desigualdades socioespaciais, essas áreas informais também expressam a resiliência das comunidades na organização e na busca de soluções próprias diante das limitações impostas pelo

Estado. Esse contexto mostra os limites do planejamento urbano tradicional, que historicamente se baseia em lógicas centralizadoras e orientadas pelo mercado, que geralmente, são incapazes de atender às demandas das populações mais vulneráveis. Portanto, vê-se como necessário compreender como as dinâmicas do mercado imobiliário contribuem para aprofundar ou reproduzir essas contradições no recorte territorial selecionado, a cidade de Curitiba, dentro da qual se insere o objeto empírico da pesquisa, a Vila Parolin.

Em Curitiba, essa coexistência de áreas manifesta claramente no mercado imobiliário, em que a cidade formal concentra investimentos privados, enquanto as áreas informais surgem muitas vezes em ocupações periféricas, em terrenos irregulares e vulneráveis. A cidade apresenta uma trajetória marcada por uma gestão urbana orientada aos interesses de mercado. Ao longo de décadas, a cidade priorizou o fortalecimento do setor imobiliário, em detrimento da adoção de instrumentos de regulação capazes de promover uma estrutura urbana mais equitativa e democrática (NUNES DA SILVA et al., 2021).

Como consequência, consolidou-se uma cidade na qual o acesso à moradia adequada, entendida não apenas pela qualidade da edificação, mas também pela oferta de infraestrutura e serviços básicos à vida cotidiana, permanece restrito às camadas da população com maior poder aquisitivo, enquanto as famílias de baixa renda são destinadas aos territórios informais ou de políticas públicas insuficientes, que em Curitiba apenas deslocam a precariedade dentro da própria cidade (NUNES DA SILVA et al., 2021).

Essa lógica demonstra que as intervenções de infraestrutura urbana têm sido direcionadas prioritariamente para estimular a valorização imobiliária e a especulação, em vez de promover a democratização do acesso à moradia, o que acaba por intensificar as desigualdades socioespaciais. Como destaca Maricato (2000), os proprietários de terra e os agentes do setor imobiliário e da construção civil consolidam-se como um grupo de poder efetivo, com forte influência sobre as decisões e investimentos do orçamento público municipal.

Rolnik (2017) denomina de “privatização do processo de desenvolvimento urbano”, quando o poder público abdica de parte de suas responsabilidades e transfere funções estratégicas de planejamento e gestão da cidade para agentes privados. Esse processo configura um novo regime urbano, no qual o interesse coletivo é substituído pela lógica da rentabilidade e de políticas públicas voltadas para os setores imobiliário e financeiro, sendo deficientes para os territórios populares por não contemplarem suas demandas.

Diante desse contexto de subordinação das políticas urbanas aos interesses do mercado, surgem práticas e movimentos que se contrapõem a essa lógica hegemônica de produção do espaço. Segundo a identidade e a legitimidade no planejamento urbano, ou seja, as instituições e políticas de planejamento não conseguem atender às necessidades da população se subordinam a interesses privados. Isso leva à necessidade de formulação de novas perspectivas para o planejamento urbano, um “novo significado” para a produção do espaço, rompendo o planejamento urbano tradicional e reconhecendo outras práticas urbanísticas, para além das sancionadas pelo poder público.

Essas novas perspectivas do urbanismo insurgente propõem formas de planejamento participativo e com ações de intervenção urbana capazes de valorizar o protagonismo comunitário. Logo, mesmo diante da ausência de políticas públicas inclusivas, surgem novos modos de ocupação do espaço urbano, que atuam como formas de contestação às estruturas hegemônicas, desafiando as lógicas centralizadoras que reproduzem desigualdades socioespaciais.

Logo, demonstram que o fazer urbano pode emergir “de baixo para cima”, a partir da organização popular e da solidariedade entre os moradores. Como destaca Miraftab (2016), tais ações desafiam as fronteiras entre o formal e o informal, reafirmando a centralidade das comunidades na luta por um espaço urbano mais democrático. Nesse sentido, no tópico seguinte, será aprofundada a discussão sobre o planejamento urbano tradicional, institucionalizado, e as perspectivas do urbanismo insurgente, considerando as expressões de resistência dos territórios populares diante das lógicas da cidade neoliberal em cidades brasileiras.

3.2 O PLANEJAMENTO URBANO TRADICIONAL E AS PERSPECTIVAS DO URBANISMO INSURGENTE EM CIDADES BRASILEIRAS

O planejamento urbano tradicional, consolidado a partir de uma lógica tecnocrática e normativa, tem historicamente reproduzido padrões de desigualdade e exclusão nas cidades brasileiras. Entretanto, nas últimas décadas, têm emergido práticas e perspectivas insurgentes que buscam tensionar essas lógicas hegemônicas, reivindicando um urbanismo mais democrático, inclusivo e comprometido com as questões socioambientais.

O planejamento urbano é vinculado ao entendimento mais tradicional da cidade, que planeja, idealiza, reforça prioridades e espaços que devem ou não serem ocupados (Ultramari,

2021). No entanto, esse modelo frequentemente desconsidera as necessidades das populações mais vulneráveis, concentrando-se em interesses econômicos neoliberais e negligenciando as formas de organização social e resistência que surgem nos territórios populares.

Como observa Tomé (2018), os modos alternativos de vivenciar a cidade não apenas denunciam as precariedades do espaço urbano, mas também produzem relações de pertencimento e resistência. Resgatando o pensamento de Lefebvre, a autora enfatiza que tais práticas nascem de estados de tensão e conflito, contribuindo para a construção de espaços de vida cidadã, mesmo em áreas com infraestrutura limitada e condições habitacionais precárias.

Diante do avanço da urbanização global e da intensificação das desigualdades socioespaciais, torna-se cada vez mais necessário repensar as formas de produção e gestão das cidades. Moraes (2023) corrobora ao afirmar que é cada vez mais válido o uso de soluções legítimas e sustentáveis para os problemas urbanos, as quais não devem ser impostas, mas sim emergir das experiências vividas por quem habita o espaço urbano. Assim, as práticas urbanas insurgentes, mesmo quando não plenamente reconhecidas, revelam-se como expressões concretas de experiências cotidianas, apontando caminhos alternativos para pensar as cidades contemporâneas.

Nesta pesquisa, o planejamento das cidades é considerado como o processo que visa a melhoria da qualidade de vida da população e trata-se de processos de estruturação, apropriação do espaço e das dimensões sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais (FERREIRA, 2019). Logo, planejar o espaço urbano significa remeter ao futuro das cidades, visando tanto a prevenção de problemas e desafios quanto a maximização de oportunidades e benefícios potenciais (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

O planejamento urbano deve priorizar as pessoas (GEHL, 2013), em vez de se restringir a parâmetros meramente técnicos. No contexto brasileiro, entretanto, esse processo ainda tende a reproduzir desigualdades e exclusões sociais (MARICATO, 2011). Assim, planejar o espaço urbano significa projetar o futuro das cidades, adotando medidas preventivas para enfrentar desafios e minimizar problemas, ao mesmo tempo em que se busca potencializar os benefícios coletivos que podem ser alcançados pela população (SOUZA; RODRIGUES, 2004).

Apesar disso, observa-se que, na prática, o planejamento urbano institucional ainda se mantém distante das realidades cotidianas e dos modos de produzir cidades que emergem nos territórios populares. As formas de ocupação, resistência e organização comunitária revelam

modos alternativos ao urbanismo formal, expressando respostas às ausências do Estado e às desigualdades estruturais.

No entanto, os saberes populares e os modos de vida das comunidades que habitam os territórios informais seguem sendo desconsiderados. Esses espaços — como é o caso da Vila Parolin, em Curitiba — permanecem à margem das políticas públicas urbanas e ambientais. Logo, esta dissertação propõe uma reflexão crítica sobre os modos de produção das cidades contemporâneas, evidenciando as limitações de um planejamento urbano que, historicamente, privilegia determinadas áreas em detrimento de outras, relegando à margem os territórios populares. Diante disso, as práticas urbanas insurgentes surgem como formas de ação coletiva e de ocupação do espaço urbano que se contrapõem às estruturas hegemônicas.

É nesse contexto que se insere a noção de urbanismo insurgente, conceito utilizado para descrever práticas de produção urbana que emergem à margem do planejamento formal ou institucional, geralmente impulsionadas por comunidades, movimentos sociais ou atores coletivos. Ao mesmo tempo em que as práticas urbanas insurgentes representam formas de produção do espaço urbano de maneira autônoma, orientada pelo interesse coletivo, elas podem oferecer respostas aos problemas urbanos resultantes das dinâmicas do urbanismo neoliberal.

Por outro lado, essas iniciativas muitas vezes enfrentam o risco de serem apropriadas ou cooptadas pelas lógicas neoliberais, que transformam ações originalmente coletivas em mercadorias, divergindo do propósito da justiça social. Miraftab (2016) alerta que o capitalismo possui grande capacidade de incorporar e neutralizar o que está à sua margem, de modo que uma alternativa insurgente hoje pode ser despolitizada e transformada em tendência dominante. Essa dinâmica evidencia a tensão permanente entre a autonomia das práticas urbanas insurgentes e as forças do urbanismo neoliberal.

O próximo trecho será dedicado a abordar esse tema, apresentando definições de diferentes autores sobre o planejamento insurgente, a relação das práticas insurgentes e da cooptação neoliberalista no qual as lógicas desse sistema utiliza a inclusão como instrumento de exclusão e a relação dialética entre os espaços de disputa na cidade.

3.2.1 Urbanismo insurgente: entre a cooptação neoliberal e a construção de novas práticas urbanas

A compreensão do urbanismo contemporâneo não pode ser dissociada das transformações globais promovidas pela expansão do capitalismo. Como argumenta Santos (2003), vivemos sob uma globalização perversa, caracterizada por processos de concentração econômica e exclusão social que incorporam territórios e populações de forma desigual aos fluxos globais. Essa lógica produz periferias internas e externas, reforçando desigualdades socioespaciais, intensificando vulnerabilidades urbanas e naturalizando formas de gestão voltadas prioritariamente para a reprodução do capital. Ao evidenciar esses mecanismos, o autor demonstra como a busca pela mais-valia universal organiza normas, práticas e decisões territoriais que aprofundam contradições próprias do desenvolvimento capitalista.

Nesse contexto, emergem as chamadas práticas urbanas insurgentes, formuladas como alternativas à racionalidade excludente do urbanismo neoliberal. Tais práticas envolvem formas autônomas, coletivas e socialmente orientadas de produção do espaço urbano, articuladas a partir de demandas reais das comunidades. O planejamento insurgente emerge do reconhecimento de que as práticas produzidas pela própria população, como seus conhecimentos, vivências e formas de participação.

As insurgências urbanas encontram sustentação em uma literatura que se articula à teoria radical do planejamento, formulada por Friedmann (1987) e posteriormente aprofundada na noção de planejamento insurgente, desenvolvida por Mirafteb (2009, 2016), Holston (1995, 2013, 2016), Friedmann (2011) e Sandercock (1998, 1999). A formulação de Friedmann adquire um caráter radical ao se contrapor ao planejamento urbano alinhado ao projeto de neoliberalização e às crescentes desigualdades socioespaciais, já que ele defende a mínima intervenção institucional e máxima participação popular.

Essa perspectiva tem como referência fundadora o trabalho de Grabow e Heskin (1973) e de Alinsky (2012), que defendem uma abordagem ancorada na descentralização, na organização comunitária e na experimentação social como caminhos para processos de transformação orientados pela lógica inversa “de baixo para cima”. Nessa lógica, o planejador deixa de ocupar uma posição hierárquica e passa a atuar como um agente de mudança comprometido em articular reflexão e prática no âmbito das iniciativas coletivas. Alinsky (2012), apresenta estratégias e táticas de organização política voltadas a ativistas inseridos em movimentos comunitários com

potencial mobilizado, destacando que o poder político pode ser conquistado por meio da organização das comunidades, cuja força atua inicialmente dentro do sistema, construindo alianças e tensionando estruturas.

Logo, o conceito de insurgência, incorporado ao campo do planejamento urbano, refere-se às práticas que buscam transformar a cidade a partir de novas formas de ação coletiva, capazes de enfrentar os desafios urbanos contemporâneos, além de imaginar futuros possíveis para as cidades (Friedmann, 2011; Holston, 2016; Miraftab, 2016; Randolph, 2019). De acordo com Miraftab (2016) as práticas insurgentes são tipo distinto de planejamento, com potencial para orientar caminhos rumo a um urbanismo verdadeiramente humano. Para a autora, o planejamento insurgente configura-se como uma alternativa que emerge entre comunidades subordinadas, em contextos marcados pela desigualdade estrutural e pela racionalidade neoliberal.

O planejamento insurgente amplia o repertório do campo ao reconhecer formas de ação política que ultrapassam os limites impostos pelos grupos dominantes. A autora distingue entre espaços convidados (institucionalmente reconhecidos e controlados pelo Estado e pelas lógicas de mercado) e espaços inventados (ações construídas pelas próprias comunidades, frequentemente criminalizadas ou reduzidas). Esses dois tipos de espaços, possuem uma relação dialética, sendo construídos mutuamente e revelando a natureza disputada da participação urbana. No entanto, na lógica dominante do planejamento neoliberal, tende-se a validar apenas os espaços convidados como legítimos, despolitizando práticas que emergem dos espaços inventados (Miraftab, 2016).

Nessa abordagem, os espaços inventados possuem três princípios fundamentais: O primeiro é a transgressão no tempo, lugar e ação, rompendo com fronteiras nacionais, questionando dicotomias artificiais e ativando uma consciência historicizada das lutas. O segundo refere-se à sua natureza anti-hegemônica e anticapitalista, ao desafiar diretamente estruturas de dominação e promover outras formas de organização social. Por fim, o terceiro princípio é a imaginação, entendida como capacidade de resgatar o idealismo e de projetar futuros alternativos baseados na justiça espacial (Miraftab, 2009; 2016)

As práticas urbanas insurgentes, também chamadas de ações táticas, correspondem a intervenções no espaço urbano conduzidas por moradores e coletivos locais, que colocam as pessoas no centro da produção autônoma da cidade. São iniciativas cotidianas, colaborativas e de

pequena escala que buscam transformar gradualmente o ambiente urbano, oferecendo respostas concretas às incoerências produzidas pelo urbanismo neoliberal em resposta, às ações táticas posicionam-se na escala local com problemas urbanos não contemplados pelo urbanismo tradicional (Mazivieiro; Rosa, 2019). Essa perspectiva enfatiza a importância da insurgência urbana, da ação coletiva e da resistência cotidiana como formas de reivindicar o direito à cidade e de romper com os mecanismos de exclusão e dominação.

No mesmo horizonte, o Urbanismo Colaborativo emerge como uma expressão contemporânea dessas novas práticas de produção do espaço. Conforme Moraes (2023), essa abordagem tem se ampliado tanto pela multiplicação das experiências em diferentes contextos do país quanto pelos efeitos significativos que gera na escala local. Embora ainda não seja tradicionalmente reconhecido pela literatura como uma vertente do planejamento insurgente, o Urbanismo Colaborativo compartilha elementos centrais, como o engajamento popular, a valorização dos saberes locais e a atuação para além dos canais institucionais convencionais, reforçando a potência das práticas autogeridas na construção de alternativas urbanas mais democráticas e inclusivas.

Desde a fundação do Instituto de Urbanismo Colaborativo (COURB), em 2016, uma rede nacional de práticas tem se articulado por meio de mostras, encontros e mapeamento de espaços urbanos. Essas experiências se concentram majoritariamente em espaços públicos urbanos como: praças, ruas, vazios urbanos e áreas degradadas, que, muitas vezes, não cumprem sua função social. Mobilizações em torno desses espaços revelam uma disputa simbólica e material pelo direito à cidade, ao mesmo tempo em que reconfiguram o papel das comunidades no planejamento urbano. Os dados apresentados por Moraes (2023) apontam a ocorrência de 56 práticas com esse perfil em todas as regiões do país, revelando a diversidade dessas ações.

A autora também ressalta que nem toda prática participativa é, por definição, insurgente. Apenas o caráter coletivo não é suficiente para determinar o grau de enfrentamento à hegemonia do planejamento urbano. O Urbanismo Colaborativo, ainda que se fundamente em relações horizontais e propostas de transformação local, pode eventualmente reproduzir lógicas neoliberais já existentes no sistema. Por isso, há um debate importante a ser feito sobre os limites e as possibilidades dessa abordagem: até que ponto essas práticas conseguem romper as normas tradicionais do urbanismo e promovem autonomia popular?

O debate sobre práticas urbanas participativas exige reconhecer que as insurgências urbanas operam em um campo tensionado pela permanente capacidade do neoliberalismo de neutralizar iniciativas críticas. Assim como práticas insurgentes podem ser cooptadas quando incorporadas de forma instrumental pelo Estado ou por agendas institucionais, perdendo seu caráter contestatório, expressões que dialogam com as insurgências como o Urbanismo Colaborativo também corre o risco de reproduzir lógicas capitalistas ao ser convertido em metodologia de baixo custo para resolver conflitos urbanos sem enfrentar suas causas estruturais.

A horizontalidade e o engajamento local, embora fundamentais, podem ser apropriados como discursos de participação que mascaram desigualdades e deslocam a responsabilidade da transformação urbana para os próprios moradores, alinhando-se à racionalidade neoliberal de autogestão e responsabilização individual. Contudo, reconhecer esses riscos não significa desqualificar tais práticas. Ao contrário, evidencia a necessidade de uma postura crítica capaz de identificar quando iniciativas colaborativas deixam de tensionar e passam a reforçá-lo.

Esse processo revela que embora práticas urbanas e colaborativas possam fomentar autonomia e fortalecer o protagonismo local, ele também pode ser instrumentalizado pela governança neoliberal para legitimar agendas hegemônicas e neutralizar conflitos estruturais. Reconhecer essa ambivalência é fundamental para compreender tanto os limites quanto as potências dessas práticas na construção de cidades mais justas, democráticas e sensíveis às realidades territoriais. Apesar dessas contradições, as práticas insurgentes revelam um potencial transformador que funciona como uma imaginação possível e necessária para projetar futuros urbanos alternativos, capazes de romper com a hegemonia neoliberal.

Essas práticas evocam a necessidade de imaginar outros mundos possíveis, abrindo espaço para um urbanismo verdadeiramente humano, que valorize a vida cotidiana, a autonomia e saberes populares. Trata-se, como aponta Miraftab (2016), de um exercício político fundamental: descolonizar o futuro, ampliando os limites do pensável e criando condições para a emergência de cidades mais justas. Essa imaginação insurgente deve ser necessariamente contra-hegemônica e antirracista, pois a reprodução das desigualdades urbanas está profundamente enraizada em estruturas históricas de dominação racial.

Nas cidades do Sul Global, bem como no contexto brasileiro, a organização socioespacial das cidades reflete um padrão pelo qual populações negras, pobres e periféricas são sistematicamente expostas aos maiores riscos, às menores infraestruturas e às piores condições

ambientais. A distribuição desigual de saneamento, moradia, áreas verdes, mobilidade e segurança não é acidental: ela expressa a forma em que o espaço urbano é estruturado.

Nesse sentido, as populações historicamente racializadas e economicamente vulneráveis são também aquelas que mais sofrem com os desastres socioambientais e climáticos, que recaem de maneira desproporcional sobre aqueles que já carregam o peso das desigualdades urbanas. Ao desafiar essas estruturas e propor novas formas de ação territorial, as insurgências urbanas podem recuperar a potência da imaginação como instrumento político, capaz de mobilizar alternativas que confrontam tanto o capitalismo neoliberal quanto o racismo estrutural.

Por fim, este debate não se esgota aqui, mas culmina na compreensão de que as práticas urbanas insurgentes e colaborativas vislumbram que futuros mais justos não são apenas desejáveis, mas possíveis, sendo necessário o rompimento com a lógica neoliberal de produção das cidades. Isso exige uma mudança profunda de paradigma na maneira de planejar, decidir e habitar o espaço urbano, orientado por valores de equidade territorial, redistribuição, e reconhecimento de saberes tradicionais. Trata-se de deslocar o eixo do desenvolvimento urbano para um projeto que coloque as populações vulnerabilizadas e excluídas, abrindo caminho para uma noção de justiça socioambiental que será discutida a seguir.

3.3 A NOÇÃO DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL E O CONTEXTO URBANO BRASILEIRO

O conceito de justiça ambiental traz à tona uma narrativa científica voltada às sociedades marcadas pela desigualdade, nas quais a maior carga dos danos ambientais decorrentes do desenvolvimento recai sobre populações socioeconomicamente vulneráveis e grupos étnicos historicamente discriminados (Santos, 2018). O movimento por justiça ambiental teve origem nos Estados Unidos, a partir da década de 1980, articulando lutas sociais, territoriais, ambientais e de direitos civis. De acordo com Santos (2018) e Bullard (2002), na década de 1990 os grupos de ativismo socioambiental norte-americanos passaram a adotar o termo “racismo ambiental” como categoria de denúncia das desigualdades sociais e ambientais, alterando o pensamento da época ao estabelecer uma conexão direta entre esses dois eixos.

Partindo da noção de “racismo ambiental”, o Movimento de Justiça Ambiental no contexto brasileiro destacou-se, sob a ótica ecológica, como as chamadas “minorias” são mais expostas e acabam pagando o preço dos riscos e danos resultantes dos modos de desenvolvimento da sociedade. A relação entre meio ambiente e justiça social, fortalecida a

partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), ampliou o debate sobre a dimensão ambiental e estimulou “a busca de alternativas ao modelo dominante de desenvolvimento” (Acselrad, 2010, p. 105). A partir desse momento, consolidou-se um maior diálogo com movimentos comunitários das periferias urbanas, bem como com extrativistas e povos tradicionais.

Com o avanço da ciência o termo “ambiental” começou a ser utilizado como “socioambiental”, relativo a ambientes socialmente construídos, ressignificando a questão ambiental associando aos embates sociais. Justifica-se a adoção utilizado do termo justiça socioambiental nesta pesquisa, devido à articulação desses setores: o movimento social e os ambientalistas, derivado das reuniões preparatórias para a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Ribeiro, 2017). O autor trata o urbano em uma vertente de desigualdade espacial e socioambiental, evidenciando a problemática da injustiça socioambiental é voltada para a desigualdade do acesso à água, do saneamento e do serviço de coleta de lixo, que podem causas novos surtos de doenças transmissíveis para a população exposta a condições inadequadas de vida.

Nessa perspectiva a justiça socioambiental pode ser considerada “uma ferramenta que nutre a luta política pelo combate à desigualdade social” (*idem*, 2017). Já que são as populações socioeconômicas vulneráveis que pagam o preço pelo modelo de produção capitalista. No contexto urbano, além de significar uma medida de avaliar o modo de vida de uma comunidade urbana, é também um termo utilizado pelos movimentos sociais que lutam pela promoção de espaços mais justos e de qualidade, em relação aos bens, serviços e ao meio ambiente.

No contexto urbano, Mattos (2020) relaciona a ausência de justiça socioambiental e o processo de exclusão nas cidades, já que a separação do espaço urbano pode ser vislumbrada ao analisar as dinâmicas de centro e periferia. Defendendo a necessidade de romper as desigualdades socioespaciais que segregam os territórios da cidade, para que a justiça socioambiental seja “despertada”. A autora fundamenta sua análise a partir dos referenciais teóricos de Acselrad, Mello; Bezerra (2009), para compreender as injustiças socioambientais como expressões das desigualdades territoriais e do uso do espaço urbano. Dessa forma, os autores definem injustiça socioambiental, como:

(...) o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009, p. 41)

Ao adotar essa perspectiva, reconhece-se que as populações mais vulneráveis são desproporcionalmente expostas aos riscos socioambientais e as condições de habitação inadequadas. De maneira semelhante, esta pesquisa também adota como subsídio as contribuições de Acseirad para compreender como a distribuição desigual dos recursos urbanos, aliada à omissão do poder público, contribui para o agravamento das vulnerabilidades socioambientais no ambiente urbano, que afeta principalmente as populações mais suscetíveis aos riscos: “os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder”(Acseirad; Mello; Bezerra, 2009, p. 11-15).

Mattos (2020) ainda traz a reflexão sobre as políticas públicas que se configuram como uma medida do Poder Público para minimizar as vulnerabilidades e promover a justiça socioambiental no espaço urbano. Alegando que o quadro de injustiça socioambiental que acomete as cidades só pode ser revertido se a sociedade e o Poder Público se unirem para enfrentar as desigualdades socioambientais no contexto urbano brasileiro.

Ampliando a reflexão sobre os processos de injustiça socioambiental em territórios urbanos, Vergara (2020) compreende o conceito dialogando com o direito à cidade sustentável conforme o Estatuto da Cidade de 2001. No contexto urbano brasileiro o Estatuto marcou o planejamento urbano e as políticas públicas com a lei Lei 10.257, de 2001 que estabelece o direito do cidadão à cidades sustentáveis para as gerações atuais e futuras, no qual os instrumentos urbanísticos devem promover políticas que promovam cidades mais justas, ou seja, baseado nos princípios da justiça socioambiental. Logo, as questões socioambientais no contexto brasileiro devem ser discutidas com base na reflexão do uso do solo urbano e na divisão socioespacial das cidades, que separam os territórios por classes e condições econômicas.

Vergara (2020) também apresenta abordagens sociológicas de e Henrique Leff e Boaventura de Sousa Santos que abordam a injustiça socioambiental tem raízes profundas relacionado à crise do paradigma hegemônico de desenvolvimento que marcou a modernidade especialmente a partir da Revolução Industrial. Acseirad, Mello e Bezerra (2009) refletem sobre o modelo capitalista de acumulação de capital, que transforma bens naturais em produtos mercantilizados. Esse modelo de desenvolvimento, intensifica as injustiças socioambientais, que se manifesta com maior força quando populações marginalizadas — como a da Vila Parolin — são destinadas a ocupar áreas sem infraestrutura e serviços adequados.

Por fim, o autor se baseia nos estudos de Maricato (2010) sobre a fragmentação urbana e a relação entre “cidade oficial” em que a população é contemplada com o planejamento urbano institucionalizado e a “cidade invisível” em que o Poder Público ignora as ocupações irregulares

no solo urbano, desprovido de infraestruturas, serviços e acessos aos direitos urbanísticos.

Essa reflexão sobre a fragmentação urbana realizada por Maricato (2010), sobre a coexistência das duas formas de cidade “oficial” e “invisível”, revela à realidade urbana da Vila Parolin frente ao planejamento urbano formal de Curitiba. Já que, a comunidade do mesmo estando localizada em uma área central da cidade, está às margens do planejamento formal e possui um histórico de vulnerabilidades socioambientais devido a informalidade das ocupações. Tal como apontado pela autora, a exclusão dos processos institucionais de urbanização configura uma forma de produção de cenários de injustiça socioambiental no ambiente urbano.

No contexto brasileiro, existem movimentos por Justiça Ambiental como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) fundada em 1961 que corrobora com a perspectiva de Acselrad, Mello; Bezerra (2009) que determinadas populações, comunidades, classes sociais, ou grupos étnicos estão mais expostos a vulnerabilidade. Em 1998 representantes de algumas redes do Movimento compartilharam experiências contra a “exportação da injustiça ambiental” (Silva, 2020), em um encontro promovido na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No Brasil, o tema teve uma concepção direcionada com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), voltada para coletivos e pessoas atuantes contra o racismo e as injustiças e desigualdades socioambientais produzidas pelo modelo de desenvolvimento do Brasil (RBJA, 2022).

A partir dessas considerações, Silva (2020) define a justiça socioambiental como uma “condição”, sendo um processo de desconstrução do modelo de produção e desenvolvimento atual. Como referencial de justiça na perspectiva socioambiental, o conceito é abordado tanto em seus aspectos físicos quanto sociais, relacionado a vertente da teoria da justiça social a questões relativas ao meio ambiente.

Compreender a justiça socioambiental implica em reconhecer os contextos de vulnerabilidade em que ela se faz presente. Se a justiça socioambiental propõe uma reestruturação profunda das relações entre sociedade e natureza, a noção de vulnerabilidade socioambiental revela os efeitos concretos das injustiças produzidas pelo modelo de desenvolvimento baseado nas lógicas capitalistas e de mercado. Dessa forma, o próximo tópico se dedica apresentar os principais fundamentos teóricos do conceito de vulnerabilidade socioambiental, relacionando-o ao contexto socioambiental e aos riscos presentes nas cidades contemporâneas.

3.3.1 Vulnerabilidade socioambiental

A temática da vulnerabilidade socioambiental é considerada relevante nos estudos urbanos, sendo compreendida por Souza (2016) como um processo ligado à dinâmica social e às condições ambientais de um determinado território. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade não se restringe a um aspecto isolado, mas emerge da interação complexa entre as características da população e o meio em que vive.

Souza (2016) traz estudos de Deschamps (2004) que aprofunda essa discussão ao identificar a vulnerabilidade socioambiental como um fenômeno frequentemente observado em espaços que concentram populações socialmente vulneráveis. Segundo o autor, essa concentração está associada a processos de segregação socioambiental, nos quais verificam uma distribuição desigual dos danos ambientais, no qual as parcelas mais pobres da população estão sendo desproporcionalmente afetadas.

Essa compreensão corrobora com os estudos de Acselrad, Mello; Bezerra (2009) sobre o conceito de (in) justiça socioambiental discutido no tópico anterior. A dinâmica evidencia como a ocupação de moradias para grupos de baixa renda em áreas ambientalmente sensíveis ou de risco explicita a existência da vulnerabilidade socioambiental. Para Deschamps (2008), a vulnerabilidade e o risco se encontram fortemente interligados, uma vez que a condição de fragilidade aumenta a probabilidade de ocorrência de riscos e desastres ambientais.

Complementando essa abordagem, Romano (2018), ao discutir os estudos de Cartier et al. (2009) que conceitua a vulnerabilidade socioambiental como a coexistência ou sobreposição espacial de grupos populacionais marginalizados, com alta privação social e em áreas caracterizadas por riscos ou degradação ambiental. Destaca-se que o conceito de vulnerabilidade social, no contexto socioambiental e de desastres, está geralmente associado a uma exposição aos riscos, indicando que determinados grupos estão suscetíveis a pagar o preço de consequências dos riscos.

A autora afirma que a problemática emerge como uma questão socioambiental central no contexto brasileiro, reconhecida como sub-habitação. A escolha do local de moradia em face de riscos socioambientais revela a capacidade socioeconômica dos grupos sociais: enquanto as camadas economicamente mais favorecidas podem optar por locais seguros, a população mais pobre frequentemente não possui outras alternativas, intensificando suas vulnerabilidades socioambientais.

Nesse contexto, marcado pelo cenário climático emergente, com eventos extremos cada vez mais frequentes nos territórios urbanos, surgem os movimentos sociais urbanos, atuando como agentes coletivos que buscam enfrentar essas desigualdades e promover formas de adaptação e resistência frente às transformações climáticas e às injustiças na produção do espaço urbano.

3.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E O CONTEXTO CLIMÁTICO EMERGENTE EM TERRITÓRIOS POPULARES

Os movimentos sociais vêm passando por transformações significativas ao longo do tempo, especialmente no cenário nacional, marcado pela desmobilização social. Essa fragilidade é resultado de diversos fatores, como conflitos internos entre os próprios movimentos, a descrença popular na política institucional — muitas vezes associada a escândalos de corrupção — e os efeitos do avanço do modelo neoliberal de Estado. Com isso, observa-se o aumento do desemprego, do trabalho precarizado e da desigualdade social.

Nesse contexto, emergem os chamados “novos movimentos sociais”, cuja principal finalidade é a defesa dos direitos sociais. Diferenciam-se por adotar uma forma mais descentralizada de organização e funcionar como redes de trocas entre diferentes grupos. Apesar de não se estruturarem a partir da tomada de poder — característica histórica dos movimentos sociais tradicionais —, sua atuação permanece relevante e significativa, já que são respostas diretas às desigualdades geradas pelo capitalismo. A ausência de consenso nas suas ações não deve ser interpretada como fragilidade, mas sim como reflexo da complexidade dos temas que mobilizam suas pautas.

Com o fortalecimento da participação popular, surgem novas formas de articulação política por meio da sociedade civil organizada. Essa articulação é protagonizada por sujeitos políticos coletivos que, mesmo oriundos de movimentos distintos e com pautas específicas, unem-se em redes e fóruns com o objetivo comum de lutar por transformações estruturais, como é o caso da reforma urbana. Essas redes se organizam com base em relações horizontais, superando modelos hierárquicos tradicionais e promovendo uma atuação coletiva mais equilibrada.

A mobilização urbana ganha força principalmente a partir da década de 1970, quando associações de bairro e grupos ligados à Igreja se tornaram espaços estratégicos para articulação comunitária e fortalecimento das lutas sociais. Já nas décadas seguintes — 1990 e 2000 — a

inserção dos movimentos sociais nos espaços institucionais de participação passou a ser uma das principais estratégias de atuação da sociedade civil organizada.

Para compreender os movimentos sociais em sua totalidade, é necessário reconhecê-los como fenômenos amplos e complexos, conforme alerta Vela (2015). Gohn (2006) ressalta que essas iniciativas representam o exercício de poder da sociedade civil e sempre operam dentro de uma correlação de forças sociais. Assim, são compreendidos como processos político-sociais que resultam da atuação de atores coletivos, oriundos de distintas classes sociais, reunidos em torno de interesses comuns diante de contextos sociais, econômicos e políticos específicos.

As ações desses grupos se constituem a partir de repertórios compartilhados e desenvolvem identidades coletivas que orientam suas práticas. Conforme Gohn (2006), os movimentos sociais são estruturados em torno de conflitos e disputas em diferentes esferas da vida social, mobilizando diferentes formas de ação conforme as características dos grupos envolvidos.

A autora propõe cinco categorias para classificar os movimentos sociais:

1. **Movimentos organizados a partir da origem institucional** dos seus membros, como sindicatos, partidos políticos, associações religiosas, estudantis ou profissionais. Nesses casos, a forma e o conteúdo das demandas são fortemente influenciados pela ideologia da instituição de apoio ou abrigo.
2. **Movimentos que emergem de características identitárias e da diversidade humana**, como os de gênero, etnia, orientação sexual ou faixa etária. Embora sempre tenham existido, ganharam proeminência na era da globalização por abordarem opressões de caráter universal.
3. **Movimentos vinculados a problemas sociais concretos**, relacionados às condições de vida e acesso a direitos básicos, como moradia, terra, saúde, transporte e educação. É dentro dessa categoria que se encontram os movimentos sociais urbanos.
4. **Movimentos motivados por conjunturas políticas nacionais**, como crises econômicas, conflitos culturais ou mudanças no sistema político, incluindo movimentos nacionalistas

e libertários.

5. Movimentos de base ideológica, cuja estruturação e atuação são diretamente moldadas por doutrinas ideológicas específicas, que funcionam como força propulsora.

É importante destacar que os movimentos sociais urbanos — foco desta pesquisa — se enquadram principalmente na terceira categoria. Conforme Gohn (1991), esses movimentos não são homogêneos, mas são caracterizados por sua atuação direta sobre as problemáticas relacionadas ao uso, acesso e apropriação do espaço urbano. Estão associados às lutas por habitação, uso do solo, acesso a serviços públicos e equipamentos coletivos, sendo mais expressivos nas camadas populares da sociedade.

Os chamados movimentos sociais populares urbanos merecem atenção especial nesta pesquisa, dado seu papel central na luta por cidades mais justas e igualitárias. Nesse panorama, a Rede Curitiba Climática (RECC) pode ser compreendida como um movimento social urbano que se insere na terceira categoria proposta por Gohn (2006), pois sua atuação está centrada em questões concretas que afetam diretamente a vida da população em contextos urbanos, voltada em especial para justiça socioambiental e climática.

A RECC se articula em torno de demandas relacionadas à moradia digna, mobilidade urbana, mudanças climáticas, acesso à infraestrutura e ao meio ambiente saudável, configurando-se como uma rede de resistência frente às desigualdades socioambientais. Sua organização em rede, composta por diversos coletivos e sujeitos políticos, reflete uma estrutura horizontal e colaborativa, característica dos novos movimentos sociais que emergem como resposta às vulnerabilidades e à crise urbana e climática. Logo, a RECC representa uma expressão contemporânea e politicamente articulada dos movimentos sociais urbanos, atuando como um agente coletivo em territórios populares urbanos, frente aos problemas da contemporaneidade.

O cenário contemporâneo é marcado por um contexto climático emergente que intensifica vulnerabilidades já existentes nas cidades brasileiras. Eventos extremos — como enchentes, ondas de calor, alagamentos, deslizamentos e ilhas de calor — tornaram-se mais frequentes e severos, afetando de forma desproporcional a população que vive em territórios populares. Esses territórios, historicamente marcados por desigualdades urbanas, carência de

infraestrutura e ausência de políticas públicas efetivas, tornam-se espaços onde os impactos das mudanças climáticas se manifestam com maior força.

Além de agravar problemas antigos, a crise climática evidencia injustiças estruturais: os grupos que menos contribuíram para a emissão de gases de efeito estufa são justamente os que mais sofrem com seus efeitos. No caso de Curitiba, comunidades como a Vila Parolin vivenciam na prática as consequências de um modelo urbano desigual — desde a precariedade habitacional e a falta de drenagem adequada até a maior exposição a riscos ambientais.

Portanto, compreender o contexto climático é essencial para analisar como movimentos sociais urbanos, como a RECC, atuam não apenas na denúncia das desigualdades socioambientais, mas também na formulação de respostas coletivas diante do agravamento da crise climática. Isso contribui no fortalecimento das lutas contemporâneas por justiça climática, tema que será aprofundado no tópico seguinte.

3.5 JUSTIÇA CLIMÁTICA JÁ! Reflexões sobre o ativismo climático em Curitiba

A mudança do clima não é justa. Apesar de afetar a todos [e todas], a distribuição dos impactos é desigual - a população marginalizada em seus direitos sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais é mais vulnerável aos efeitos climáticos. Residentes em assentamentos informais - sobretudo mulheres, idosos, crianças e pessoas com deficiência –, por exemplo, podem ter suas capacidades de adaptação limitadas devido a barreiras socioeconômicas. (C40 CITIES, 2019)

A compreensão da crise climática que hoje molda o cotidiano das cidades começa por reconhecer um contexto de profundas transformações. Muito além de um fenômeno natural, trata-se de um processo acelerado pela ação humana e cujas consequências se revelam cada vez mais evidentes em desastres ambientais urbanos. Embora a mudança do clima seja um processo global, seus impactos são distribuídos de maneira desigual, atingindo mais fortemente grupos que já vivem em vulnerabilidade social. Logo, a intensificação de eventos extremos e a ampliação das desigualdades socioambientais têm reforçado a urgência de compreender as questões climáticas, em sua complexidade.

O termo “mudança climática” pode ser compreendido como uma alteração no estado climático da Terra que se expressa por variações que persistem por períodos prolongados, geralmente décadas ou mais (IPCC, 2022). Embora transformações no clima façam parte da história do planeta, influenciadas por fatores naturais, o que caracteriza o contexto atual é a intensificação da ação humana.

Nesse sentido, Moore (2015) destaca que o Antropoceno tem sido empregado para descrever esse novo período histórico no qual a humanidade se torna uma força geológica dominante. O termo possui múltiplas interpretações, mas convergem na ideia de que a atividade humana passou a alterar de maneira profunda os sistemas terrestres, a ponto de alguns cientistas defenderem que já ingressamos em uma nova era marcada pelo impacto antrópico. Essa aceleração inédita vem provocando consequências drásticas para a vida no planeta, demandando ações urgentes. Diante desse quadro, ganha força o uso dos termos “crise climática”, “emergência climática” ou “urgência climática”, sendo este o entendimento adotado nesta pesquisa.

A crise climática deixou de ser uma projeção futura para se afirmar como uma condição já presente no cotidiano das cidades. Eventos extremos como ondas de calor, enchentes, secas e deslizamentos tornaram-se mais frequentes e intensos, impactando de forma desigual diferentes grupos sociais. Nas áreas urbanas, essa desigualdade se expressa territorialmente: quanto mais vulnerável o território, maiores os danos, tanto sociais quanto ambientais. Assim, compreender a mudança climática no contexto das cidades exige reconhecer que seus efeitos não são distribuídos de forma homogênea, mas atravessam desigualdades históricas relacionadas à renda, raça, gênero e condições de moradia.

Nesse contexto de emergência, os movimentos sociais urbanos assumem papel relevante como espaços de resistência e articulação política frente às desigualdades estruturais. Segundo Silva (2003), esses movimentos funcionam como núcleos de contestação que contribuem para manter viva a crítica social em cenários de crise. É importante reconhecer que os movimentos sociais populares urbanos não formam um grupo homogêneo; suas ações são marcadas por distintas visões políticas, ideológicas e culturais. As estratégias utilizadas para alcançar mudanças sociais variam de acordo com a composição interna de cada movimento, a forma como as bases dialogam com suas lideranças e os tipos de articulação que estabelecem com atores externos (GOHN, 1991).

A crise climática se agrava especialmente nas cidades dos países em desenvolvimento, onde o processo de urbanização acelerado durante o século XX ocorreu sem o devido acompanhamento do poder público na oferta de infraestrutura e serviços urbanos. Essa lacuna resultou em déficits estruturais profundos e ocupações precárias em áreas de risco. Assentamentos informais, muitas vezes localizados em encostas, margens de rios ou zonas suscetíveis a desastres, tornaram-se espaços de alta vulnerabilidade climática.

Mesmo fora do contexto de crise climática, essas deficiências já representavam sérios riscos à saúde e à segurança da população urbana. Sob essa perspectiva, a crise climática não afeta apenas o meio ambiente, mas compromete diretamente os direitos humanos fundamentais. Borràs (2016) destaca que a mudança climática ameaça o acesso à água potável, à saúde, à alimentação, à moradia digna e a um ambiente equilibrado. A partir da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em 2002, o termo justiça climática começou a ganhar força no cenário internacional, dando origem a um movimento que articula povos e territórios diversos em torno da defesa por equidade ambiental.

A escolha por utilizar as contribuições de Borràs (2016), Schlosberg e Collins (2014) nesta pesquisa se justifica por suas análises críticas e interseccionais, que conectam a crise climática às violações de direitos humanos e à perpetuação de desigualdades estruturais. Além disso, a autora denuncia como o sistema internacional perpetua desigualdades geopolíticas, favorecendo países ricos ao mesmo tempo em que impõe os maiores ônus climáticos às nações menos desenvolvidas. Assim, a noção de justiça climática, próxima à justiça ambiental, reivindica a redistribuição equitativa dos impactos e benefícios do uso dos recursos naturais.

A interseção entre justiça climática e justiça ambiental revela-se profunda, já que ambas compartilham princípios como equidade social, participação democrática e reconhecimento da diversidade. Schlosberg e Collins (2014) demonstram que há um diálogo constante entre os dois movimentos, com conceitos e demandas que se entrelaçam e se fortalecem mutuamente. Nesse contexto, o IPCC (2022) passou a reconhecer formalmente que a justiça climática, mesmo com diferentes interpretações, baseiam-se em três princípios fundamentais: justiça distributiva (relacionada à distribuição de ônus e benefícios entre indivíduos) justiça processual (referente à participação e ao poder de decisão nos processos políticos) e justiça do reconhecimento (que implica no respeito e valorização de diferentes culturas, identidades e saberes).

Esses princípios não permanecem apenas no campo teórico: é no ativismo climático que eles ganham materialidade e força política. Movimentos sociais, coletivos urbanos e redes climáticas têm mobilizado comunidades, disputado agendas públicas e reivindicado que as políticas de adaptação e mitigação considerem desigualdades históricas, vulnerabilidades territoriais e direitos sociais. Em cidades como Curitiba, o ativismo climático atua justamente na interface entre justiça ambiental e justiça climática ao denunciar os impactos desiguais da crise e propor alternativas que ampliem a participação, fortaleçam territórios periféricos e incluam populações invisibilizadas na tomada de decisão.

O conceito de ativismo climático, de acordo com Menezes et al. (2012), caracteriza-se pelo surgimento de novos protagonistas sociais, por formas inovadoras de organização e pela ampliação dos espaços de ação política. Tal dinâmica articula-se diretamente à participação cívica, consolidando-se como uma dimensão fundamental do exercício da cidadania e da construção de práticas políticas orientadas pela justiça ambiental e climática. Reis (2021, p. 11) afirma que o conceito consiste em um processo coletivo, democrático e investigativo de enfrentamento dos problemas socioambientais, fundamentado na negociação e na participação cidadã. Garcia et al. (2022) reforçam essa compreensão ao tratar o ativismo como um mecanismo de estímulo à participação pública nas questões socioambientais.

A noção de ativismo climático pode ser referido por diferentes denominações. Caires (2023) afirma que o termo aparece também citado como: “coletivos, ambientalismo, mobilizações de proteção ao meio ambiente e militarismo ambiental” (Caires, 2023, p. 50). Ainda ressalta que é uma prática política não convencional, protagonizada pela juventude. Gohn (2018) assinala que as juventudes, no campo social, foram historicamente interpretadas de maneira ambígua, ora como protagonistas de processos de mudança social - com o estereótipo de agentes transformadores- ora como grupos associados a problemáticas e conflitos.

Nesse contexto, o ativismo climático encontra nos movimentos sociais urbanos uma de suas principais formas de expressão. Esses movimentos atuam como mediadores entre as demandas das populações vulnerabilizadas e as estruturas institucionais. Exemplificando, a Rede Curitiba Climática (RECC) pode ser compreendida como uma expressão concreta desse ativismo climático juvenil no contexto urbano brasileiro. Constituída majoritariamente por jovens, a RECC atua como um coletivo que articula mobilização social, produção de conhecimento, incidência política e ações educativas voltadas à justiça climática e socioambiental em Curitiba.

A RECC opera por meio de ações colaborativas, participação em audiências públicas, organização de eventos, campanhas de sensibilização e articulação com outros movimentos sociais, demonstrando que o ativismo climático não se limita à denúncia, mas envolve também a proposição de alternativas para o planejamento urbano tradicional. Nesse sentido, sua atuação está alinhada aos princípios da justiça climática, ao reconhecer que os impactos das mudanças climáticas não são distribuídos de forma equitativa e que populações periféricas e vulnerabilizadas são as mais expostas aos riscos ambientais.

Ao incorporar a perspectiva da justiça climática, a RECC auxilia no debate de reivindicação de políticas públicas que considerem as desigualdades históricas, territoriais e sociais, defendendo processos decisórios mais democráticos e inclusivos. Diante do aprofundamento das desigualdades socioambientais e da intensificação dos impactos das mudanças climáticas nos territórios urbanos, a justiça climática não pode mais ser compreendida como uma agenda futura, mas como uma necessidade imediata.

A crise climática expõe e aprofunda vulnerabilidades históricas, atingindo de forma desproporcional populações periféricas, racializadas e socialmente invisibilizadas, o que revela o caráter estruturalmente desigual da produção do espaço urbano. Nesse contexto, o ativismo climático e os movimentos sociais urbanos assumem papel central na construção de respostas coletivas e democráticas. Ao articular participação cidadã, a produção de saberes locais e a incidência política, esses movimentos demonstram que a justiça climática só pode ser efetivada quando associada à garantia de direitos, ao fortalecimento dos territórios e à democratização das decisões sobre a cidade.

Logo, a luta climática urbana revela-se indissociável da luta por justiça social, uma vez que é no ativismo que as demandas por distribuição de recursos, participação democrática e reconhecimento dos sujeitos historicamente invisibilizados se materializam em práticas concretas de resistência, organização coletiva e transformação territorial. Diante da recorrente negligência e omissão do Estado frente às injustiças socioambientais, o ativismo fortalece os territórios como protagonistas da transformação socioambiental, ao valorizar os saberes populares e as práticas locais como fundamentos para a construção de cidades mais justas, resilientes e democráticas.



CAPÍTULO 4.

CURITIBA: CONTRASTES ENTRE O PLANEJAMENTO E A DESORDEM URBANA



4. CURITIBA: CONTRASTES ENTRE O PLANEJAMENTO E A DESORDEM URBANA

Figura 06 - Paisagem urbana contrastante em Curitiba: Vista da Parolin para o Centro



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Curitiba- Foto de José Fernando Ogura/SECOM

Este capítulo surge com o intuito de discutir os paradoxos da urbanização de Curitiba, uma cidade reconhecida por seu planejamento inovador, sendo frequentemente citada como referência internacional em transporte público, preservação ambiental e qualidade de vida. No entanto, essa imagem contrasta com diversas desigualdades socioambientais que marcam a realidade, muitas vezes, negligenciada.

Ao longo das últimas décadas, a cidade passou por um intenso processo de urbanização que, apesar dos esforços para manter um crescimento ordenado, resultou em uma nova configuração do espaço, com áreas segregadas. Enquanto áreas valorizadas se beneficiam de infraestrutura urbana qualificada, áreas verdes, espaços livres e de lazer, existem áreas que enfrentam riscos socioambientais e condições precárias de moradia.

Para explorar essa dualidade, este capítulo propõe realizar uma breve contextualização histórica de Curitiba, envolvendo o surgimento das questões relacionadas ao planejamento urbano, além da identificação de fatores que podem ter intensificado o processo de aglomeração

urbana e moradias informais. para isso, serão abordadas inicialmente as características históricas e geográficas da cidade, acompanhadas de dados e mapas ilustrativos sobre áreas verdes, bacias hidrográficas e organização territorial.

essa construção histórica dos fatos se faz necessária, pois, os problemas socioambientais atuais revelam as raízes das desigualdades territoriais e os padrões de ocupação urbana que moldaram a cidade ao longo do tempo. em seguida, serão discutidas as principais problemáticas socioambientais urbanas, evidenciando os impactos do processo de urbanização acelerado.

na segunda parte do capítulo, a análise será direcionada especificamente para a vila parolin, uma comunidade que exemplifica as contradições do planejamento urbano de curitiba. através desse estudo de caso, será possível compreender como as desigualdades socioambientais se materializam no território, as demandas da população local e os desafios enfrentados no que diz respeito à justiça socioambiental.

4.1 ASPECTOS DE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DO PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

A cidade de Curitiba é um município localizado na região Sul do Brasil, capital do Estado do Paraná. Possui uma extensão territorial correspondente a 435,277 km², sendo considerada totalmente zona urbana. Com uma população estimada de 1.773.718 habitantes, é o município mais populoso da região, sendo o oitavo do Brasil (IBGE,2022).

A cidade é o principal centro econômico e demográfico da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), que possui 29 municípios. A capital está inserida no Núcleo Urbano Central (NUC) que engloba alguns municípios vizinhos com a função de promover o desenvolvimento integrado, para o crescimento e adensamento populacional.

De acordo com o IPPUC (2018), Curitiba é dividida administrativamente em 75 bairros, que estão distribuídos em 10 regionais de administração, sendo: Regional Boa Vista, Santa Felicidade, Matriz, Portão, CIC, Cajuru, Boqueirão, Pinheirinho, Bairro Novo e Tatuquara. Além disso, possui a renda média per capita é de R\$1.581,04 (Dieese, 2016).

Curitiba possui seis bacias hidrográficas principais, sendo: Atuba, Belém, Ribeirão dos Padilha, Barigui, Passaúna e Iguaçu. A cidade nasceu na bacia do rio Atuba, mas cresceu ao longo da bacia do rio Belém, sendo parte integrante da bacia do rio Iguaçu. As bacias hidrográficas tiveram um papel fundamental na fundação e no desenvolvimento de Curitiba, influenciando sua localização, expansão e estrutura urbana ao longo do tempo.

No entanto, antes de qualquer fundação oficial, o local em que Curitiba foi fundada já era habitado por povos originários. Há cerca de 15 mil anos, os paleoíndios ocupavam o sul do Brasil, deixando marcas de ancestralidade e a construção de saberes baseados na experiência coletiva e na relação com a natureza. Reconhecer os primeiros povos resgata a memória dos primeiros habitantes e rompe com as narrativas coloniais sobre a ocupação do território.

Com a chegada dos colonizadores europeus, o território que hoje compreende Curitiba passou por transformações profundas. A lógica de ocupação desconsiderou os modos de vida ancestrais e impôs uma nova organização espacial baseada na propriedade privada. As populações pré-existentes foram deslocadas de seus territórios que foram convertidos em áreas de exploração econômica, dando lugar às primeiras fazendas e núcleos urbanos.

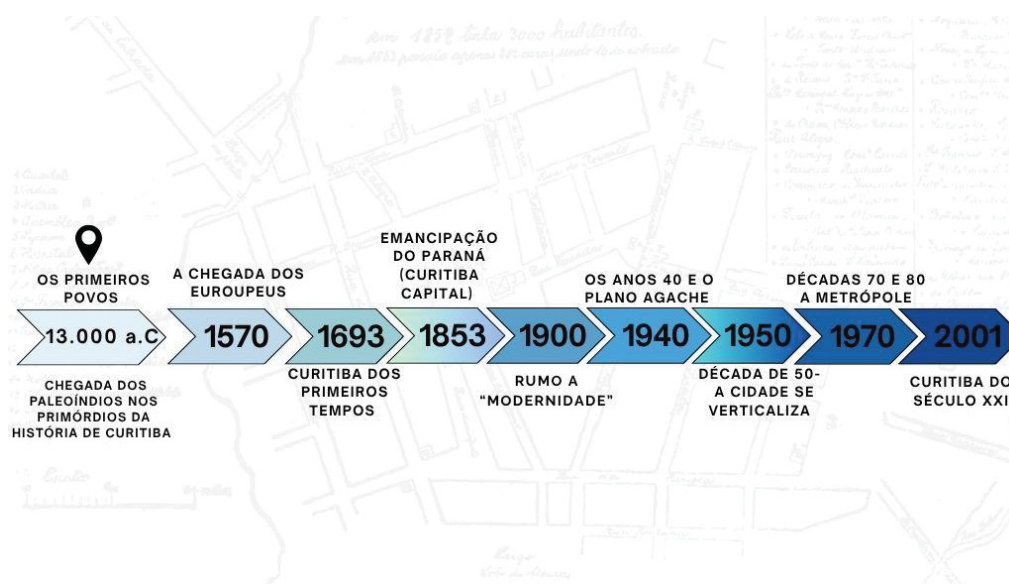
A fundação oficial da cidade, foi em 29 de março de 1693 com o nome de Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, mais tarde rebatizada como Curitiba. Inicialmente teve sua economia baseada na mineração e na agricultura de subsistência durante o século XVII. Após enfrentar um período de extrema pobreza, houve transformações econômicas a partir de 1812, com a atividade de transporte de gado e mercadorias, denominada de tropeirismo, que impulsionou o desenvolvimento local e se manteve ao longo dos séculos XVIII e XIX, sendo fundamentais para o crescimento de Curitiba (PMC, 2025).

centralizada de infraestrutura. A partir de 1950 a verticalização em Curitiba foi acelerada devido ao aumento de números de pavimento dos edifícios, sendo permitido esse novo padrão construtivo desde o ano de 1944.

Na década de 1960, com o agravamento dos problemas urbanos, começaram a surgir os primeiros loteamentos e ocupações irregulares e falhas no sistema viário, houve a necessidade de um novo plano para reorganizar o desenvolvimento da cidade. Já em 1966, com o novo Plano Diretor, Curitiba teve o seu crescimento direcionado segundo parâmetros : uso do solo, transporte coletivo e sistema viário, que visava a mudança da conformação do crescimento da cidade para um sistema linear.

O plano também previa a distribuição de equipamentos de recreação por toda a cidade e implantação de parques ao longo dos cursos d'água de modo a proteger o sistema natural de drenagem, minimizando o problema das enchentes e protegendo fundos de vale (CURITIBA, 2007). De acordo com dados de Curitiba (2007), a Lei de Zoneamento e Uso do Solo, era dividida em duas tipologias: os locais onde esperava-se um processo de ocupação lento (Zonas Urbanas) e locais que pretendia-se uma ocupação rápida e adensada, os (Setores Especiais).

Figura 08 - Linha do tempo de Curitiba.



Fonte: Produzido pela autora (2025) com base nos dados da exposição “Tempo e Memória” realizada pela Fundação Cultural de Curitiba (2019)

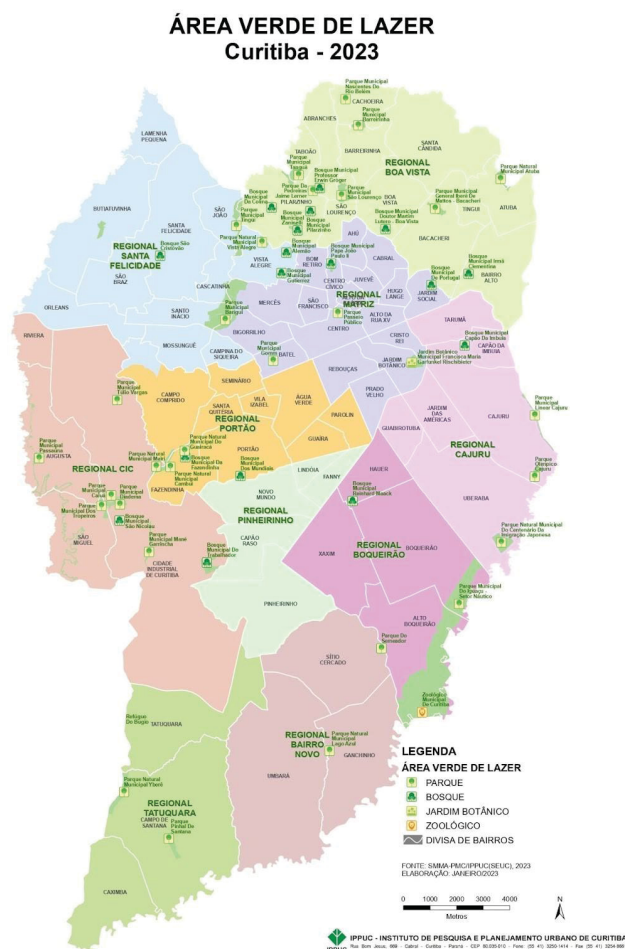
Com o crescimento industrial na década de 1970, Curitiba passou por um processo de urbanização acelerada, impulsionada pela mecanização agrícola e o êxodo rural que trouxeram

mudanças significativas para a cidade, inclusive no modo de como é vista mundialmente. De acordo com a Fundação Cultural de Curitiba (2019) as ações tomadas nesse período foram o que tornaram a cidade referência mundial, devido às propostas do “urbanismo moderno”. Na década de 1970 também foi criado o sistema lógico de transporte BRT (*Bus Rapid Transit*) uma proposta inovadora e integrada, originária de Curitiba e reproduzida mundialmente (Lima; Fortunato, 2017).

A cidade ficou conhecida nacional e internacionalmente por ser referência de planejamento urbano. Com isso, foi construída e disseminada socialmente ideias vinculadas ao lugar como de “cidade-modelo” ou “cidade-ecológica” (Albuquerque, 2007). Curitiba é bem reconhecida pelo seu viés ecológico, sendo uma das cidades brasileiras que possui mais área verde em metros quadrados por habitante. A cidade possui 64,5 m² de área verde por habitante, o que corresponde a 26% de cobertura vegetal (Prefeitura de Curitiba, 2012).

O índice de 12 m² de área verde por habitante costuma ser citado no Brasil como uma recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, de acordo com De Arruda et al. (2013), essa atribuição é imprecisa. Pesquisadores, após contato com a própria OMS e com a ONU, constataram que essas instituições não reconhecem oficialmente esse valor como uma diretriz. Acredita-se que o parâmetro adotado no Brasil tenha sido inspirado em modelos europeus, com base em diretrizes de outros países. Isso implica na réplica de padrões internacionais sem considerar o contexto local e mostra nas as experiências locais como referência para parâmetros urbanísticos e ambientais.

Figura 09 - Áreas verdes de lazer de Curitiba.



De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Curitiba (2025) a cidade possui 49 áreas verdes, sendo, 15 bosques, 34 parques incluindo o Jardim Botânico, o Museu de História Natural e o Zoológico Municipal de Curitiba, totalizando uma área de 9.391.378 m² de áreas verdes públicas municipais. De acordo com dados do IPPUC (2023) a espacialização desses equipamentos demonstra uma concentração maior nas regionais Matriz com 6 equipamentos e especialmente Boa Vista, com 15 equipamentos. Por outro lado, as regionais localizadas nas porções Sul contam com poucos ou até mesmo há ausência de equipamentos públicos (Quadro 04).

A distribuição dos parques e áreas verdes em Curitiba revelam um padrão de concentração na região norte e central (Boa vista e Matriz), enquanto a região sul apresenta uma carência significativa desses equipamentos urbanos. Esse fenômeno reflete tanto as escolhas históricas de planejamento urbano quanto as desigualdades socioespaciais da cidade.

Quadro 04 - Distribuição das áreas verdes de Curitiba por zonas e regionais administrativas.

ZONAS	REGIONAIS	EQUIPAMENTOS	POPULAÇÃO
Norte	Boa Vista	15	266.890
Noroeste	Santa Felicidade	4	142.577
Central	Matriz	6	209.807
Leste	Cajuru	4	248.420
Oeste	Fazendinha/Portão	4	218.275
Sudoeste	Boqueirão	3	208.287
Oeste/Sul	CIC	9	206.342
Sul	Pinheirinho	0	152.614
	Bairro Novo	2	147.525
	Tatuquara	2	124.759

Fonte: Elaborado pela autora, com dados do IPPUC (2023)

Curitiba carrega o estereótipo de cidade sustentável, amplamente reconhecida por seu planejamento urbano voltado às questões ambientais e à qualidade de vida. No entanto, essa imagem de “cidade verde” não se reflete de forma igualitária para todos os seus habitantes. O discurso de sustentabilidade da cidade oculta desigualdades socioambientais, onde o acesso à natureza ainda é um privilégio restrito a determinadas regiões e classes sociais?

É possível realizar associações a respeito da questão do processo de expansão urbana de Curitiba com novas redefinições de funções de espaço, mas especificamente das áreas verdes. Esse fenômeno de “mercantilização da natureza” emerge como consequência do crescimento da especulação imobiliária nas áreas verdes próximas aos centros urbanos visando oportunidades de lucro. Dessa forma, espaços verdes acabam sendo direcionados a uma parcela privilegiada da população reforçando as desigualdades socioambientais fundamentadas na ideia de um “urbanismo sustentável” (Macedo; Diniz, 2007)

Com essa valorização de determinadas áreas e a concentração dos principais equipamentos nas regiões norte e central da cidade, como o Parque Barigui, Parque São Lourenço, Parque Tingui, Parque Tanguá, o Bosque Alemão e o Jardim Botânico de Curitiba, é visto que, as maiores infraestruturas urbanas e políticas públicas estão voltadas para esses locais. Enquanto outras regiões apresentam carência desses espaços públicos e de infraestrutura, criando uma narrativa de sustentabilidade que não reflete igualmente em todas as regiões, evidenciando a presença de áreas desiguais.

Isso mostra que a imagem histórica construída socialmente difere da realidade cotidiana da capital. A mesma cidade na qual é considerada referência no planejamento urbano, em contrapartida, é destaque na desigualdade socioambiental e urbana. De acordo com o relatório do Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas- ONU, no ano de 2010, o país

obteve quatro cidades na lista das mais desiguais. Dentre elas, Curitiba aparece em 17º lugar no ranking das cidades de maior desigualdade social do mundo.

Ao longo dos anos, a Lei de Uso e Ocupação do Solo passou por diversas modificações, para promover uma ocupação territorial considerada ambientalmente responsável, porém gerou amplo debate na literatura sobre o planejamento urbano de Curitiba. Diante da necessidade de alinhar o Plano Diretor vigente às novas diretrizes nacionais, especialmente após a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001), foram estabelecidos prazos para a implementação de planos setoriais, incluindo as questões relacionadas ao Meio Ambiente.

Apesar disso, as lógicas de urbanização de Curitiba impulsionado pela indústria, também ocorrido em grande parte das cidades brasileiras, foi um grande fator para a precarização habitacional de classes menos favorecidas. Pois, ao habitar em áreas impróprias para moradia, iniciam o surgimento de extensas áreas compostas por bairros densos em condições vulneráveis e periféricas, como acontece no município de Curitiba e em sua região metropolitana. (CURITIBA, 2007).

Autores como Sánchez Garcia (1993) e Albuquerque (2007), argumentam que a cidade foi construída sob uma imagem homogeneizadora, valorizando apenas determinadas áreas, enquanto são negligenciadas questões fundamentais, como a habitação e as desigualdades territoriais. Como resultado, as áreas vulnerabilizadas enfrentam a falta de serviços básicos essenciais, o que eleva os custos sociais da urbanização e dificulta a gestão pública.

O padrão de crescimento urbano adotado por Curitiba contribuiu no início do século XXI, para uma crise urbana ambiental, debatida no meio científico. Segundo Acselrad (2001), essa crise decorre de um padrão de ocupação do espaço urbano obsoleto e irracional, aliado à concentração desigual de riquezas e benefícios sociais. Nesse contexto, diferentes grupos sociais estão expostos a riscos variados, sendo que a distribuição de saneamento básico e do solo ocorre de maneira proporcionalmente desigual.

4.2 PROBLEMÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS, URBANAS E HABITACIONAIS DE CURITIBA

As relações entre sociedade e natureza em Curitiba são marcadas por contrastes entre a construção da imagem estereotipada de uma “cidade modelo” e os desafios socioambientais enfrentados por comunidades negligenciadas. Ao serem inseridas em uma realidade frequentemente invisibilizada pela narrativa oficial da urbanização de Curitiba, ocorre as dinâmicas de espaços informais de moradias (Silva, 2012). Albuquerque (2007) corrobora

realizando constatações a respeito da invisibilidade de intervenções no campo da habitação na época do planejamento da cidade.

Curitiba passou por significativas transformações socioespaciais, destacando-se a expansão de assentamentos e moradias informais. Essas mudanças foram intensificadas em especial na década de 1990, pela criação de construções voltadas para atividades produtivas e residências de alto padrão. O conjunto dessas transformações redefiniu a dinâmica de produção do espaço urbano, alterando o padrão de desenvolvimento até então existente e consolidando uma nova configuração espacial (Silva, 2012). Com isso, houve a expansão de moradias informais que se estabeleceram em áreas ambientalmente vulneráveis:

Assim como nos demais aglomerados metropolitanos brasileiros a intensificação da urbanização ocorrida nas últimas décadas na metrópole de Curitiba caracterizou-se pelo avanço dos espaços informais de moradia, que tomaram as margens dos rios, subiram os morros das periferias, ocuparam as bordas das ferrovias e as áreas de proteção ambiental, do núcleo central às áreas periféricas da aglomeração (Silva, 2012, p. 23).

Na década de 70 ao mesmo tempo que foi marcada por transformações urbanísticas e no sistema de mobilidade em Curitiba, também se destacou o crescimento de ocupações irregulares. De acordo com Albuquerque (2007) os primeiros registros de ocupações irregulares no território curitibano, foram em 1971, especificamente em “21 áreas e 2.213 domicílios-aproximadamente 8.852 pessoas” (Albuquerque, 2007, p. 43) .

Com base nos estudos de Rolim (1985) as primeiras favelas da cidade foram a antiga Favela Vila Pinto, hoje em dia chamada de Vila Torres, localizada no bairro Prado Velho e a Favela do Valetão, localizada no bairro Parolin, atualmente na comunidade na Vila Parolin, um dos objetos de campo deste estudo.

Souza (2016) corrobora alegando que ambas as áreas são antigas e consolidadas na cidade. Ainda afirma que, de acordo com dados do Plano Municipal de Regularização Fundiária em Áreas de Preservação Permanente, as áreas citadas “[...] apresentam condições de vulnerabilidade socioambiental, uma vez que os dois núcleos possuem domicílios precários situados em área de preservação permanente (APP)” (Souza, 2016, p.88) .

Com o passar dos anos o número de ocupações foram crescendo e outros fatores sendo agravados, pela localização de domicílios em áreas de riscos socioambientais e em áreas inapropriadas para moradia, como próximo às Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e as Áreas de Preservação Permanente (APPs) conforme é mostrado no Quadro 04.

Quadro 05 - Histórico de áreas irregulares em Curitiba nos anos de 1970 a 2009.

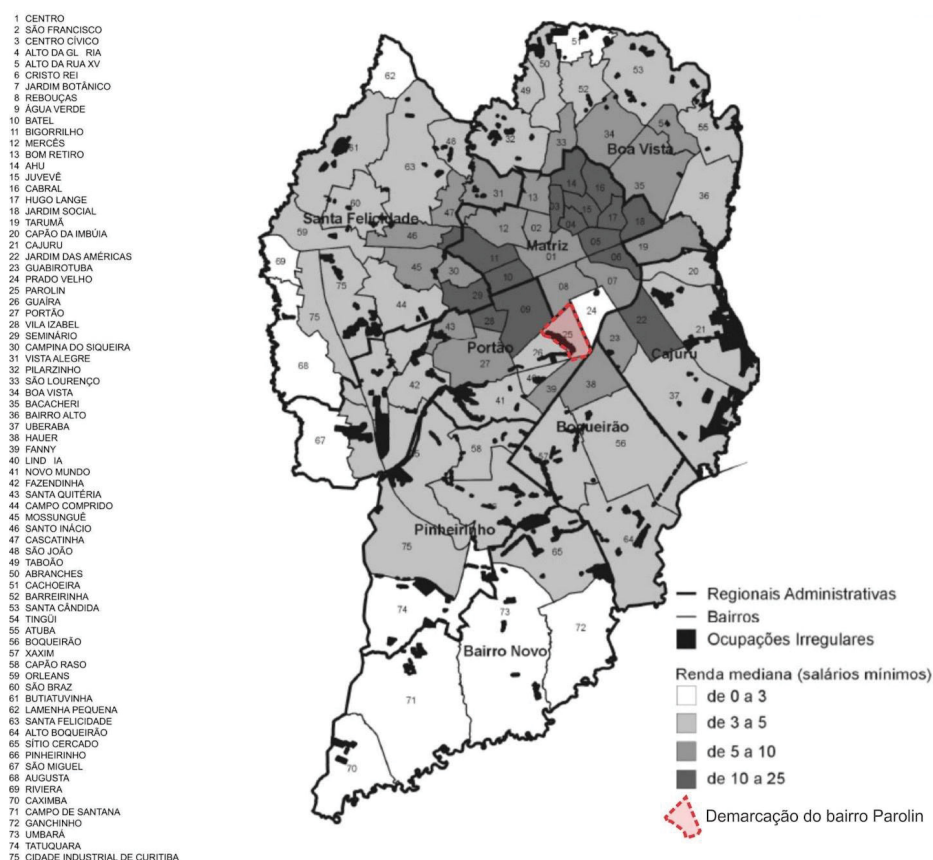
ANO	Nº DE DOMICÍLIOS	Nº DE HABITANTES	Nº DE DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO	Nº DE DOMICÍLIOS EM APAs E APPs
1970/1979	6.067	24.424		
1980/1989	11.929	50.698		
1990/1999	33.778	115.858		
2000/2009	62.267	186.801	397	APA=13.356 / APP=49.916

Fonte: IPPUC (2010). Modificado por Albuquerque (2007).

Entre as décadas de 1980 e 1990, Curitiba já registrava um número considerável de ocupações irregulares. Esse movimento foi impulsionado por trabalhadores de baixa renda que, diante da falta de acesso a moradias dignas, organizaram-se para ocupar terrenos disponíveis. Essas ocupações refletem a persistente demanda por habitação e a insuficiência das políticas públicas em atender às necessidades habitacionais de populações (Tonella, 2010)

Seguindo essa lógica, de acordo com dados do IBGE referentes ao Censo dos anos 2000, grande parte das ocupações irregulares desse período se concentram nas extremidades da porção sul e leste curitibana. Já na região central nas proximidades da regional Matriz, nessa época se concentravam as camadas mais altas economicamente, bem como os edifícios mais antigos, logo, a regional praticamente não foi atingida pela irregularidade de ocupação ou uso do solo. Ou seja, a grande maioria dos terrenos não regularizados pertenciam às regionais: Bairro Novo, Boqueirão, Pinheirinho (Sul), Cajuru (sudeste) e Portão (Sudoeste).

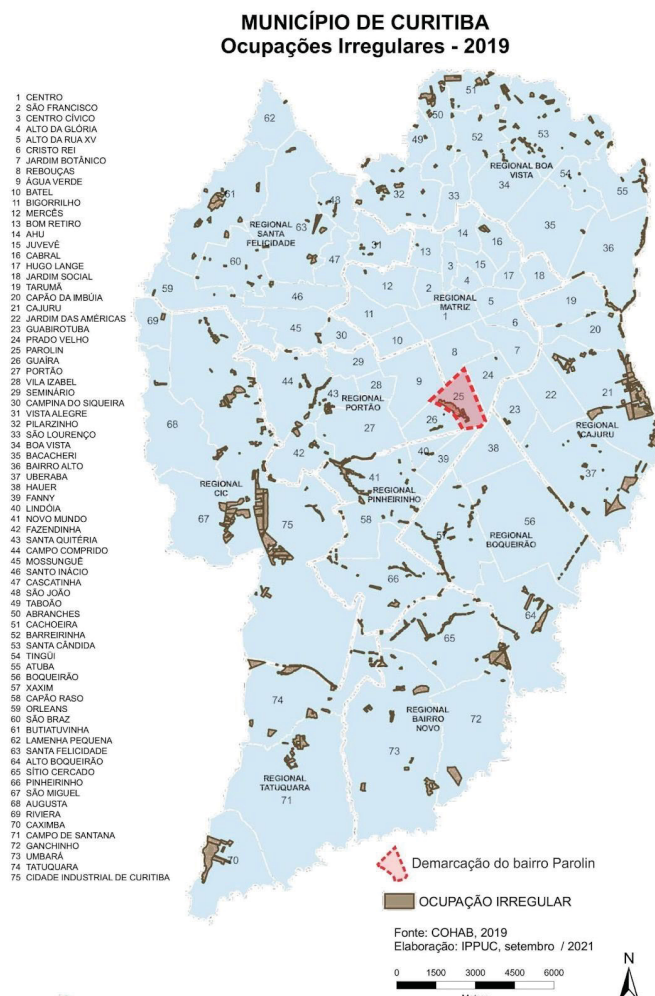
Figura 10 - Espacialização das ocupações irregulares e da renda mediana por regiões em Curitiba no ano de 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000 (Elaborado por IPPUC, 2000). Modificado pela autora (2025)

Destaca-se a demarcação do bairro Parolin no mapa, evidenciando as moradias irregulares nos domicílios às margens do curso d'água preexistente e nas divisas com o bairro Guaiara. Outro ponto que se destaca no mapa é a sobreposição da renda mediana com os assentamentos irregulares. As regionais que mais possuíam terrenos irregulares tinham como renda mediana de 0 a 3 salários mínimos. Enquanto as regiões que possuíam renda de 10 a 25 salários mínimos não tinham domicílios irregulares.

Figura 11 - Espacialização das ocupações irregulares e da renda mediana por regiões em Curitiba no ano de 2019.



Fonte: COHAB, 2019 (Elaborado por IPPUC, 2021). Modificado pela autora (2025)

Já no levantamentos do IPPUC (2019), nota-se a concentração de moradias irregulares nas áreas periféricas de Curitiba, mas destaca-se o bairro Parolin (número 24 da lista), como um dos únicos bairros com moradias irregulares localizados próximos ao centro (número 1 da lista). Além disso, o padrão de ocupação de grande parte das moradias são próximas a áreas de proteção ambiental, leitos de rios e regiões de menor valorização imobiliária.

De acordo com dados da Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB) , em 2020 existiam aproximadamente 40 mil famílias residindo em ocupações irregulares na capital paranaense, distribuídas em 453 áreas de ocupação. As regionais com maior número de ocupações são: Boa Vista com 108 ocupações; Cidade Industrial de Curitiba (CIC) com 71 ocupações; Cajuru com 61 Santa Felicidade com 56 ; Bairro Novo com 37; Pinheirinho com 35; Boqueirão: 33; Portão com 27 ocupações; Tatuquara com 22 e Matriz apenas 3 ocupações.

No entanto, de acordo com notícias da Câmara Municipal de Curitiba (2021) há divergência de dados ainda não esclarecidos da COHAB e pesquisadores do Observatório das

Metrópoles e do Laboratório de Habitação e Urbanismo que afirmam a existência do dobro de domicílios, de 984 assentamentos informais na cidade. As divergências entre os dados evidenciam os desafios na quantificação e a complexidade desse fenômeno.

É visto que as ocupações irregulares não se restringiram apenas às áreas periféricas, mas também alcançaram regiões centrais da cidade, evidenciando um padrão de urbanização marcado pela precariedade das condições de moradia. Esse fenômeno revela não apenas a insuficiência de políticas habitacionais para atender à demanda da população economicamente vulnerável, mas também a dinâmica de segregação socioespacial presente em Curitiba. Nessa lógica, muitas famílias ocupam áreas de fragilidade ambiental ou desprovidas de infraestrutura adequada.

Dentre essas ocupações, a Vila Parolin se destaca como um caso emblemático no contexto das desigualdades socioambientais de Curitiba. Além de sua localização estratégica, as questões socioambientais que emergem em meio aos desafios enfrentados por seus moradores, são pontos a serem investigados. No próximo tópico, será realizada uma análise sobre a comunidade Vila Parolin, contextualizando o território, suas condições socioambientais e os processos de luta por direitos e reconhecimento dos moradores.

4.3 O PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA DE CURITIBA (PLANCLIMA)

O PlanClima foi desenvolvido por um Grupo de Trabalho (GT Clima) coordenado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) e pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), foi instituído pelo Decreto Municipal n.º 1670/2020 e implementado a partir de 2021. Obteve participação de doze instituições e representação da sociedade civil organizada, por meio do Conselho da Cidade (Concitiba), do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) e de espaços de escuta coletiva. Além da participação de representantes da Copel, da Sanepar, de representantes do Fórum Curitiba sobre Mudanças Climáticas e do Global Shapers.

A proposta está alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, ao Quadro de Planejamento da Ação Climática da Rede C40 de Cidades e ao Acordo de Paris (que estabelece o limite de aumento da temperatura média global em até 2°C, com esforços para mantê-la próxima de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais). Para alcançar tais metas, o PlanClima propõe a neutralização das emissões de gases de efeito estufa (GEE) até 2050.

O plano estrutura-se em eixos temáticos que abordam aspectos como mobilidade, energia, resíduos, áreas verdes e qualidade ambiental. Ainda que a proposta contemple princípios de sustentabilidade e inovação tecnológica, observa-se que a dimensão social das questões climáticas, especialmente no que tange aos territórios vulneráveis, aparece de forma periférica. Nota-se que as ações priorizam intervenções voltadas a setores com maior capacidade técnica e econômica, tende a reforçar a lógica de exclusão de determinadas populações urbanas.

Nesse sentido, analisar o PlanClima à luz da justiça socioambiental implica reconhecer que os impactos da crise climática não se distribuem de maneira homogênea no espaço urbano. As áreas de maior vulnerabilidade socioambiental, frequentemente localizadas em áreas de riscos, são também aquelas que mais sofrem com os eventos extremos e menos se beneficiam das políticas de adaptação e mitigação. Logo, a leitura do plano torna-se um instrumento para compreender os diálogos e omissões do planejamento climático frente às desigualdades urbanas de Curitiba.

Destarte, os subtópicos a seguir apresentam, respectivamente, uma visão geral do PlanClima, bem como os seus eixos de atuação. Posteriormente são apresentados breves tópicos de análises dos limites e contradições no enfrentamento da injustiça socioambiental frente aos eventos climáticos extremos, com ênfase na realidade de territórios populares, como a Vila Parolin.

4.3.1 Apresentação do PLANCLIMA

O PlanClima é estruturado em cinco eixos estratégicos: (i) qualidade ambiental e urbana; (ii) eficiência energética; (iii) gestão de resíduos e efluentes; (iv) mobilidade urbana sustentável; e (v) inovação e desenvolvimento urbano resiliente. Cada eixo citado contempla ações intersetoriais voltadas à redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e ao fortalecimento da capacidade adaptativa da cidade frente aos impactos climáticos. O documento possui treze capítulos, tendo como objetivo “orientar a ação municipal, os setores produtivos e a sociedade para o enfrentamento dos efeitos que poderão advir da alteração climática” (PLANCLIMA, 2020, p. 8)

Nos três primeiros capítulos, o PlanClima adota como referência os indicadores globais sobre mudanças climáticas, destacando a meta de limitar o aquecimento médio do planeta a 1,5°C, conforme estabelecido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da

ONU e pelo Acordo de Paris. Nesse sentido, o plano enfatiza a necessidade de reduzir emissões, mitigar impactos e promover a adaptação das cidades à crise climática já em curso. Além disso, reconhece o protagonismo de Curitiba nas respostas locais a esse desafio e apresenta uma caracterização detalhada de sua geografia, sociedade, trajetória histórica e indicadores socioeconômicos.

Nos capítulos seguintes é abordado o planejamento urbano de Curitiba e a importância do desenvolvimento radial, orientado pelas rotas do transporte coletivo, o que contribuiu para a configuração compacta da cidade. O transporte público, é ressaltado no PlanClima como elemento estratégico na transição energética e na redução de emissões de GEE. A incorporação do debate climático no município teve início com a revisão do Plano Diretor de 2015, que trouxe questões relacionadas à mitigação e adaptação.

No capítulo 6 do PlanClima, mostra que o plano é fundamentado em estudos que incluem inventários de GEE e de sumidouros, cenários de ações planejadas e disruptivas, avaliações de risco climático e de demandas para uma ação inclusiva, além de processos participativos como consultas e audiências públicas. Nesse contexto, Curitiba já elaborou quatro inventários de GEE, divulgados a cada três anos e sempre referentes ao triênio anterior, os quais indicam o setor de transporte como principal fonte de emissões na cidade.

Nos capítulos 7 e 8 são abordados os setores estratégicos do PlanClima, que se desdobram em temas e ações prioritárias, orientados por processos de governança e monitoramento. Destacam-se: a qualidade ambiental e urbana, eficiência energética (com incentivo às fontes renováveis e à melhoria das edificações), resíduos sólidos e efluentes, mobilidade urbana sustentável e hipervisor urbano e inovação (visando planejar políticas de longo prazo apoiadas na inovação).

Ainda, são descritas as visões e metas projetadas para Curitiba em 2050, como: uma cidade carbono neutro, resiliente, inclusiva e vibrante, baseada no engajamento e na responsabilidade compartilhada. Para alcançar esse objetivo, o plano reconhece a necessidade de ações robustas, embora ainda limitadas por barreiras legais, institucionais, financeiras, políticas, sociais e tecnológicas. Até 2030, prevê-se a revisão sistemática das metas, incluindo medidas como a atualização do plano de drenagem, aplicação de soluções baseadas na natureza, mapeamento de áreas prioritárias para permeabilização do solo, além do fortalecimento dos sistemas de alerta e resposta da cidade para *eventos climáticos extremos*.

Nos capítulos seguintes, o PlanClima define 20 ações prioritárias, que devem ser detalhadas durante sua implementação, foram projetadas ações de curto prazo, que consiste: na regulamentação de edificações adaptadas às ameaças climáticas; monitoramento da qualidade do ar e redução de poluentes; intensificação do acompanhamento de doenças e vetores climáticos; e estruturação da governança para implementação do plano. Já para ações de longo prazo envolvem: intervenções para aumentar a permeabilidade, melhorar drenagem, sombreamento e resfriamento natural; além de campanhas de educação ambiental; recuperação e ampliação de áreas verdes e medidas para garantir a segurança hídrica da cidade.

Por fim, nos últimos capítulos é destacado que as diretrizes incluem acompanhar o desempenho das ações priorizadas, fornecer informações para revisões e adaptações, garantir transparência e controle social, estabelecer parcerias com sociedade civil, universidades e o setor público e privado. O plano também prevê a atualização bienal dos inventários de emissões de GEE e revisão completa a cada cinco anos. Quanto à implementação, estabelece marcos para 2030 e 2050, com financiamento via orçamento municipal, parcerias e metas de alcance até 2050.

No próximo assunto, serão abordados pontos de análise do plano, com foco nos eventos extremos e na injustiças socioambientais no contexto de Curitiba, alinhando-se ao interesse desta dissertação. Diante desse panorama, torna-se relevante investigar como essas diretrizes se articulam com a realidade socioambiental da cidade, especialmente frente aos eventos extremos. Logo, o tópico seguinte buscará responder a seguinte pergunta: De que maneira as diretrizes do PlanClima de Curitiba consideram ou omitem considerar as vulnerabilidades socioambientais dos territórios populares frente aos eventos climáticos extremos?

4.3.2 Tópicos de análise do PLANCLIMA : os eventos extremos e questão da (in) justiça socioambiental no contexto de Curitiba

Diante do agravamento da crise climática e da intensificação dos eventos extremos, torna-se urgente a elaboração de estratégias públicas de mitigação e adaptação climática nas cidades. Curitiba, reconhecida por seu histórico de planejamento urbano, deu um passo importante nesse sentido com a formulação do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas citado no tópico acima. O Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Curitiba (PlanClima), representa o principal instrumento de planejamento climático da cidade, orientando metas e ações de enfrentamento à crise climática

em nível local. Embora estabeleça diretrizes técnicas e compromissos alinhados às agendas globais de sustentabilidade, sua efetividade precisa ser analisada à luz das desigualdades socioespaciais que marcam o território urbano.

Nesse sentido, discutir o PlanClima a partir da perspectiva da justiça socioambiental permite problematizar não apenas a abrangência de suas propostas, mas também a forma como dialoga (ou não) com as demandas de populações em situação de vulnerabilidade, como os moradores da Vila Parolin. Ao evidenciar seus limites e possibilidades, abre-se espaço para compreender de que modo políticas públicas institucionais retratam a realidade local do município.

Neste tópico serão abordadas as diretrizes do PlanClima de Curitiba relacionadas à dimensão socioambiental, com foco na análise dos riscos climáticos que afetam os territórios urbanos. Serão examinados os pontos expostos no Capítulo 6 do plano, que trata da ação climática inclusiva e dos riscos climáticos, voltadas para prevenir e mitigar os impactos de eventos extremos, sendo descrito e posteriormente avaliado as etapas do Planclima referente às ameaças e riscos climáticos.⁴

O estudo do PlanClima foi desenvolvido em quatro fases. A primeira avaliou tendências climáticas históricas (1960-2019) e projeções futuras até 2100, considerando o cenário crítico de aumento de emissões de GEE. A segunda fase identificou e priorizou a partir de dados históricos (2012-2020) as principais ameaças climáticas da cidade, considerados também pela Defesa Civil do Paraná como eventos extremos: **às inundações, enchentes/alagamentos, ilhas de calor e deslizamentos**. A terceira fase consistiu na análise de risco, contemplando exposição (uso do solo, população, infraestrutura e atividades econômicas), vulnerabilidade (sensibilidade socioeconômica e capacidade adaptativa) e ameaças climáticas. Por fim, a quarta fase avaliou o nível geral de resiliência da cidade, identificando lacunas que dificultam a adaptação às mudanças climáticas.

Os resultados mostram que as projeções climáticas para Curitiba indicam aumento da temperatura média, maior frequência de eventos extremos, como tempestades intensas, enchentes e alagamentos, e longos períodos de estiagem. Embora não haja tendência clara no volume anual de chuva, alguns anos poderão apresentar precipitação muito acima da média, com dias consecutivos de chuva intensa, enquanto outros terão longos períodos sem chuvas, afetando

⁴ O plano considera a “Representação do Risco baseada nas variáveis de Vulnerabilidade, Ameaça e Exposição da abordagem realizada na Avaliação de Riscos Climáticos” (PLANCLIMA, 2020, p. 68)

o abastecimento de água. Diante dessas projeções, que evidenciam a intensificação de riscos climáticos e a vulnerabilidade da cidade frente a eventos extremos, torna-se fundamental avaliar como o PlanClima se posiciona frente a essas ameaças.

O plano apresenta, à primeira vista, um documento promissor, especialmente diante da necessidade de diretrizes para o enfrentamento das mudanças climáticas, já que trata os eventos extremos com prioridade estratégica no âmbito da adaptação climática municipal. No entanto, suas definições genéricas e a ausência de um plano de implementação estruturado evidenciam limitações significativas. Apesar disso, o plano contém dispositivos que poderiam orientar de forma efetiva as políticas públicas municipais e a atuação da Prefeitura.

Observa-se que parte dos dados utilizados encontram-se desatualizados, em função da falta de análises periódicas dos inventários climáticos, o que compromete a compreensão do contexto, a tomada de decisões, a formulação de estratégias e a execução das ações. Da mesma forma, a previsão de revisão das metas a cada cinco anos mostra-se insuficiente diante da urgência imposta pelo cenário climático emergente.

Evidencia-se a necessidade de aprofundar o diagnóstico climático e de estabelecer metas objetivas e atingíveis, capazes de responder de forma concreta às lacunas deixadas em sua forma atual, como: não explicita quais políticas públicas serão implementadas, quais segmentos da população serão efetivamente contemplados, nem quais recursos financeiros, técnicos e humanos serão mobilizados para viabilizar as ações climáticas. Além disso, a projeção de riscos climáticos apresentada pelo plano apresenta uma limitação significativa ao não considerar a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), restringindo a análise a uma escala urbana reduzida.

Diante destes apontamentos, retoma-se a pergunta de pesquisa do tópico anterior, expondo que as diretrizes do PlanClima de Curitiba são abrangentes, tratando todo o território de Curitiba de forma homogênea, não considerando as vulnerabilidades socioambientais dos territórios populares. Perante as projeções de aumento da temperatura e da intensificação de eventos extremos, considera-se que embora o plano apresente diretrizes gerais para reduzir riscos e promover resiliência, não está claro de que maneira as estratégias propostas priorizam as populações mais expostas aos riscos socioambientais.

Logo, é necessário questionar: A implementação do plano será capaz de promover justiça socioambiental e mitigar os eventos climáticos ou continuará reproduzindo uma lógica desigual? A resposta da capacidade do PlanClima de promover justiça socioambiental e mitigar os eventos

climáticos depende diretamente de sua operacionalização, detalhamento e priorização das populações mais vulneráveis. A literatura sobre adaptação urbana às mudanças climáticas (IPCC, 2022) indica que planos climáticos tendem a reproduzir desigualdades quando suas metas e estratégias não consideram explicitamente as diferenças de exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa dos grupos sociais.

No caso de Curitiba, embora o plano apresente diretrizes gerais de redução de riscos, a ausência de metas detalhadas, indicadores de vulnerabilidade específicos para os territórios populares e mecanismos claros de implementação demonstram uma possível falha na efetividade do plano. Para que o PlanClima efetivamente contribua para a justiça socioambiental, seria necessário integrar análises de risco espacialmente detalhadas, alocar recursos de forma direcionada, envolver as comunidades no planejamento e estabelecer indicadores claros de monitoramento e revisão periódica das metas.

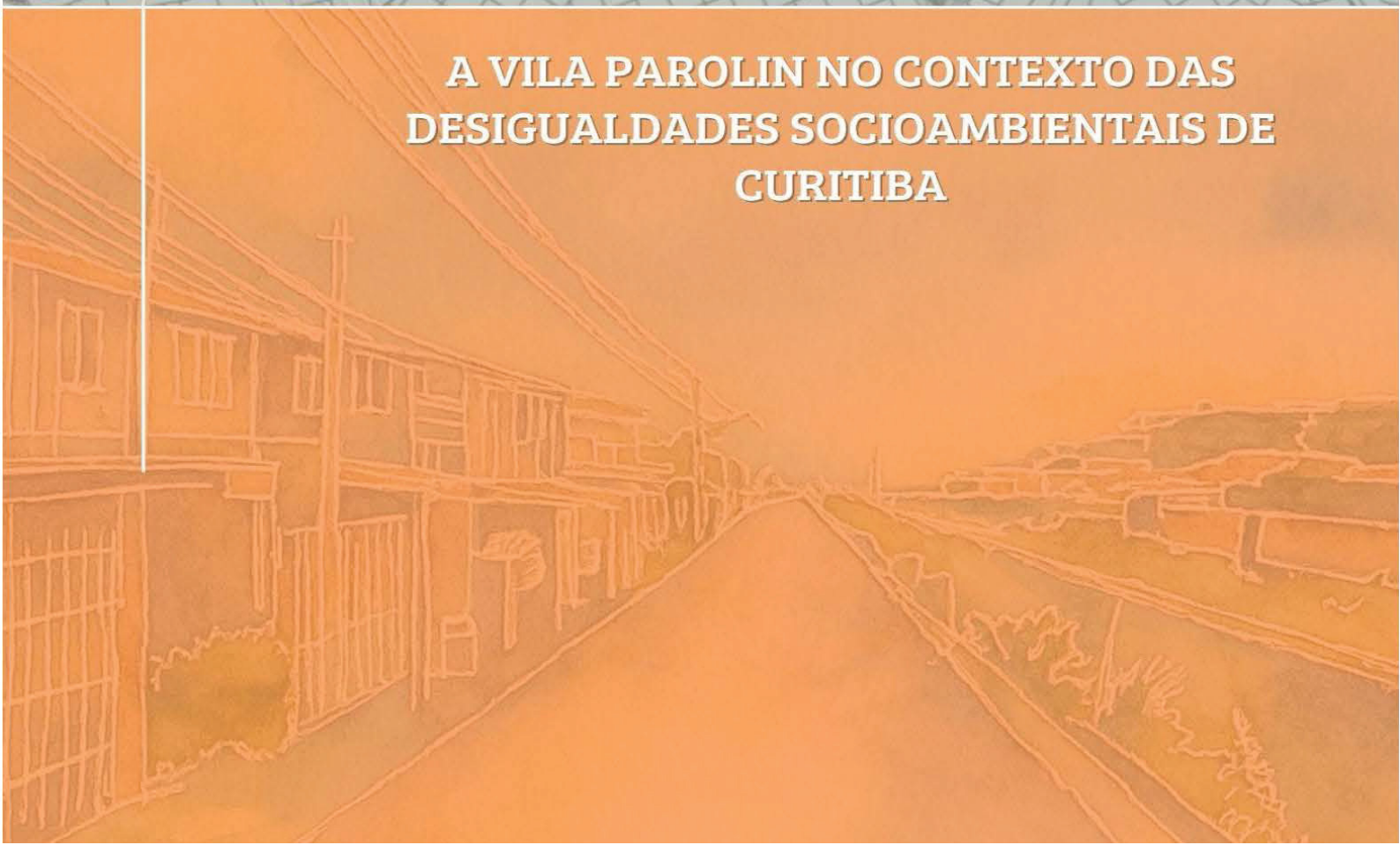
Portanto discutir políticas públicas na perspectiva da justiça socioambiental e climática exige compreender como os territórios urbanos vivenciam cotidianamente os efeitos da crise climática e como os planos institucionais tratam essas realidades locais. Compreender essas dinâmicas significa avaliar como elas se traduzem em ações concretas que considerem a exposição e as necessidades das populações, em especial, os territórios mais afetados. A partir dessa articulação será possível identificar as limitações e oportunidades para a construção de cidades mais justas e resilientes.

Diante das reflexões apresentadas, que discutiram as políticas climáticas de Curitiba e suas limitações frente às vulnerabilidades socioambientais, o capítulo seguinte dedica-se à caracterização do objeto de estudo, a Vila Parolin, território emblemático no contexto das desigualdades socioambientais. A partir de uma breve contextualização histórica e socioespacial da área, busca-se compreender como as injustiças socioambientais se manifestam no cotidiano de seus moradores.



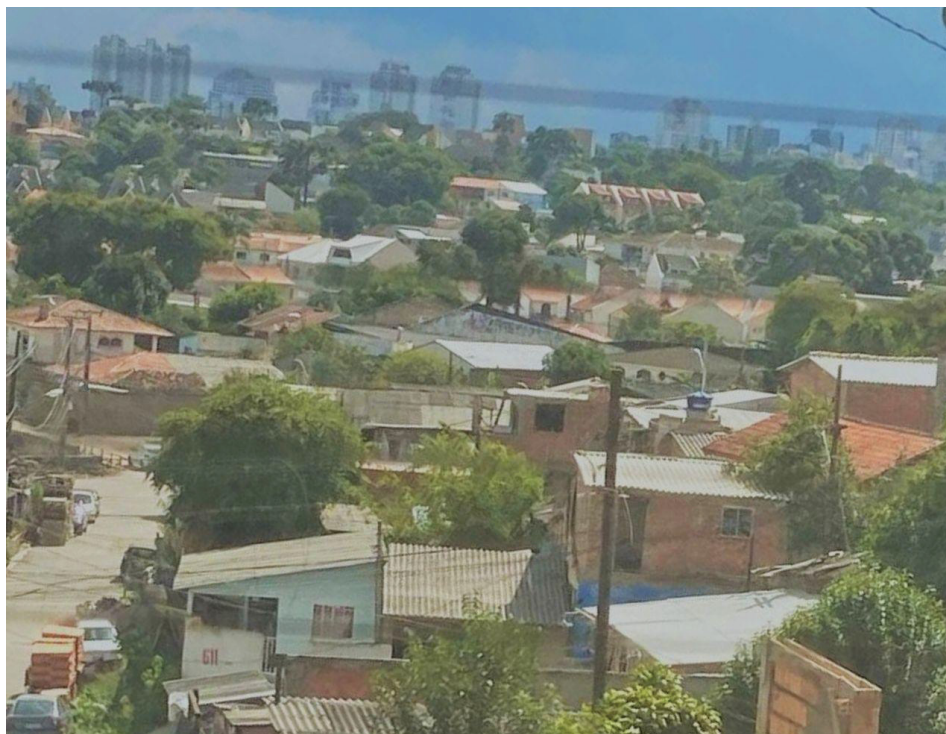
CAPÍTULO 5.

A VILA PAROLIN NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS DE CURITIBA



5. A VILA PAROLIN NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS DE CURITIBA

Figura 12 - Paisagem urbana: entre a Vila Parolin e os edifícios centrais de Curitiba



Fonte: Acervo pessoal (2025)

O presente capítulo dedica-se à caracterização da Vila Parolin como objeto de estudo empírico, no contexto das desigualdades socioambientais que se manifestam e se perpetuam no território urbano de Curitiba. A escolha desse espaço expressa, as contradições entre o planejamento urbano formal e a realidade cotidiana vivida por territórios populares em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de um território marcado por precariedades habitacionais, carência de infraestrutura urbana e exposição a riscos socioambientais, mas também por resistências e práticas coletivas, que configuram formas insurgentes de habitar e produzir a cidade. Nesse sentido, a Vila Parolin expõe não apenas as contradições e insuficiências do urbanismo tradicional mas também os potenciais de transformação advindos da ação comunitária.

A seguir, apresenta-se a caracterização do objeto de campo, com destaque para a contextualização histórica da ocupação da Vila Parolin, elemento essencial para compreender os

processos socioespaciais e os desafios contemporâneos da promoção de justiça socioambiental nesse território.

5.1 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE CAMPO

5.1.1 Contextualização da Vila Parolin e Histórico de Ocupação

A Vila Parolin é uma comunidade localizada entre os bairros do Parolin e Vila Guaíra, na divisão administrativa Fazendinha/ Portão, antes denominada apenas de “Portão”. A região é situada entre a zona central e oeste de Curitiba, possuindo uma população estimada de 218.275 habitantes. É composta por nove bairros de abrangência: Água Verde, Portão, Campo Comprido, Santa Quitéria, Fazendinha, Seminário, Guaíra, Vila Izabel e **Parolin** (IBGE; IPPUC, 2020).

Figura 13 - Localização das regionais administrativas de Curitiba.



Fonte: IPPUC (2019)

De acordo com dados do IBGE (2010) a população do Bairro Parolin no último levantamento de setores censitários consistia em 11.554 habitantes, que vivem em 4.034 domicílios. A área territorial do bairro corresponde a 0,52% da área total de Curitiba. O bairro abriga nas proximidades de um curso d'água a comunidade Vila Parolin, que vai desde os limites do bairro e se estendendo partes até as proximidades do Bairro Guaíra.

Figura 14 - Espacialização da ocupação Vila Parolin e curso d'água.



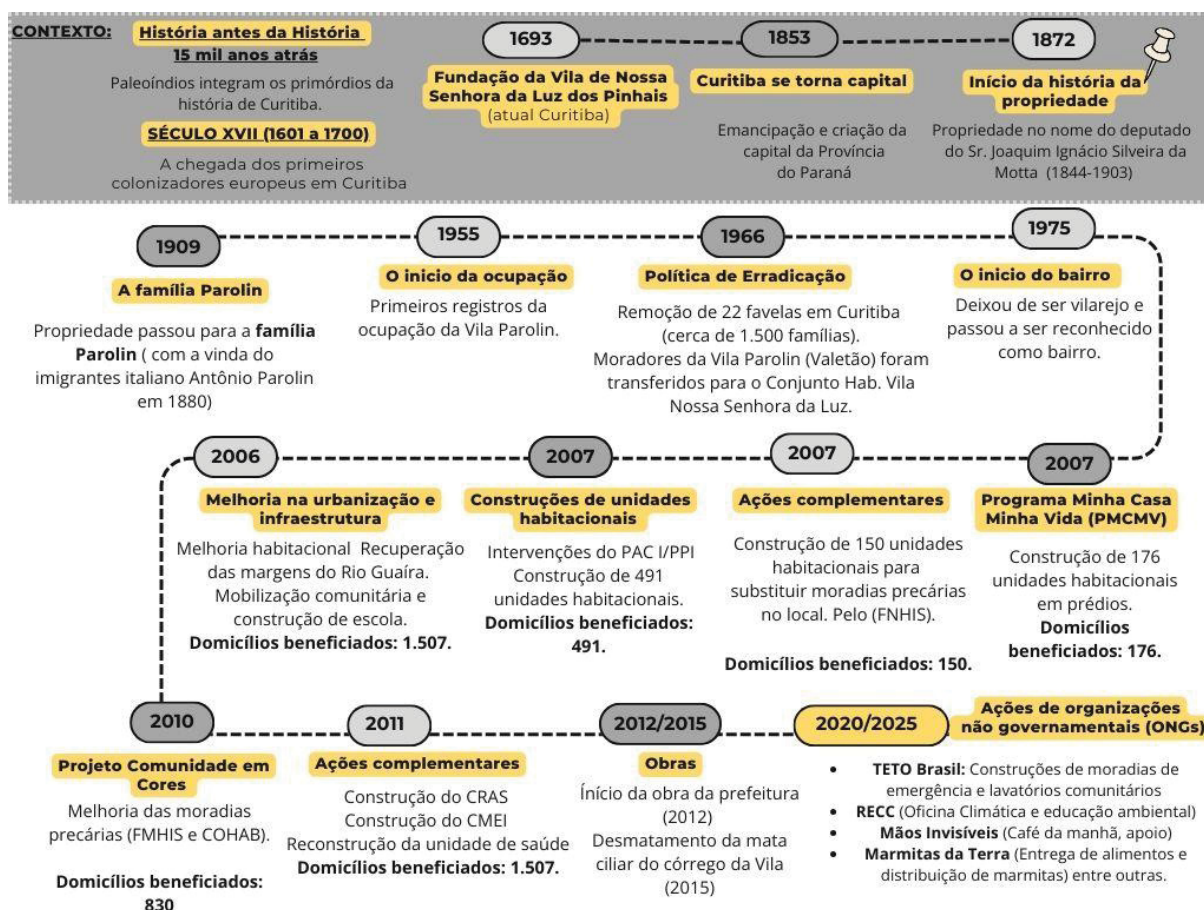
Fonte: ESTACHESKI (2017) adaptado pela autora (2025)

A área se encontra na regional Portão, cerca de três quilômetros do centro da cidade. É delimitada pelas ruas: Brigadeiro Franco e Lamenha Lins ao Norte, Daysi Lucy Berno ao Leste e pelas ruas Augusto de Mari e João Parolin ao Leste (Figura 8), além do curso d'água ao sul, o rio Vila Guaira, afluente do Rio Belém (Souza, 2016). Para compreender o processo de urbanização da área e suas relações, faz-se necessário, realizar uma contextualização a partir de uma abordagem em três escalas. Perpassando desde a Regional Fazendinha/Portão, o surgimento do bairro Parolin e finalmente a ocupação da Vila Parolin, composta por uma parcela de assentamentos irregulares.

A ocupação da região teve origem entre meados da década de 50, quando houve os primeiros registros de ocupação, em que algumas famílias migraram do interior do Estado em busca de melhores condições de vida. Diante do contexto de desemprego e ausência de moradia, elas se instalaram em terras municipais desocupadas, ocupando a área que formou o bairro Parolin (KASHIWAGI, 2004).

A construção da linha do tempo (Figura 9) permite compreender a evolução da Vila Parolin desde sua formação, passando por processos de remoção, políticas habitacionais e urbanísticas, até a crescente participação de organizações da sociedade civil no apoio às necessidades da comunidade.

Figura 15 - Linha do tempo de fatos históricos e o processo de urbanização da Vila Parolin em Curitiba.



Fonte: COHAB-CT, PMC e SOUZA (2016). Elaborado pela autora (2025).

Os primeiros registros do bairro Parolin remontam a 1872, segundo ata da Câmara de Curitiba, mencionando a propriedade inicialmente no nome do Sr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta, um advogado e político brasileiro, que foi deputado Provincial e Geral pelo Paraná. Em 1909, a área passou para a família Parolin, composta por imigrantes italianos, com a chegada de Antônio Parolin no porto de Paranaguá, cujas propriedades se tornaram referência local, dando origem ao nome do bairro. Já em 1910, iniciou-se a subdivisão dessas propriedades entre os herdeiros, o que resultou na formação de um vilarejo (IPPUC, 2015).

Com o parcelamento das chácaras e a abertura de novas vias, a região passou por transformações na sua configuração espacial. Esse processo favoreceu o surgimento de

empreendimentos locais, como madeireiras e olarias, além de impulsionar a expansão da Avenida Marechal Floriano Peixoto em direção ao bairro Boqueirão.

Essas mudanças fomentaram o crescimento do comércio e a oferta de serviços na localidade. O processo de ocupação urbana da Vila Parolin, iniciou-se em 1955, com os primeiros registros de assentamento informais no local. A partir da década de 1960, a região passou a receber um fluxo crescente de migrantes provenientes de outras cidades, atraídos pelas oportunidades de trabalho e pela busca de oportunidades de melhores condições de vida. Esse adensamento populacional ocorreu, em grande parte, ao longo do rio Vila Guaíra (IPPUC, 2015).

Nesse contexto, consolidou-se a ocupação informal conhecida na época como “Favela do Valetão”, localizada ao longo do rio Vila Guaíra, um afluente do rio Belém. A ocupação estendeu-se por toda a sua margem, inserida em uma Área de Preservação Permanente (APP), caracterizada pela ausência de cobertura vegetal adequada e sujeita a inundações frequentes e condições precárias de saneamento.

Também durante a década de 1960, a política de erradicação de favelas foi implementada em Curitiba, resultando na remoção de 22 comunidades, afetando aproximadamente 1.500 famílias. No caso da Vila Parolin, parte dos moradores foi transferida para o Conjunto Habitacional Vila Nossa Senhora da Luz (Souza, 2016). Já em 1975, o bairro foi oficialmente reconhecido, consolidando-se no tecido urbano da cidade.

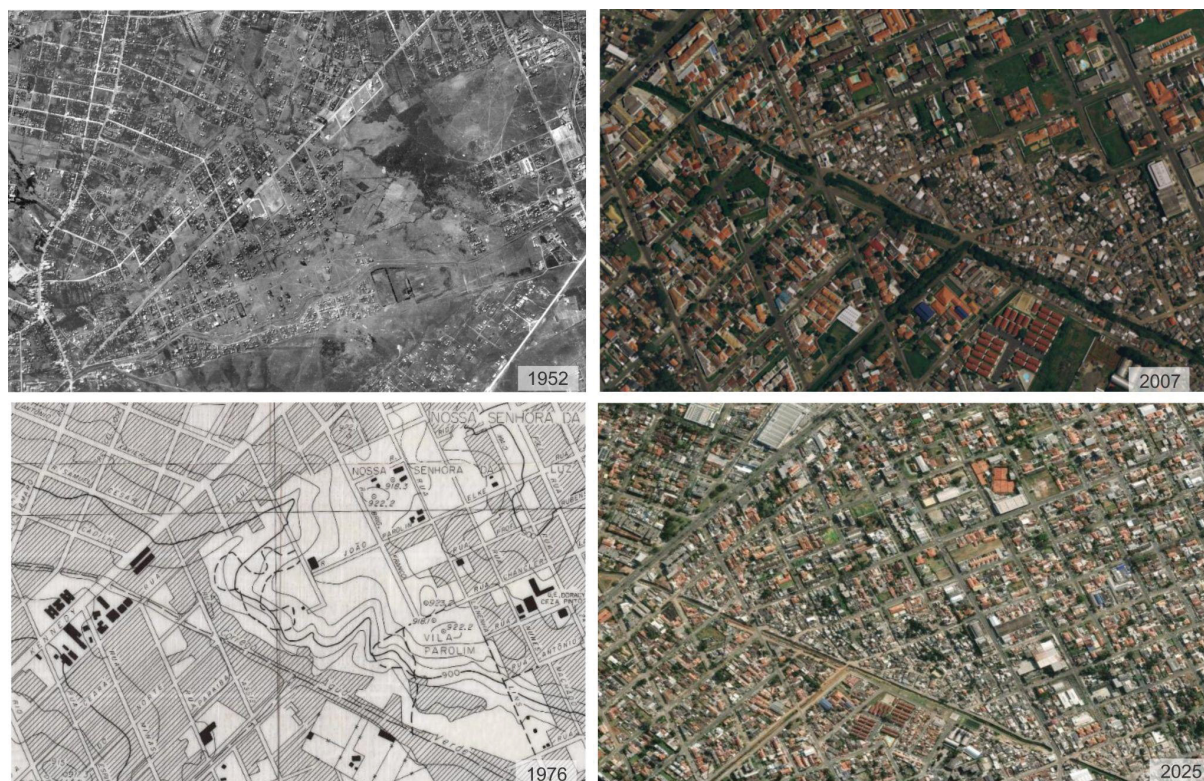
A partir de 2006, diversas políticas públicas de urbanização foram aplicadas na região. Entre as principais ações, destacam-se a recuperação ambiental das margens do Rio Guaíra, a mobilização comunitária e a construção de equipamentos urbanos, beneficiando 1.507 domicílios. Em 2007, iniciou-se a construção de 491 unidades habitacionais pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I/PPI), além da implementação de ações complementares que incluíram a edificação de 150 novas moradias para substituição de unidades precárias.

O ano de 2010 foi marcado pela implementação do projeto Comunidade em Cores, que melhorou as condições das moradias precárias, beneficiando 830 domicílios. Em 2011, novos investimentos contemplaram a construção de equipamentos públicos, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) e a reconstrução da unidade de saúde local.

Nos anos recentes (2020-2024), organizações não governamentais (ONGs) passaram a desempenhar um papel ativo na Vila Parolin. Destacam-se iniciativas da TETO Brasil, que promoveu a construção de moradias emergenciais e lavatórios comunitários; da RECC (Rede

Curitiba Climática), voltada para oficinas e ações ambientais, além da distribuição de mudas no local. O Instituto Mãos Invisíveis, que distribui alimentos e realiza apoio social e do projeto Marmitas da Terra, que fornece alimentos e marmitas para famílias em situação de vulnerabilidade extrema.

Figura 16- Evolução da ocupação no entorno do Rio Vila Guaira, no bairro Parolin.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do GeoCuritiba (2025)

A análise de dados históricos da Vila Parolin revela transformações significativas ao longo do tempo. O conjunto de imagens de satélite, restituição e ortofotos disponíveis na base de dados do GeoCuritiba (2025) permitem observar essa evolução: Em 1952, nota-se uma paisagem predominantemente aberta, com baixa ocupação e extensas áreas ainda não parceladas. Já em 1976, a imagem revela um traçado viário consolidando-se e algumas ocupações já existentes.

Em 2007, mostram ocupações que se formaram nas décadas passadas próximas ao curso d'água, no entorno do Rio Vila Guaira. É possível notar que a área mantinha trechos acompanhados por fragmentos de mata ciliar e áreas verdes lineares. Finalmente, em 2025, o tecido urbano permanece ocupado, mas nota-se a supressão quase total da cobertura vegetal próximas ao curso d'água. A ausência de cobertura verde potencializa os problemas de drenagem, a impermeabilização do solo e a vulnerabilidade socioambiental da região.

Ademais, a Vila Parolin enfrenta outros desafios, como a proximidade das moradias com torres de alta tensão e a intensa atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos por parte dos moradores, o que frequentemente resulta no acúmulo de materiais recicláveis nas vias públicas e nas proximidades do curso d'água (Souza, 2016) .

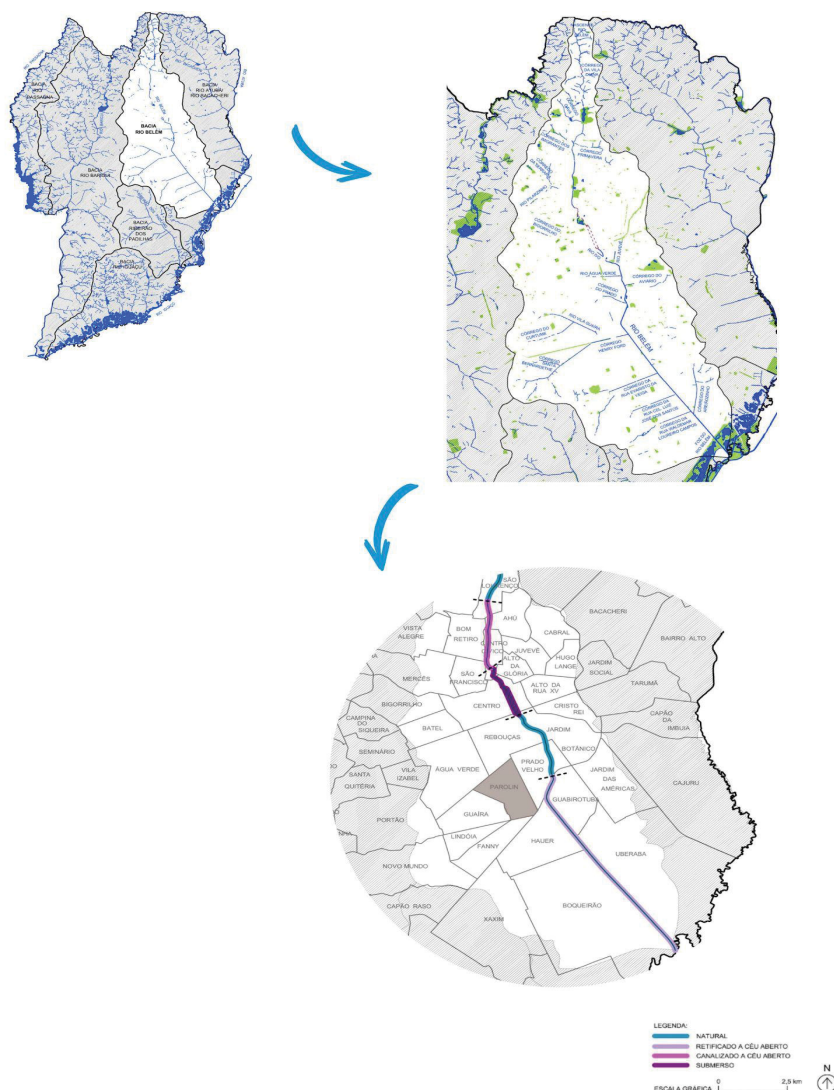
Os desafios enfrentados pela Vila Parolin não se limitam às condições socioambientais precárias, mas também são agravadas por questões estruturais pelo próprio contexto de subsistência dos moradores. A marginalização urbana se reflete tanto no espaço quanto nas dinâmicas econômicas e ambientais da comunidade. Esses aspectos reforçam a urgência de políticas públicas e iniciativas sociais que contemplem soluções integradas para a melhoria das condições de vida e para a promoção da justiça socioambiental no território. Nesse sentido, a análise do território se torna fundamental para compreender o contexto de vulnerabilidades, em especial, a Bacia Hidrográfica do Rio Vila Guaíra que desempenha um papel central no contexto socioambiental do bairro.

5.1.2 A Bacia Hidrográfica do Rio Vila Guaíra no contexto socioambiental da Vila Parolin

Os efeitos da urbanização intensa podem ser observados em Curitiba-PR, especialmente na Bacia Hidrográfica do Rio Belém, que enfrenta problemas de poluição decorrentes do acúmulo de resíduos sólidos, de descargas químicas e da ocupação irregular de suas margens. Tais fatores comprometem tanto a qualidade da água quanto o equilíbrio ambiental.

A Bacia Hidrográfica do Rio Belém possui cerca de 21 km de extensão, atravessando a região central de Curitiba e outros 36 bairros, com uma área total de 88 km², tendo um papel essencial no abastecimento da cidade. Em 2010, a bacia do Rio Belém concentrava 205.321 domicílios particulares permanentes, o que correspondia a 32,32% do total de residências da cidade, configurando-se como a área mais densamente habitada de Curitiba (PDD, 2018).

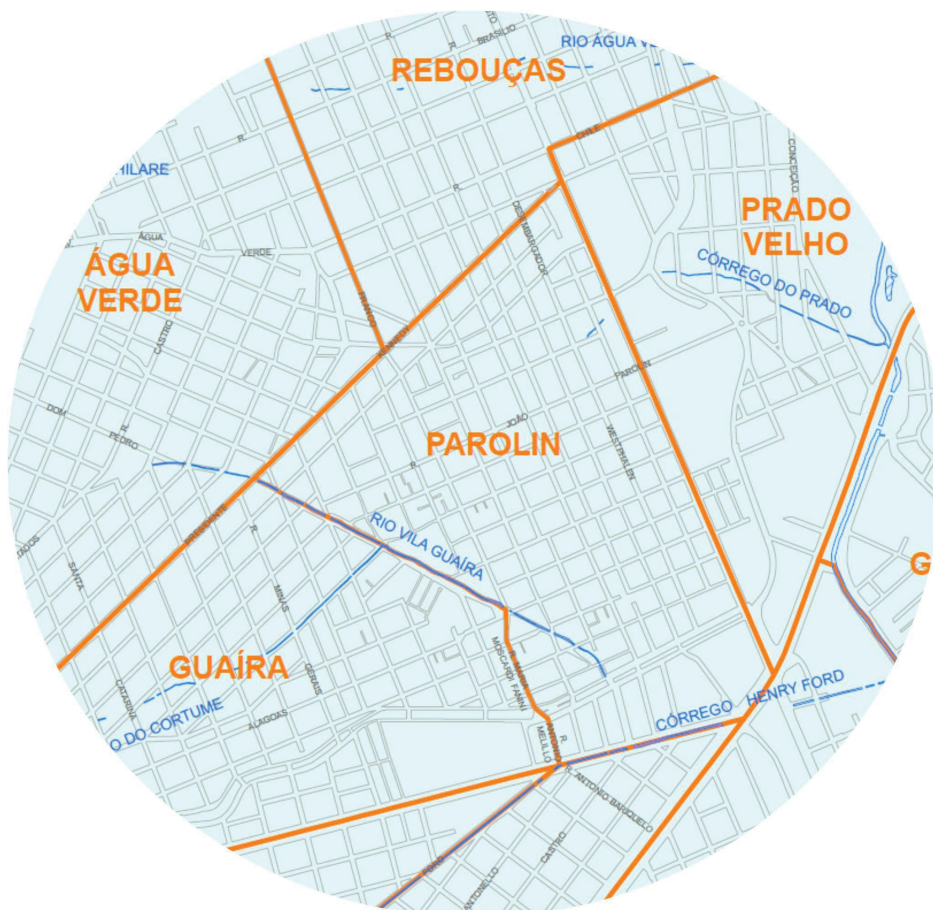
Figura 17- Rio Vila Guaíra no contexto da Bacia do Rio Belém em Curitiba-PR



Fonte: IPPUC (2021) adaptado pela autora (2025)

O Rio Vila Guaíra é um dos afluentes da Bacia do Rio Belém, percorrendo os bairros do Parolin e Guaíra, onde seu curso é retificado e exposto em áreas de vulnerabilidade social. Ao longo de seu trajeto, o rio recebe o Córrego do Curtume e deságua no Córrego da Rua Henry Ford antes de chegar ao rio Belém (ALVARADO, 2017).

Figura 18- Rio Vila Guaíra no contexto da Vila Parolin e bairros próximos



Fonte: IPPUC (2011)

Na extensão da bacia hidrográfica do rio Belém, devido a fatores como a urbanização e a própria ação humana, a degradação da bacia se intensificou, trazendo danos ambientais aos recursos hídricos, ao solo, ao meio ambiente e a qualidade de vida da população. Nesse contexto, o histórico de obras na Bacia Hidrográfica do Rio Vila Guaíra e a ocorrência de eventos extremos mostram como intervenções humanas e fenômenos naturais se entrelaçam, revelando os desafios socioambientais diante da vulnerabilidade do território.

5.1.3 Histórico de obras na Bacia Hidrográfica do Rio Vila Guaíra e os eventos extremos

As primeiras obras de saneamento em Curitiba foram realizadas entre 1886 e 1870, na qual as intervenções consistiram na canalização dos leitos dos rios. Em 1940 com o plano

Agache houve as primeiras propostas de soluções para saneamento. Somente a partir da década de 90 a legislação de uso do solo incorporou instrumentos visando a conservação do patrimônio ambiental (PDD, 2018, apud PIERRI, 2023). O Plano Diretor de Drenagem Urbana (PDD) de Curitiba, 2018 estabelece estratégias para reduzir enchentes e melhorar a gestão das águas pluviais, considerando o crescimento urbano e a vulnerabilidade de áreas críticas. Ele propõe três tipos principais de obras:

1. Melhoramentos da capacidade de condução dos canais: Inclui intervenções como ampliação, retificação ou limpeza de canais e rios urbanos, remoção de sedimentos e vegetação que possa obstruir o fluxo.
2. Construção de reservatórios de detenção de cheias pontuais: São reservatórios localizados em pontos estratégicos do curso d'água, que armazenam temporariamente o excesso de água durante eventos de chuva intensa.
3. Criação de reservatórios de detenção de cheias ao longo de toda a extensão da bacia: Diferente dos reservatórios pontuais, essa abordagem busca um controle mais distribuído, com estruturas menores ao longo do curso da bacia.

Além dessas obras físicas, o PDD também enfatiza a integração com medidas de planejamento urbano, como o zoneamento de áreas de risco, preservação de áreas verdes e da vegetação ciliar, que ajudam na absorção da água da chuva e na redução de erosão. Entretanto, a implementação dessas obras nem sempre respeitou os princípios de preservação ambiental e de segurança para a população. Um exemplo disso ocorreu em junho de 2015, quando a Secretaria Municipal de Obras Públicas assinou um contrato com a empresa Concesolo Engenharia LTDA para a supervisão de obras de infraestrutura urbana de drenagem na Bacia do Rio Iguaçu/Sub-bacia do Rio Belém/Rio Pinheirinho e afluentes, incluindo o Rio Vila Guaíra, córrego da Av. Henry Ford, córrego do Cortume e córrego da Av. Santa Bernadette, pelo valor de R\$1.681.696,24, conforme dados do Portal da Transparência.

A prefeitura derrubou a mata ciliar do córrego do Cortume, que atravessa a comunidade Vila Parolin, destruindo um dos poucos remanescentes de área verde da localidade. Além disso, foi construído um muro contornando o leito pavimentado do córrego, dificultando o escoamento da água, agravando as enchentes no bairro e dificultando a locomoção dos moradores.

Figura 19- Imagem do território da Vila Parolin antes e depois das obras

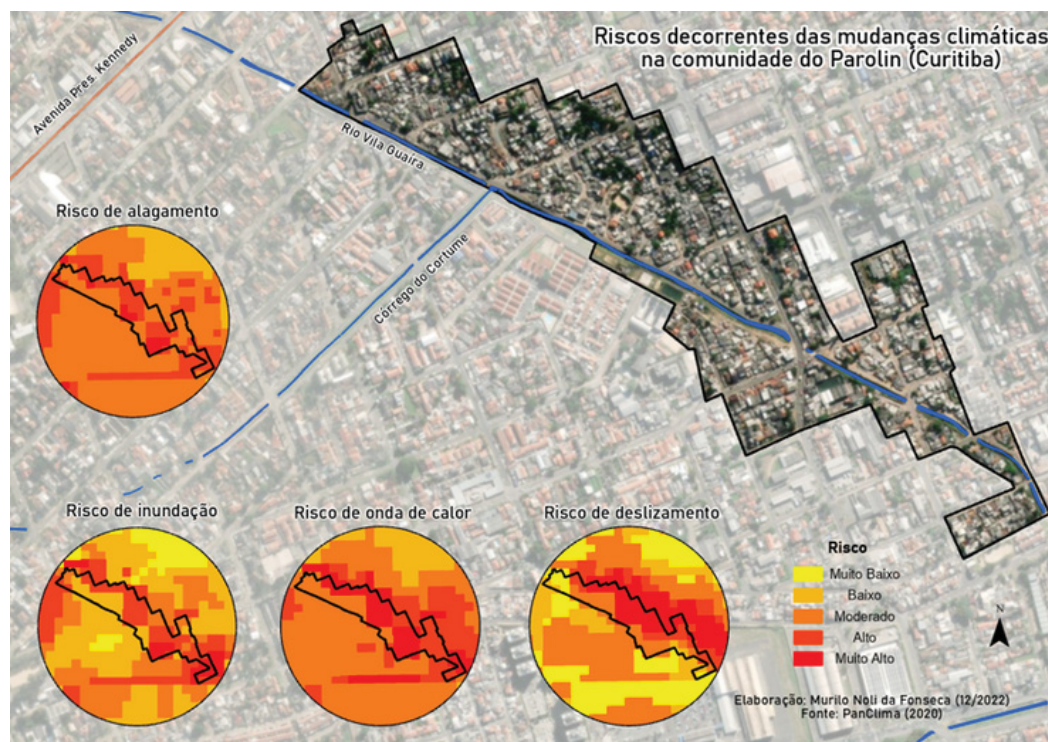


Fonte: Relatório Oficina Parolin da Rede Curitiba Climática (2022)

De acordo com o Relatório da RECC (2022) a destruição da mata nativa não afetou somente a frequência maior de inundações mas também destruiu um dos poucos espaços de lazer da comunidade, que costumava usar o espaço do bosque para praticar atividades físicas e servia como um espaço lúdico para as crianças da Vila Parolin.

A antiga mata-ciliar do Córrego do Cortume vem sendo substituída pela ausência de vegetação, atual leito de concreto do córrego. A área destacada em branco (Imagem 18) é a delimitação de áreas da Vila Parolin, que sofre com problemas socioambientais constantemente. Pois, trata-se de uma área que apresenta uma alta probabilidade de ocorrência de eventos extremos (deslizamento, inundação, alagamento e/ou onda de calor), associada a uma comunidade vulnerável do ponto de vista socioambiental e econômico, sendo mais exposta aos riscos climáticos (RECC, 2022).

Figura 20- Mapa de riscos decorrentes das mudanças climáticas na Vila Parolin



Fonte: RECC (2022)

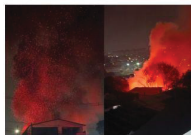
O mapa de riscos decorrentes das mudanças climáticas na Vila Parolin demonstra que a comunidade está situada em uma área altamente suscetível a eventos extremos, fato que se confirma pelos inúmeros episódios registrados historicamente no território. A localização em uma área de APP, somada à intensa impermeabilização do solo e à ausência de infraestrutura de drenagem adequada, resulta em recorrentes enchentes que afetam residências e a vida dos moradores.

As zonas em vermelho no mapa coincidem com os pontos mais atingidos pelos alagamentos relatados pelos moradores e pela Defesa Civil ao longo dos anos. Essa correlação reforça a condição de vulnerabilidade socioambiental da comunidade, apontada no Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Curitiba (PlanClima), e evidencia a urgência de intervenções estruturais e políticas públicas voltadas à drenagem urbana, à recuperação ambiental e à justiça socioambiental e climática no território.

As recorrentes enchentes que atingem a Vila Parolin mostram a dimensão da crise climática no cotidiano de territórios marcados pela vulnerabilidade socioambiental. Nos últimos 10 anos foram registrados episódios de inundações, com destaque para os eventos ocorridos entre janeiro e fevereiro de 2022, no qual parte da comunidade Vila Parolin se alagou e provocou

perdas materiais significativas. Esses episódios voltaram a se repetir no início de 2025, quando chuvas intensas, que chegaram a ultrapassar 40 mm em menos de uma hora, revelando a insuficiência dos sistemas de drenagem diante da intensidade dos eventos extremos SIMEPAR (2025). A partir de dados documentais de notícias de sites da internet, foi possível montar um quadro sobre os principais registros de eventos na Vila Parolin.

Quadro 06- Principais eventos extremos e acontecimentos relacionados, ocorridos na Vila Parolin (2015-2025)

ANO	NOTÍCIAS	IMPACTOS RELATADOS	FONTE	IMAGENS
2015	Contratação e início de estudos/ações de drenagem	Início de planejamento/contratos. Obras em andamento	Relatório de auditoria Fiscobras / TCU.	
2019	Comunidade cobra agilidade nas obras de contenção	Relatos de perdas materiais casas invadidas pela água; mobilização comunitária por soluções.	Matérias e notas de lideranças locais (março/2019)	
2020	Enchentes ligadas à obra incompleta; cobertura jornalística aponta bairro “debaixo d’água” em episódios de chuva intensa	Moradores relatam casas inundadas por obra inacabada; críticas à gestão das obras e falta de resposta.	Reportagem Brasil de Fato (nov/2020).	
2022	Episódios agudos de enchentes no Parolin	Centenas de famílias afetadas em diferentes momentos; atendimento em CRAS; relatos de “perdendo tudo a cada chuva”.	Reportagens e nota da Defensoria Pública; estudo de caso que compila notícias (jan-fev/2022)	
2023	“Alagamentos em Curitiba atingem 11 bairros, incluindo Parolin”	O alagamento invadiu casas e ruas, causando danos a bens domésticos em cerca de 40 residências.	Reportagem- Agência de Notícias das Favelas (ANF)	
2023	“Comunidade do Parolin volta a sofrer com enchentes”	Lideranças locais criticam a falta de obras conclusivas.	Reportagem Brasil de Fato (março/2023)	
2025	Incêndio destrói sete casas e deixa ao menos um cachorro morto no Parolin: 'Mãe, tá pegando fogo'	Sete casas de madeira foram totalmente destruídas no incêndio no Parolin	Reportagem Banda B	
2025	Parolin é citado como um dos bairros mais atingidos. A prefeitura anuncia limpeza e ações emergenciais no Rio Vila Guaíra.	Pessoas ilhadas e resgatadas; danos a obras de macrodrenagem e reforço emergencial da limpeza do canal.	Notícias municipais e jornais (fev/2025).	

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de reportagens⁵

⁵ As fontes das reportagens e sites estão indicados nas referências (pág. x). Os impactos apresentados neste quadro foram extraídos das reportagens citadas.

O quadro acima sintetiza a recorrência e a gravidade dos episódios de alagamentos e enchentes na Vila Parolin ao longo da última década, articulando notícias, impactos relatados e registros visuais. Observa-se que, apesar de sucessivas promessas de obras de drenagem e contenção desde 2015, a comunidade permanece exposta a eventos extremos que afetam diretamente suas condições de moradia, segurança e dignidade. A desigualdade socioambiental vivida pela Vila Parolin, mostra que os impactos dos riscos recaem de forma desproporcional sobre territórios populares. A recorrência dos eventos e a ausência de soluções estruturais revelam não apenas falhas na gestão urbana, mas também a omissão do poder público em promover um ambiente seguro e saudável para a população.

Figura 21- Morador na Rua Professor Porthos Velozo, no Parolin, um dos pontos mais afetados pelas enchentes



Fonte: Eliandro Santana- Reportagem Banda B (2025)

Logo, é possível afirmar que as injustiças socioambientais na Vila Parolin se manifestam no cotidiano de seus moradores por meio da exposição desigual aos riscos socioambientais e climáticos, como alagamentos recorrentes, enchentes e falta de infraestrutura adequada de drenagem. Por outro lado, são expressas estratégias de sobrevivência e solidariedade comunitária, nas quais os próprios moradores buscam soluções para resistir aos impactos socioambientais no território.

No mais, a persistência dos eventos extremos no Parolin, evidenciada nos registros visuais, não apenas denuncia a negligência do poder público, mas também evidencia a importância da mobilização comunitária na busca por soluções. Nesse contexto, os moradores assumem o protagonismo nas ações de resistência e práticas urbanas, expressando formas coletivas de enfrentamento às desigualdades e aos impactos socioambientais.

Os movimentos sociais e instituições atuam como importantes aliados nesse processo, contribuindo para fortalecer a organização comunitária e ampliar a visibilidade das demandas locais. O próximo tópico, portanto, propõe uma primeira aproximação direta com a realidade local, explorando a atuação do movimento Rede Curitiba Climática (RECC) e a experiência da autora como membro do grupo, destacando sua contribuição para o fortalecimento da luta por justiça socioambiental.

5.2 “A ARTE DE TECER REDES”: UMA PRIMEIRA APROXIMAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Este tópico surge com o objetivo explorar a atuação do movimento RECC (Rede Curitiba Climática) na Vila Parolin em Curitiba-PR, visando auxiliar na compreensão dos desafios que dificultam a promoção de justiça socioambiental na comunidade. A partir da metáfora "A arte de tecer redes", busca-se entender como esse movimento, através da estrutura colaborativa e ações sociais constrói conexões entre diferentes atores sociais e institucionais, com o propósito de enfrentar as questões climáticas e socioambientais de Curitiba. O movimento será um instrumento para mediar a aproximação do campo de pesquisa. A abordagem desse tópico permitirá uma reflexão sobre o papel dos movimentos sociais urbanos na construção de soluções integradas e coletivas para questões socioambientais.

5.2.1 Apresentação, propósito e histórico da Rede Curitiba Climática

A Rede Curitiba Climática (RECC) é um movimento climático de caráter coletivo criado pela *Global Shapers Curitiba*, uma iniciativa do Fórum Econômico Mundial para inclusão da juventude nos diálogos com lideranças internacionais, nos debates sociais, climáticos, econômicos e na promoção de ações de impactos locais. Essa comunidade engloba mais de 11 mil jovens transformadores globais, em 502 centros de organização, chamados de *hubs* e em 155 países e territórios. (GLOBAL SHAPERS COMMUNITY, 2025).

Com a criação do *hub* de Curitiba, a RECC surge no fim do ano de 2020, inicialmente, com quatro jovens atuantes e com a metodologia de reuniões virtuais, criação de lives, workshops e criação de mídia social para o movimento, devido ao contexto de pandemia mundial. O propósito consiste na articulação de pessoas, com base nos valores de inclusão e diversidade, para facilitar espaços de debates, processos de tomadas de decisões, apresentação de soluções para a questão climática e com a missão de tornar Curitiba uma cidade mais justa e sustentável.

Seus idealizadores são pessoas conectadas a movimentos sociais, universidades e organizações não governamentais, unidas pelo objetivo de fortalecer a mobilização popular diante das crises climáticas e desigualdades urbanas. Entre os membros articuladores da RECC entrevistados durante a pesquisa, emergem diferentes vozes que contribuíram significativamente para a compreensão do papel da rede no contexto urbano de Curitiba. A seguir, apresenta-se uma síntese das contribuições compartilhadas por um dos integrantes (identificado como Membro 1), que se dispôs a relatar suas percepções e experiências no processo de atuação coletiva.

Membro 1 (Entrevistado 1) , foi um dos principais fundadores da Rede Curitiba Climática (RECC) durante sua atuação na Global Shapers. Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), atualmente exerce a função de conselheiro político em um gabinete legislativo na cidade de Curitiba. Seus interesses estão voltados para questões ambientais, relações governamentais, políticas públicas e assuntos legislativos, além de seu forte engajamento em serviços comunitários e sociais.

Membro 2, reside atualmente na cidade de Bona no ocidente da Alemanha, é pesquisador da Universidade das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Contribuindo para o projeto Alianças para a Transformação Urbana no desenvolvimento de trajetórias de zero carbono com equipes de três países diferentes da América Latina.

Membro 3, é engenheiro ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná-UTFPR e Especialista em Gestão, Governança e Setor Público pela Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Integrou as delegações das Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de vários anos.

Membro 4, também co-fundadora do movimento, é profissional de energia e meio ambiente com mais de 10 anos de experiência na formação de projetos de desenvolvimento sustentável e consultorias, com foco também na adaptação e mitigação às mudanças climáticas. Atualmente reside na cidade de Lisboa em Portugal, faz parte do Conselho Global da Juventude e membro do *Global Shapers*, do Fórum Mundial Econômico.

O principal objetivo da Rede é construir conexões entre o cidadão e o poder público municipal. Para isso, utiliza-se como base de dados o Plano de Ação Climática de Curitiba, estudos científicos, matérias jornalísticas e relatos de moradores locais para promover treinamentos climáticos e oficinas de *advocacy* para grupos diretamente afetados pela crise climática em Curitiba (RECC, 2022).

A organização da RECC tem como lema: Conectar, Dialogar e Agir (Imagem x) e se opera com três grupos de trabalho (GTs): GT AÇÃO: que consiste em uma organização de eventos e ações de campo, com destaque para nas oficinas climáticas; o GT DIÁLOGO: Definido pela comunicação externa e interna da rede e gestão das redes sociais para produção de conteúdo e o GT PRESSÃO: que realiza *advocacy* (no processo de reivindicação de direitos para o poder público) e propõe também analisar políticas públicas e participações em espaços de discussão.

Figura 22 - Logotipo da RECC e lema de atuação.



Fonte: RECC (2021) adaptado pela autora (2025)

Compreender a atuação da Rede Curitiba Climática (RECC) foi fundamental para analisar de que maneira os movimentos sociais urbanos podem fortalecer a luta por justiça socioambiental. Para tanto, elaborou-se uma linha do tempo que contempla as principais ações comunitárias e atividades promovidas pela RECC. É importante destacar que, esse levantamento não buscou mapear a totalidade das ações da rede, mas sim realizar um recorte intencional, focando nas iniciativas que possuem relevância para os objetivos e o recorte temático desta pesquisa, especialmente as que dialogam com as questões socioambientais e com o fortalecimento comunitário na Vila Parolin.

Desde 2020 a RECC tem se dedicado na busca de promoção de justiça climática no território de Curitiba por meio de oficinas e palestras a respeito de educação socioambiental e ações diretas do poder público com relação a emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), adaptação da cidade à questão das emergências climáticas e diminuição das desigualdades sociais, que geram situações de injustiça climática.

A RECC iniciou com reuniões semanais em ambiente virtual, optando posteriormente por realizar reuniões quinzenalmente. Desde a sua criação a RECC já realizou mais de 100 reuniões com os membros e pautas climáticas coletivas. No fim de cada reunião um membro é responsável por realizar a ata da reunião com os principais pontos discutidos e carregá-la no Google Drive da rede, na qual os membros possuem acesso. De acordo com os registros das atas das reuniões da RECC foi possível construir uma linha do tempo das principais ações do movimento, identificando nesse espaço temporal a aproximação da rede com território da Vila Parolin.

Nos anos iniciais do surgimento (2020-2021) o movimento reuniu esforços para: prospectar novos membros para o movimento; levantamento de regiões precárias e com histórico de riscos e vulnerabilidades socioambientais; no contato de lideranças comunitárias para interlocução e diálogo com as comunidades e parcerias de outros movimentos com pautas relacionadas para fortalecer a rede. Além da análise do Plano de Ação Climática de Curitiba realizada pela divisão de tarefas entre os integrantes do coletivo.

O ano de 2022 foi marcante para a RECC, com a entrada de novos membros, novas parcerias como a ONG TETO de questões habitacionais e o início das Oficinas Climáticas em Curitiba. Para a oficina foram definidos alguns territórios considerados pelo grupo, áreas vulnerabilizadas ou com histórico de riscos socioambientais.

De acordo com dados do PLANCLIMA (2020) e com estudos da RECC (2023) a verificação das regiões prioritárias mais atingidas pelos riscos (inundação, alagamento, ondas de calor e deslizamento) foram definidas por 4 regiões administrativas :

- I. Regional Boqueirão contemplando os bairros Boqueirão, Alto boqueirão e Hauer;
- II. Regional Cajuru: bairros Cajuru, Guabirotuba e Uberaba
- III. Região Matriz: bairro Prado Velho
- IV. Regional Portão: bairros Parolin, Guaíra, Fanny e Lindóia

Figura 23 - Mapa de regiões prioritárias definidas pela RECC



Fonte: IPPUC (2018) adaptado pela autora (2025)

Com as ações de lideranças comunitárias e com as ações da ONG TETO na Vila Parolin, foi definido o bairro para a primeira Oficina Climática de Curitiba, mas também com o intuito de realizar outras oficinas ou mobilizações nessas outras nos próximos anos.

No primeiro semestre de 2023 ocorreu a aproximação com as escolas do Cajuru e planejamento das Oficinas Climáticas e educação ambiental nos colégios e escolas da rede pública. A Rede Curitiba Climática também concentrou esforços na construção do relatório da oficina realizada no Parolin e na ida a campo para obter feedbacks e entregar o relatório para a comunidade, como forma de devolutiva da oficina. Ainda, o movimento obteve contato com universidades como a UFPR, Observatório de conflitos Socioambientais e movimentos para reunir arrecadações solidárias para o Parolin.

No segundo semestre de 2023, houve a participação no Fórum de Mudanças Climáticas e ações contra o aterro sanitário da Essencis Soluções Ambientais, localizado na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). E finalmente, a iniciação de outros membros no movimento, inclusive, da autora desta pesquisa. O ano foi finalizado com uma Oficina de doação de mudas para plantio aos moradores, de espécies diferentes doadas pelo Instituto Água e Terra (IAT).

Em 2024 a rede conseguiu parcerias com outros movimentos como: Mãos Invisíveis e com os ativistas do movimento SOS Arthur Bernardes, que se destacou em 2024 como um grupo de mobilização e abaixo assinado contra a decisão do poder público de retirada de centenas de árvores na rua Arthur Bernardes em Curitiba, em um contexto de emergência climática. Além disso, obteve participações em outras oficinas, eventos de educação ambiental e crise climática.

Por fim, em 2025 a RECC iniciou com o planejamento de visitas em locais específicos, retorno ao Parolin para uma nova distribuição de mudas remanescentes, auxílio comunitário e fortalecimento de relações. Neste ano a rede almeja reunir os dados de ações e demandas internas em um portfólio e se organizar para tratar as questões de Demandas da Transparência Internacional, se organizando em grupos de formação para capacitação interna de membros, *advocacy* em contato com o poder público, comunicação e recursos humanos/financeiros.

Figura 24 - Linha do tempo das principais ações comunitárias da RECC.



**OUTUBRO/2023-
INÍCIO COMO MEMBRO DA RECC**

- Reuniões com vereadores para apresentar o relatório do Parolin
- Frente Parlamentar- Comissão Combate às Mudanças Climáticas participação no Fórum do Paraná de Mudanças Climáticas.
- Ato contra o lixo da Solvi Essencis
- Nova Oficina no Parolin para distribuição de mudas
- **DEZEMBRO 2023- PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EM CAMPO COM CAMPO DE PESQUISA**

2024

- Campanha RECC contra a degue
- Ação com o projeto Mãos Invisíveis
- Oficina em São José dos Pinhais
- Evento composição de Mesas Temáticas sobre Educação Ambiental, Emergências Climáticas e Diversidade
- Oficinas Cajuru/Boqueirão (Colégio Estadual Professora Luiza Ross e Colégio Estadual Olívio Belich)
- Reunião para encerramento do aterro "Fora Essencis/Tiradentes II"
- Campanha Inventário de GEE 2024
- Reanálise do PlanClima
- Oficina: "Como enfrentar a crise climática em Curitiba" com GTs e autoridades especialistas no assunto.
- Aproximação da RECC com o movimento "SOS Arthur Bernardes"

2025

- Sugestão de visitas da RECC em comunidades indígenas
- Visita aos gabinetes de vereadores para falar sobre o PlanClima e a importância de sua implementação.
- Visita ao Parolin para nova distribuição de mudas remanescentes e coleta de dados com moradores.
- Organização para possibilidade de Capacitação interna dos membros
- Demandas da Transparência Internacional: criação de grupos de: formação, advocacy, comunicação e recursos.
- Criação de portfólio de ações e organização interna

Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

5.2.2 A oficina da realidade climática em Curitiba: Experiência na Vila Parolin

A Oficina da Realidade Climática é um projeto da RECC desenvolvido em parceria com o *The Climate Reality Project* Brasil, com o objetivo de capacitar pessoas que vivem em áreas de vulnerabilidade aos eventos climáticos em Curitiba e região. O *The Climate Reality Project* é uma organização sem fins lucrativos de nível global existente desde 2006, fundada pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, com a missão de impulsionar soluções para crise climática.

A organização é responsável pelo treinamento e mobilização de pessoas para trabalharem em prol de mudanças para um futuro sustentável, acelerando uma justa transição para uma economia de baixo carbono. Possui 11 filiais internacionais, incluindo Brasil, que conta com uma rede de quase 4 mil voluntários em todos os estados do país. Se caracterizando como um projeto parceiro sem a finalidade lucrativa, como mencionado anteriormente.

Com essa parceria a Rede Curitiba Climática se propôs a executar uma de suas oficinas na comunidade Vila Parolin, por tratar-se de uma área que apresenta uma alta probabilidade de ocorrência de eventos extremos (deslizamento, inundação, alagamento e/ou onda de calor), além de estar associada a um contexto de vulnerabilidade do ponto de vista socioambiental e econômico. A RECC tinha como objetivo levar informação climática e empoderamento para a população da região.

Embora a pesquisadora ainda não acompanhasse diretamente as atividades da Rede Curitiba Climática (RECC) na época, optou-se por incluir nesta investigação o registro da Oficina Climática realizada na Vila Parolin em 17 de setembro de 2022, dada sua relevância no contexto das ações socioambientais desenvolvidas no território. A atividade ocorreu na Cozinha Comunitária Dona Olívia Portes, espaço reconhecido por sua representatividade nas lutas e práticas comunitárias do bairro.

A escolha do local, feita pela própria rede, para evidenciar a valorização de territórios de resistência e protagonismo popular. As informações aqui apresentadas foram extraídas do relatório elaborado pela RECC sobre a oficina, utilizado como fonte documental para a análise dos objetivos, metodologias e percepções construídas ao longo do encontro.

A análise desta oficina será fundamentada em atas de reuniões disponibilizadas no Google Drive para os membros do grupo, bem como nos relatórios das oficinas. A partir desses documentos, busca-se compreender as temáticas abordadas, as atividades desenvolvidas e os impactos da oficina no contexto da Vila Parolin, evidenciando seu papel na mobilização

comunitária e na promoção da justiça socioambiental. De acordo com a RECC (2022) a oficina acontece em três etapas distintas:

Primeiro, é realizada uma verificação do nível de conhecimento do público sobre as discussões climáticas e realizada uma breve contextualização do tema. Depois, com base nos relatos dos participantes, são identificados os principais problemas que afetam a comunidade e sua relação com a crise climática global (RECC, 2022). Por fim, são desenvolvidas soluções individuais e coletivas para as questões climáticas e socioambientais da região.

A atividade foi dividida em três momentos:

- **Introdução ao tema das mudanças climáticas:** apresentação dos conceitos básicos e do impacto da crise climática global;
- **Diagnóstico comunitário:** relato dos participantes sobre os principais problemas enfrentados no território, como inundações, falta de infraestrutura e remoção de áreas verdes;
- **Construção de soluções:** elaboração coletiva de estratégias para mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

No início da oficina, os voluntários apresentaram a Rede Curitiba Climática (RECC) como uma organização composta por cidadãos impactados, direta ou indiretamente, pelos efeitos da crise climática na região de Curitiba. O objetivo central da rede foi evidenciar sua atuação na mobilização e articulação de indivíduos de forma inclusiva e diversa, promovendo espaços de debate, identificação de desafios e construção de soluções coletivas. Reforçou-se a ideia de que, nas áreas de vulnerabilidade socioambiental, cada residência abriga histórias de vida, e as soluções devem emergir a partir dessas narrativas, e não apenas de aspectos formais.

Para introduzir a temática das mudanças climáticas e fomentar a participação dos membros da comunidade, foi realizada, inicialmente, uma dinâmica de integração. Durante essa atividade, os participantes compartilharam suas percepções sobre as principais causas das mudanças climáticas, identificando o desmatamento, o descarte inadequado de resíduos sólidos e as queimadas como fatores determinantes.

Na sequência, com base na apresentação de dados sobre os impactos das mudanças climáticas em Curitiba, iniciou-se uma segunda dinâmica, na qual os moradores foram incentivados a relatar como percebem os efeitos desse fenômeno em seu cotidiano. Entre os problemas mais recorrentes apontados pelos participantes, destacam-se as inundações e os

alagamentos, ocorrências frequentes na Vila Parolin. Além disso, críticas foram direcionadas à intervenção promovida pela administração municipal, que resultou na remoção da vegetação ripária ao longo do rio e na construção de um muro, impactando negativamente a drenagem natural da área.

Outro aspecto ressaltado pelos participantes refere-se à atividade de coleta de materiais recicláveis, realizada por parte dos moradores. Segundo os relatos, a infraestrutura de coleta de resíduos sólidos na comunidade é insuficiente para atender à demanda, o que favorece o descarte inadequado e pode contribuir para o entupimento dos dispositivos de drenagem urbana, como as bocas de lobo.

Dessa maneira, a interação entre fatores ambientais, como a topografia local, que configura a região como um divisor de águas, e a gestão ineficaz dos resíduos sólidos contribui para a recorrência de inundações e alagamentos. Esses fatores, conforme os relatos dos moradores, intensificam os prejuízos e agravam as condições de vulnerabilidade socioambiental da comunidade.

Os moradores relataram na oficina questões socioambientais após a obra de canalização do córrego Parolin, os alagamentos tornaram-se mais frequentes, agravando as condições de moradia. Além disso, a falta de árvores e áreas de lazer foi destacada como um problema que impacta diretamente a qualidade de vida da população local.

Os participantes também destacaram a deficiência na infraestrutura de mobilidade resultante das intervenções de engenharia realizadas pela administração municipal. Relataram que, anteriormente, existiam pontes estruturadas que possibilitam a travessia segura de pedestres e veículos. No entanto, atualmente, essa conectividade foi reduzida a uma única ponte de estrutura precária, a qual, segundo os depoimentos, representa riscos à segurança dos moradores (RECC, 2022). De acordo com o Relatório de Oficina Climática da RECC, os moradores demonstraram medo em relação a desmoronamentos na região, o que segundo eles acontecia em épocas chuvosas. A situação se justifica pela topografia do terreno associada à baixa qualidade do material construtivo das casas.

Figura 25 - Moradores da Vila Parolin na Oficina Climática.



Fonte: Relatório Oficina Climática, RECC (2022) ⁶

Houve a percepção dos participantes sobre a relação direta entre as consequências da crise climática e os problemas de saúde que afetam toda a comunidade. De acordo com um morador anônimo, diversas condições, como hipertensão e doenças respiratórias em idosos, bem como contaminações frequentes entre crianças, tendem a ser agravadas pelos impactos das mudanças climáticas.

Entre as questões consideradas mais urgentes para os moradores destacam-se o acesso ao saneamento básico, à energia e a outros serviços sociais essenciais, cuja viabilização depende da regularização fundiária dos terrenos e moradias da região. Por fim, na última dinâmica da oficina, os participantes foram incentivados a desenvolver soluções para os problemas locais identificados, com base nas discussões realizadas ao longo do encontro.

Em seguida, os membros expuseram um pouco sobre possíveis soluções comunitárias, para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Por fim, foi destacada a importância dos esforços de mobilização da comunidade, como uma estratégia para alcançar tanto as soluções comunitárias quanto as do poder público. Finalizando a oficina, os integrantes da RECC explicaram que iriam elaborar um relatório como ferramenta prospectar parcerias e pressionar o poder público na reivindicação de melhorias para o bairro.

⁶ Imagem capturada por membros da RECC para compor o Relatório da Oficina Climática (2022).

A atividade possibilitou o diálogo direto entre os moradores e coletivos sociais, criando um espaço de escuta, troca de saberes e construção coletiva de percepções sobre os impactos da crise climática na comunidade. Além de promover reflexões sobre temas como alagamentos, infraestrutura e questões socioambientais que o território enfrenta.

5.2.3 “A crise climática atinge a todos, mas não da mesma forma!”: Relato com membro da RECC- ENTREVISTADO 1

A entrevista com o membro da RECC (Entrevistado 1) foi realizada de forma remota, pelo Google Meet, no dia 06 de fevereiro de 2025, por volta das 17h. O entrevistado é graduado em Direito, além de ser conselheiro político atuante em gabinete legislativo, hábil em questões ambientais, relações governamentais, assuntos políticos e profissional de serviços comunitários e sociais, de acordo com o mesmo. Também integrante da Rede Curitiba Climática (RECC), já fez trabalhos comunitários através da *Global Shapers Community*, uma comunidade que reúne jovens líderes em promover mudanças sociais, econômicas e ambientais.

A entrevista se iniciou com relatos sobre a conexão do entrevistado com temas sobre o meio ambiente, que surgiu ainda na infância, influenciado por sua família e por experiências ao ar livre. Seu pai, adepto de esportes radicais, o levava para trilhas, pedaladas e acampamentos, enquanto sua mãe alimentava seu interesse pela preservação ambiental. Esse ambiente familiar plantou as primeiras sementes que o levariam, anos depois, a se engajar ativamente em movimentos socioambientais.

Seu interesse pelo direito ambiental e sua experiência como assessor parlamentar aprofundaram seu olhar crítico sobre a relação entre políticas públicas e meio ambiente. O envolvimento com o Global Shapers Curitiba foi um marco essencial, pois foi ali que, junto com outros ativistas, ajudou a idealizar e estruturar a RECC. Ele descreveu com entusiasmo o processo de construção do coletivo, desde sua concepção em 2020 até sua consolidação e referência como movimento climático de Curitiba. Ao falar sobre a importância da justiça climática, ele fez uma análise contundente:

“A crise climática atinge a todos, mas não da mesma forma. Quanto menos estruturas uma pessoa tem, mais vulnerável ela se torna” (ENTREVISTADO 1, 2025).

Esse entendimento levou a RECC a atuar em territórios como a Vila Parolin, uma área marcada por históricos de alagamentos frequentes, dentre outras questões socioambientais. Ele também relatou como a Oficina Climática no Parolin se tornou um marco para o grupo, sendo

uma experiência completa de diálogo com a comunidade, construção coletiva de soluções e fortalecimento dos laços entre movimentos sociais e a população local. E relata algumas perspectivas futuras para o movimento:

O objetivo é que a cidade tenha institucionalizado uma autoridade climática, algum escalão de execução mesmo de política pública e que a RECC possa acompanhar ou contribuir de alguma forma, mas que o nosso objetivo final é que a cidade se prepare melhor e contribua mais para o combate à crise climática (ENTREVISTADO 1, 2025).

No decorrer da entrevista foi possível inserir uma questão que buscava compreender a relação entre o engajamento da Rede Curitiba Climática (RECC) e a pauta da moradia, da questão de habitação em áreas irregulares, especialmente no contexto da crise climática, no qual o entrevistado trouxe informações sobre o contexto habitacional de Curitiba. O entrevistado destaca que:

A pauta climática é tratada justamente nessa perspectiva social, ambiental, econômica, de política pública, enfim, várias vertentes da discussão climática, a parte técnica, acadêmica e tudo mais. Então, eu acho que a habitação, é uma das questões sociais mais gritantes de Curitiba, eu acho que ela sempre esteve em evidência. Porque falamos de populações em áreas de risco, vulnerabilizadas, necessariamente a gente está falando de habitação precária.

Majoritariamente, tirando algumas raras exceções de moradias melhores, mas que estão em áreas de risco, especialmente em deslizamento, por encosta, a maioria das áreas de risco sobrepõe áreas de ocupação irregular (ENTREVISTADO 1, 2025).

De acordo com o trecho acima, a questão habitacional se apresenta como uma das expressões mais visíveis das desigualdades socioambientais em Curitiba, estando, portanto, constantemente em evidência nos debates do coletivo. Ao tratar de populações em áreas de risco e em situação de vulnerabilidade, torna-se inevitável abordar a precariedade habitacional, destacando a interconexão entre crise climática, habitação e desigualdade urbana. Esse relato está relacionado ao que Albuquerque (2007) aponta sobre a invisibilidade de intervenções no campo da habitação na época do planejamento de Curitiba, alegando que esse fator contribui para essa problemática habitacional existente nos dias atuais.

No decorrer da conversa, o entrevistado também refletiu sobre o papel da RECC nas questões políticas. Ele mencionou a participação ativa do grupo no Fórum Municipal e Estadual de Mudanças Climáticas, bem como em debates na Câmara Municipal de Curitiba:

“A tribuna livre que fizemos foi um momento de visibilidade muito importante. Ocupamos aquele espaço para falar sobre a emergência climática com seriedade e embasamento técnico.” (ENTREVISTADO 1, 2025).

Para ele, essas ações reforçam a necessidade de pressionar o poder público para que políticas climáticas saiam do papel e se tornem realidade. Quando questionado sobre o futuro da RECC, ele destacou a importância da continuidade do trabalho com a sociedade e com as instituições. Além da necessidade de fortalecer a presença do coletivo em territórios vulneráveis, para que as oficinas educativas sejam ampliadas e a pauta climática continue sendo discutida com urgência.

No final da conversa, ao ser perguntado sobre sua motivação para permanecer no movimento, ele responde:

“O que me faz continuar é a relevância do tema. O impacto da crise climática é inevitável, e eu quero fazer parte da solução.” (ENTREVISTADO 1, 2025).

A fala do entrevistado⁷ traduz um compromisso social para a construção de um futuro mais justo e sustentável e reforça a urgência da pauta climática e da mobilização coletiva para enfrentar os desafios socioambientais em territórios em condições de vulnerabilidade socioambiental. Em especial, no contexto da emergência climática, marcada pelo aumento da frequência e intensidade de eventos extremos. A atuação de movimentos sociais evidencia o papel fundamental da sociedade civil na reflexão e construção de possíveis soluções locais que dialoguem com as demandas da população, especialmente em áreas urbanas historicamente negligenciadas pelo poder público, como a Vila Parolin.

5.3 OBSERVAÇÃO DA REALIDADE: PRIMEIRA EXPERIÊNCIA EM CAMPO JUNTO A RECC PARA OFICINA DE DISTRIBUIÇÃO DE MUDAS NA VILA PAROLIN

No dia 21 de dezembro de 2023, entre 10h e 14h, foi realizada a primeira visita à Vila Parolin, em Curitiba-PR. Por ser o meu primeiro contato com o território fui a campo com perspectivas de realizar impressões iniciais, estabelecer conexões e as primeiras interações com os moradores. A visita foi organizada pelos membros do movimento Rede Curitiba Climática (RECC), na qual também sou membro. A pretensão do grupo era retornar à comunidade após a Oficina Climática do Parolin realizada anteriormente, em especial, para realizar uma nova distribuição de mudas, com diferentes estratégias, pois, na última oficina grande parte das mudas não sobreviveram.

⁷ O número de entrevistas realizadas nesta pesquisa é limitado, sendo utilizadas como subsídio complementar às demais técnicas de pesquisa. Informações adicionais encontram-se detalhadas na página 34.

Para a ida a campo foi realizada reuniões com os membros da RECC, que estavam acontecendo quinzenalmente, para discutir a pauta da “Distribuição de mudas no Parolin”. Foi sugerido nessas reuniões divisões de tarefas para as seguintes questões: levantamento de mudas para doação pelo Instituto Água e Terra (IAT); planejar a estratégia de distribuição; Organizar as mudas em copos de plásticos; especificar as espécies de árvores; diagramar uma cartilha de plantio com informações relevantes sobre as espécies para doar junto com as mudas e fazer parcerias com lideranças comunitárias.

Inicialmente, quando chegamos na parte da manhã, estávamos em contato virtual com uma líder comunitária, militante nas questões raciais, de gênero e engajada nas questões políticas para melhorias do bairro. Ela nos acolheu, nos apresentou e fomos mostrando as mudas que organizamos no intuito de distribuir e cativar o interesse dos moradores a plantarem no local, já que essa era uma das demandas que apareceram na Oficina Climática.

Figura 26- Preparação de mudas para distribuição na Vila Parolin.



FONTE: Arquivos documentação interna da RECC (2023)⁸

⁸ Imagem extraída de documento interno da RECC (2023), não publicado, disponibilizado para fins de registros.

Organizamos as 102 mudas doadas pelo Instituto Água e Terra (IAT) em uma mesa que a líder comunitária nos cedeu, colocamos placas de aviso sobre a distribuição e ficamos em um ponto estratégico, uma rua local, próxima a casa da líder comunitária e a estabelecimentos comerciais. Aos poucos os moradores foram passando e se aproximando para conversar, já que a líder comunitária era bem conhecida no bairro e mantinha boas relações com os moradores. Oferecemos também mudas para as pessoas que estavam passando no local, a grande maioria das pessoas pegaram as mudas na intenção de plantar e acolheram bem a ideia, se mostrando animados com a ação. Outros moradores paravam para conversar e aproveitaram para escolher a espécie de planta que mais lhe interessava.

Figura 27- Termo de doação.

TERMO DE DOAÇÃO

Campo Largo, 28 de novembro de 2023.

Declaro que recebi **102 mudas** da Sociedade Chauá, cujas espécies são as seguintes:

ESPÉCIE	PROCEDÊNCIA	QUANTIDADE
<i>Psidium cattleianum</i>	1905	10
<i>Schinus terebinthifolia</i>	2213	10
<i>Lafoensia pacari</i>	2014	10
<i>Araucaria angustifolia</i>	2437	10
<i>Albizia edwallii</i>	1963	10
<i>Eugenia uniflora</i>	2094	10
<i>Prunus myrtifolia</i>	1772	10
<i>Calliandra brevipes</i>	2322	10
<i>Frangula sphaerosperma</i>	2161	10
<i>Psidium rufum</i>	1248	7
<i>Myrsine umbellata</i>	1872	5

Estas são espécies pertencentes ao projeto: "Strengthening the species diversity and reduce the risks of extinction of plant species within the Araucaria Forest in southern Brazil".

FONTE:Arquivos documentação interna da RECC (2023)

Enquanto estava distribuindo as mudas, houve uma situação marcante no campo: Uma senhora com o semblante triste, se aproximou, pegou uma muda e com alguns minutos de

conversa expôs suas vulnerabilidades e desafios diários que a família estava passando. A senhora lamentava o fato do Conselho Tutelar ter levado a sua filha menor de idade, alegando que estavam intervindo porque ela não tinha condições de cuidar, faltava alimentos e cuidados básicos. A mesma afirmou que tinha mais filhos e estava em situação de vulnerabilidade, que já tinha sofrido com alagamentos, pois morava nas proximidades de cursos d'águas canalizadas e que já tinha perdido as suas coisas várias vezes.

Figura 28- Mudas para distribuição na Vila Parolin.



FONTE: Arquivos documentação interna da RECC (2023)

Essa aproximação fez perceber o quanto a questão socioeconômica está relacionada às pautas socioambientais, climáticas, habitacionais. Os riscos socioambientais são destinados às populações de baixa renda e comunidades vulnerabilizadas (Acsegrad, Mello; Bezerra, 2009). Já no início da tarde, as mudas já estavam acabando e caminhamos nas proximidades do curso d'água onde contém as valetas de drenagem, na qual os moradores chamam de “Valetão”.

Ao caminhar pelo território do Parolin pela primeira vez, senti um incomodo por ver a discrepância do bairro com outras áreas de Curitiba. A ausência de parques, praças, áreas de lazer e equipamentos urbanos foi o primeiro aspecto que me chamou atenção. Posteriormente,

percebi o desconforto na caminhabilidade no bairro, primeiro pela ausência de vegetação nessa parte do território.

Estava em dia ensolarado e em poucos minutos caminhando pelo local, senti a falta de sombra, de calçadas e infraestruturas urbanas. Outro ponto observado foram os cheiros fortes de esgoto nas proximidades do rio, que se encontra em estado de poluição e da insegurança de caminhar ao território por ter pessoas possivelmente em estado de vulnerabilidade, escondidas nas valetas às margens do rio.

Antes de finalizar o campo percebemos uma movimentação de alguns moradores que estavam próximos a uma esquina da Vila. Um morador em específico, falava em um tom de voz bem alto, porém, em uma linguagem de códigos. A líder comunitária que nos acolheu, disse que ali era um dos pontos de tráfico de drogas e que a linguagem usada era um sinal que eles tinham entre si, quando avistaram a polícia passando pelo local. A mesma disse também que a guerra entre as facções é uma realidade da comunidade, pois eles disputam a “soberania do tráfico” e com isso há situações de mortes e violências no local.

Por fim, finalizamos essa visita a campo agradecendo a líder pelo acolhimento. Esse primeiro contato me proporcionou detalhes que mostram como é um pouco da realidade do território e os problemas enfrentados pelos moradores que envolvem questões socioeconômicas, de moradia, infraestrutura e segurança pública.

5.3.1 Reflexões sobre a primeira etapa em campo: Caminhos abertos para imersão a campo

A primeira imersão na Vila Parolin revelou a ligação entre as ações de cunho socioambiental e as complexas situações a respeito das vulnerabilidades que permeiam o cotidiano da comunidade. A receptividade inicial evidenciada pelo interesse dos moradores em receber as mudas, sinaliza uma abertura e um desejo por melhorias socioambientais no território. No entanto, diante das situações relatadas pelos moradores e o histórico de perdas materiais devido a alagamentos, trouxe à tona a urgência de reconhecer que as questões socioambientais e climáticas se manifestam de forma desproporcional em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

A disparidade nas infraestruturas urbanas e áreas verdes da Vila Parolin, quando comparadas a outras regiões de Curitiba, exemplificam a distribuição desigual dos recursos e

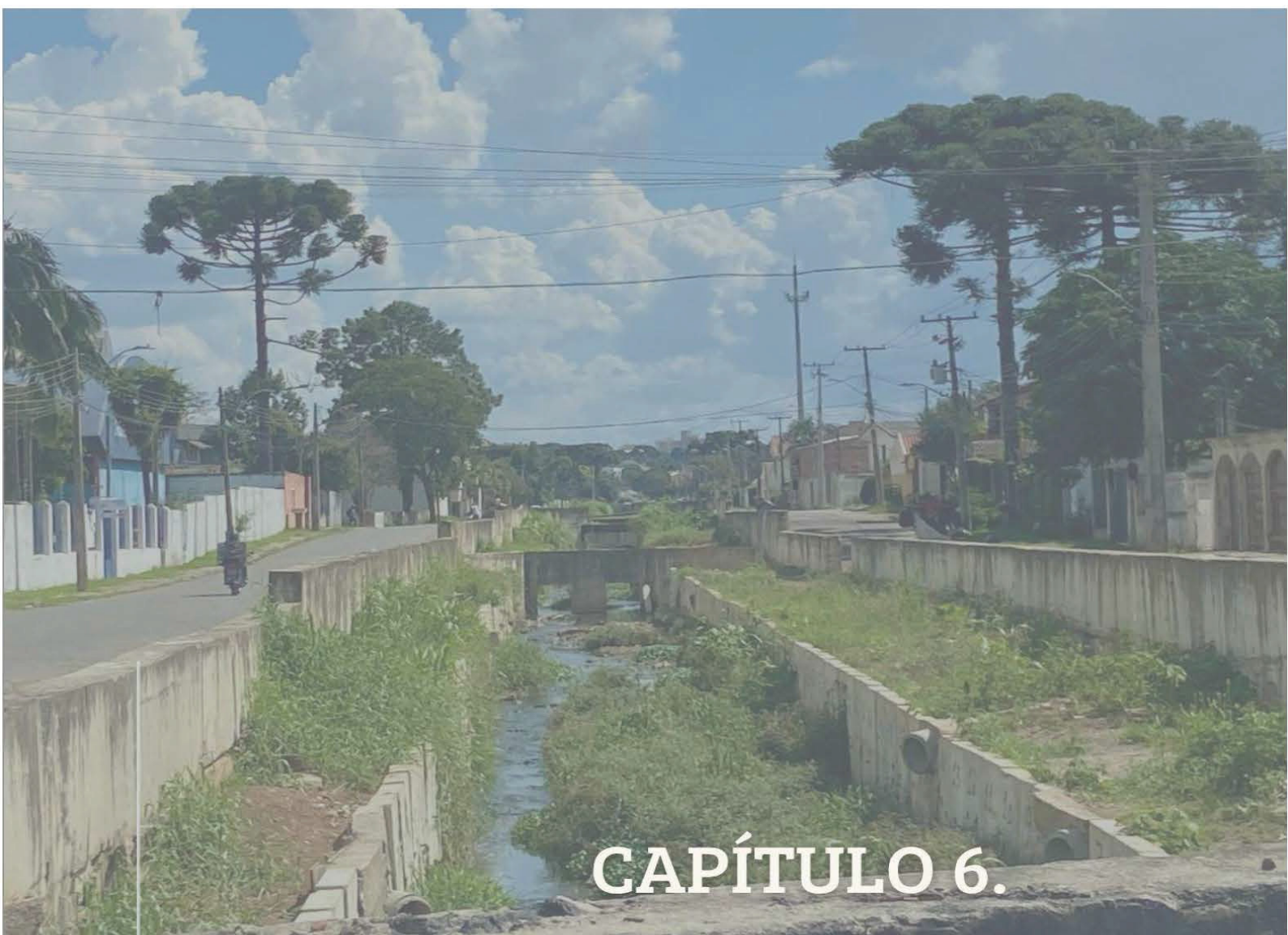
serviços na cidade. A percepção dos incômodos e da sensação de insegurança em caminhar por determinados locais do bairro reforçam a ideia de que os riscos socioambientais recaem desproporcionalmente sobre populações de baixa renda. Tal realidade está de acordo o conceito de injustiça socioambiental proposto por Acselrad, Mello; Bezerra (2009) que compreende a distribuição desigual dos riscos ambientais como um fenômeno estruturado por relações de poder, em que os grupos socialmente mais vulneráveis são aqueles que, historicamente, mais sofrem com os efeitos das questões ambientais.

No caso da Vila Parolin, os riscos relacionados ao saneamento precário, à falta de arborização e infraestrutura urbana adequada e a própria condição de moradias irregulares em áreas impróprias para moradia são vivenciados diariamente. A complexidade dos desafios enfrentados pela comunidade, se entrelaça também com questões de segurança pública e a disputa por poder territorial. Assim, essa primeira visita a campo proporcionou uma compreensão da realidade multifacetada da Vila Parolin, reforçando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para compreender a realidade.

Essa primeira experiência de contato com a Vila Parolin, embora tenha se configurado como uma observação inicial da realidade local, revelou-se fundamental para delinear os próximos passos da pesquisa. Ao proporcionar um primeiro olhar sobre as dinâmicas socioambientais a visita abriu caminho para uma imersão mais aprofundada no campo, visando as percepções dos moradores sobre os problemas locais e as principais demandas e reivindicações.

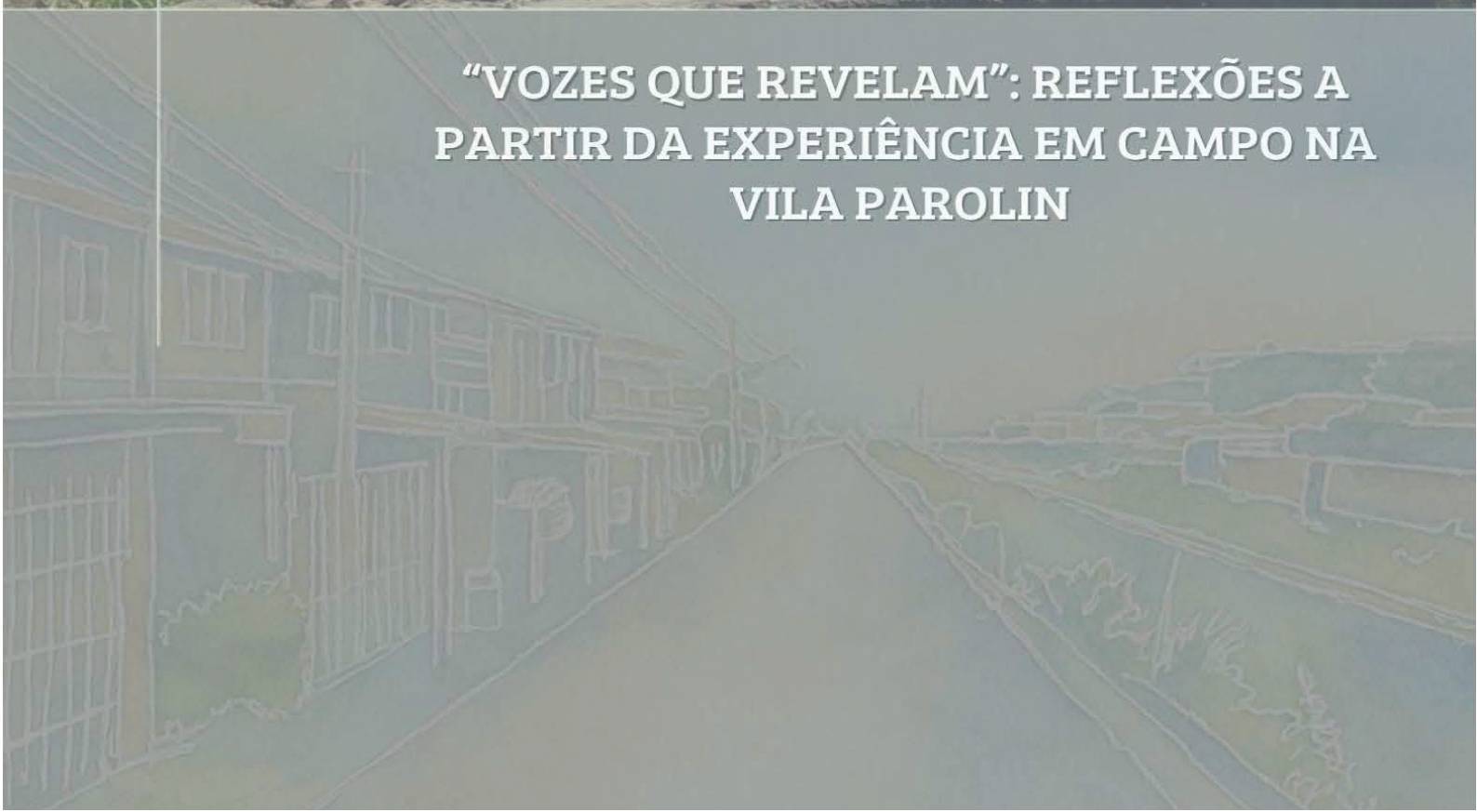
A etapa subsequente da pesquisa concentra-se na realização de entrevistas semiestruturadas com a amostra dos entrevistados selecionados, iniciando-se com uma moradora amplamente reconhecida pela comunidade local como referência de representatividade e, em seguida, com um residente de longa data da Vila Parolin.

O objetivo das entrevistas é coletar narrativas que contribuam para a compreensão da realidade socioambiental do bairro, permitindo a articulação entre os dados empíricos e os aportes teóricos que fundamentam esta investigação. Tais relatos são considerados fundamentais para responder à pergunta de pesquisa, especialmente no que se refere à forma como os moradores percebem, vivenciam o território diante das condições de vulnerabilidade socioambiental e do contexto do planejamento não institucionalizado.



CAPÍTULO 6.

**“VOZES QUE REVELAM”: REFLEXÕES A
PARTIR DA EXPERIÊNCIA EM CAMPO NA
VILA PAROLIN**



6. VOZES QUE REVELAM: UMA INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE

6.1 “VENHA, PODE ENTRAR”: RELATOS E MEMÓRIAS DE REPRESENTATIVIDADES DO BAIRRO

Figura 29 - VENHA, PODE ENTRAR⁹



Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Este tópico apresenta dois relatos fundamentais para compreender a realidade cotidiana e os significados construídos no território da Vila Parolin. O primeiro é o relato de uma liderança comunitária, responsável pela gestão da cozinha comunitária do bairro, cuja atuação tem se consolidado como espaço de resistência, solidariedade e fortalecimento coletivo. O segundo relata memórias de um morador antigo, que acompanhou de perto as transformações do lugar ao longo das décadas, trazendo consigo uma narrativa que conecta passado e presente na trajetória da comunidade.

A escolha desses interlocutores representa, de um lado, a mobilização e o engajamento social; de outro, a vivência cotidiana enraizada na história do bairro. Suas vozes são expressões

⁹ Fotografia de autoria própria, registrada na entrada de uma moradia na Vila Parolin.

legítimas de representatividade, pois permitem compreender as questões socioambientais a partir do olhar de quem vive e resiste no território. Dessa forma, suas memórias e percepções reafirmam a importância do reconhecimento e protagonismo da comunidade.

6.1.1 “*Antes, as ruas eram becos, não tínhamos água encanada, nem esgoto*”: ENTREVISTADA 2

No dia 08 de fevereiro de 2025, por volta das 14h tive a segunda experiência em campo junto à RECC. Conheci a Cozinha Comunitária administrada por uma moradora do bairro, de 54 anos e moradora da Vila Parolin há 37 anos. A Cozinha Comunitária é um espaço solidário, que foi inaugurado em agosto de 2013, em um terreno que a própria moradora cedeu parte para ajudar pessoas que vivem nas imediações do morro do Sabão, na Vila Parolin.

Figura 30 - Fotografia da entrevista com a moradora.



Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

A moradora atua na cozinha a maior parte dos seus dias e reside na casa aos fundos. A dessa ação comunitária surgiu após um incêndio no Morro do Sabão no ano de 2022, no bairro Parolin, que segundo a moradora, muitas pessoas ficaram desabrigadas e sem ter sequer o que comer. A moradora conta que sempre ajudou os vizinhos e quando recebia doações de alimentos, começou a preparar marmitas para distribuir na porta de sua casa.

Após a tragédia dos incêndios, surgiu a ideia da cozinha comunitária. A moradora disponibilizou parte de seu terreno para construção e seu o marido e filho iniciaram a obra, com as doações que recebiam. Inicialmente, houve dificuldade para aquisição dos materiais de construção da cozinha, devido a ausência de recursos financeiros. Mas aos poucos, com ajuda de movimentos sociais, instituições e demais doações, o projeto da cozinha foi se consolidando.

Figura 31- Mudas para distribuição na Vila Parolin.



FONTE: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Na chegada ao campo, a entrevistada se mostrou receptiva desde o início. Era sábado, uma tarde de sol, mas nuvens escuras no céu estavam se formando. A moradora estava organizando as doações para fazer um bazar comunitário para arrecadar mais fundos para a cozinha. Aproveitamos o espaço do bazar para deixar as mudas de plantas expostas para as pessoas que viessem ao bazar levar a sua muda. Montamos o espaço, organizando as placas de aviso de doação e conversamos informalmente sobre as questões do bairro.

Enquanto a entrevistava, percebi as interações de pessoas caminhando, cumprimentando e em algumas crianças que corriam pelo espaço, rindo e brincando. A moradora comentou que eram alguns de seus netos brincando com os vizinhos, sorrindo ela afirmou ser avó de 13 netos.

Ao falar sobre as mudanças na Vila Parolin, seu tom de voz oscilava quando dizia: “Antes, as ruas eram becos, não tínhamos água encanada, nem esgoto. O banheiro era um barraco de madeira” (ENTREVISTADA 2) disse como se revivesse a memória.

Ela relatou que, quando chegou à Vila Parolin, as condições de infraestrutura eram precárias. As ruas eram becos sem pavimentação, as casas eram feitas de madeirite, e não existia saneamento básico. A água utilizada nas residências não era canalizada e os dejetos eram despejados ao ar livre, ela relata:

Pelas ruas, antes eram becos, não tinha na rua, não tínhamos água encanada, não tinha esgoto encanado, eram banheiros antigos, feitos de madeira, não tinha um chuveiro. Agora não, né? Agora a gente tem, inclusive, o esgoto bem colocado, já não joga no rio, né? Antes jogava no rio as instalações dos banheiros e das pias, agora não, né? O que vai para o rio é água mesmo da chuva, né? E do banheiro, de pia, então vai tudo para um outro determinado lugar, e num ponto, sim, foi bom, por causa também da saúde das crianças, que viviam muito doentes, né? (ENTREVISTADA 2, 2025.)

Ela reforça¹⁰ também que não possui muitas informações de quando o Parolin ainda não era bairro, mas seu marido é morador do Parolin desde a época que o mesmo era uma chácara, sem ruas, estradas e demais infraestruturas. Neste momento, identifiquei a importância de conversar com um morador de longa data no bairro.

Ao longo dos anos ela relata que melhorias foram implementadas, como a rede de esgoto, a pavimentação das ruas e a coleta de lixo. Na percepção da entrevistada, as mudanças trouxeram uma maior qualidade de vida para a população, principalmente para as crianças, que antes sofriam constantemente com problemas de saúde devido à contaminação da água. Na sequência, moradora traz um relato sobre períodos de chuva na comunidade:

Quando a chuva é muito forte, ela sempre acaba, né? Porque aqui é descida, né? Ali. Eu falo que aqui é que nem curva de rio, né? Para tudo aqui, né? A sujeira fica tudo aqui. Que vem de lá de cima pra cá, para tudo aqui, né? Mas isso é normal. Aqui não tem perigo, assim, de ter medo, assim, com a chuva forte. É mais lá... É sentido, assim, descendo a Brigadeiro, mais pra lá, né? (ENTREVISTADA 2, 2025.)

Com base na fala da entrevistada, é possível identificar percepções sobre efeitos das chuvas intensas no território da Vila Parolin. Ela descreve a região onde vive como uma “curva de rio”, uma metáfora que revela, como o relevo influencia diretamente na concentração de água e sujeira nas partes mais elevadas do bairro. Apesar de relatar a situação, ela não expressa medo ou sensação de risco em sua área específica (Rua Chanceler Lauro Müller). Ela reconhece que

¹⁰ O número de entrevistas realizadas nesta pesquisa é limitado, sendo utilizadas como subsídio complementar às demais técnicas de pesquisa. Informações adicionais encontram-se detalhadas na página 34.

os impactos mais severos ocorrem em outras partes do bairro, como nas imediações da Rua Brigadeiro Franco. Essa narrativa evidencia como as vulnerabilidades socioambientais são percebidas de maneira diferenciada dentro de um mesmo território.

A moradora ainda relata que apesar das melhorias que ocorreram com o tempo, a dinâmica social da comunidade também sofreu alterações significativas. Segundo ela, os moradores eram mais unidos, compartilhavam dificuldades e se ajudavam mutuamente. Com o crescimento da população e a chegada de novos residentes, as relações foram se enfraquecendo. Seu semblante mudou ao contar que hoje a situação é melhor, mas logo sua expressão ficou mais séria ao dizer que:

Era mais unido. Bem mais unido! Mudou as pessoas, né? Mudou bastante. Então agora é que nem eu falo.... Os amigos agora viraram os inimigos. Cresceram juntos e sempre tem uma rixa ou outra, infelizmente (ENTREVISTADA 2, 2025).

Mas ela reconhece também que apesar do contexto de rivalidades e conflitos no território, ainda há iniciativas de apoio mútuo dentro do bairro, especialmente por meio da igreja, movimentos e de instituições assistenciais. De acordo com a entrevistada, a questão dos incêndios recorrentes na comunidade foram o principal motivo do surgimento da cozinha comunitária. Quando a questioneei sobre a causa dos incêndios, ela apontou para um emaranhado de fios e ressaltou as precariedades e irregularidades das instalações elétricas conhecidas como "rabicho", que faz com que diversas casas compartilhem a mesma fiação:

Os fios de luz... Eles chamam aqui de... Como é que fala? É rabicho, isso. Uma casa pega da outra casa, que pega da outra casa... Sabe? Assim vai. Então, é um fio. Isso, passado, tipo... Aqui, você está vendo, né? Aqui tudo é rabicho. E é onde que dá um curto-circuito. Ali, esse último incêndio foi isso. O curto-circuito que deu dentro da casa de uma moradora. E eu falei assim... Se tivesse visto a tempo, poderia ter evitado, né? Mas aí, acho que a pessoa fica com medo também, né? Por causa do fogo, né? Todos os incêndios que houve aqui, ninguém conseguiu tirar nada. É muito rápido! (ENTREVISTADA 2, 2025).

Ela relatou que, sempre que ocorrem esses eventos, os moradores se mobilizam rapidamente para ajudar as vítimas, mas infelizmente, as perdas são inevitáveis, já que o fogo se espalha com grande velocidade. Nesse contexto dos problemas do bairro, é relatado o impacto da retirada da arborização na comunidade (devido a obra da prefeitura). Ela lembrou os tempos antigos, em que havia muitas árvores na região, servindo de abrigo para animais além de oferecerem sombra e amenizarem o calor. A remoção dessas árvores, segundo ela, contribuiu para o aumento da sensação térmica e reduziu as áreas de lazer para as crianças:

Depois que tiraram as árvores dali. Eram muitas árvores, né? Eram árvores enormes. Eu falei, tinha macaquinho, tinha coruja. Aí, depois que eles tiraram essas

árvores, complicou mais. Até mesmo o calor, que a gente vê que não tem muita árvore aqui, né? E aquelas árvores ali, era um lugar, assim, onde muita gente.... As crianças brincavam, né? De balanço, essas coisas, sabe? Isso, sim. Mas agora, depois das árvores, complicou mais também, sabe? (ENTREVISTADA 2, 2025).

Com base na fala da entrevistada, evidencia-se a presença de um estigma social associado ao território da Vila Parolin, que afeta diretamente a vida cotidiana de seus moradores. São mencionadas situações de abordagens policiais especialmente direcionadas a jovens do bairro:

Um ponto de desafio é a polícia. A gente fica com medo, né? Porque, tipo assim, às vezes os meninos estudam à noite, como aconteceu de fato com a minha vizinha, o menino dela chegando da escola à noite e foi abordado como se ele fosse um bandido, sabe? Então a gente fica assustado, porque tem lugares, que se você chegar a falar que mora no Parolin, não tem vaga de trabalho, entendeu? Pessoas chegaram até mim e falaram, né? Que falou que mora no Parolin e não tinha vaga. Ai se você falar que mora em Vila Guaira, em Lindóia e outros lugares, consegue vaga! Mas aqui ainda tem esse preconceito, né? Por morar no Parolin (ENTREVISTADA 2, 2025).

Os relatos revelam uma forma velada, porém persistente, de preconceito socioespacial e desigualdade que atinge populações de baixa renda em contextos urbanos. A seguir, ao ser questionada sobre o papel dos movimentos sociais na Vila Parolin, ela afirmou que nunca participou diretamente de nenhuma mobilização, mas reconheceu a importância desses grupos para a comunidade. Ela mencionou o trabalho realizado por organizações que promovem atividades educativas e de conscientização ambiental para as crianças, enfatizando que a educação ambiental deveria ser mais incentivada dentro da própria comunidade.

Para a entrevistada, a falta de conscientização sobre a destinação do lixo é um dos principais problemas da região, pois, grande parte dos resíduos acabam sendo descartados nos rios e ruas, contribuindo para os alagamentos em algumas regiões. No fim da entrevista, ela compartilhou um sonho pessoal:

Se eu tivesse uma condição de eu ter um espaço e montar, sim, um lugar bem grande. Se você pudesse mudar algo aqui do bairro, o que poderia sugerir pra mudar? Eu? Vou falar pra você. É algo, sim, que eu tenho comigo, se eu tivesse uma condição de eu ter um espaço e montar, assim, um lugar bem grande ali pra poder dar cursos pras crianças, sabe? Tirar as crianças da rua, né? Dar um alimento para elas, ensinar algo assim, até mesmo uma profissão pra elas (ENTREVISTADA 2, 2025).

Isso revela o desejo coletivo de muitas lideranças comunitárias, que enxergam na educação e na capacitação a principal ferramenta para a mudança social. No geral, a entrevista com a líder comunitária e também moradora do bairro, trouxe à tona aspectos fundamentais da realidade da Vila Parolin, evidenciando tanto as transformações do espaço, quanto os desafios e as lutas ainda existentes. Sua percepção sobre a comunidade revela um misto de esperança de melhorias e preocupação com o futuro das próximas gerações. Reforçando a necessidade de

políticas públicas urbanas voltadas para a inclusão social, políticas habitacionais e a importância de promover ações que estejam alinhadas com as reais necessidades da população local.

Figura 32 -Registro fotográfico realizado em rua, da Vila Parolin



FONTE: Camila Pinheiro Rocha (2025)

Por fim, após a entrevista andei pela Vila para realizar registros gráficos e fotografias e me deparei com uma placa escrita “Proibido jogar lixo neste local”, nas proximidades do rio. No entanto, a área estava cercada de lixo e entulhos de materiais de construção. Posteriormente, soube que a placa de aviso para não jogar lixo, foi feita por parte dos membros da família da entrevistada, no intuito de tentar conscientizar a população local pela questão do lixo. Também havia vários carrinheiros transitando pelo espaço, catando lixo e papéis descartáveis, já que são o principal meio de sustento para grande parte da população local.

Durante a durante as caminhadas pela Vila Parolin, além dos registros fotográficos, foram produzidos croquis (esboços rápidos à mão livre) utilizado como uma ferramenta metodológica para observar e interpretar o objeto de campo. Esses desenhos funcionaram como registros visuais das percepções do território, revelando questões das configurações físicas do espaço, que serão detalhadas na análise dos dados.

6.1.2 “Você anda aqui e não vê um pé de flor!”: ENTREVISTADO 3

No dia 11 de fevereiro de 2025, entre 13h e 17h tive a minha terceira experiência em campo, desta vez, individualmente. Cheguei à casa da moradora na qual entrevistei anteriormente, ela estava finalizando as atividades pós almoço na cozinha comunitária. Entreguei a ela doações pessoais de roupa para o bazar que havia dito que retornaria para contribuir. Em seguida, ela me mostrou o espaço da cozinha, as doações de alimentos, os eletrodomésticos que ganhou e a máquina de fazer pão, que também foi fruto de uma doação. Ela produz pães para vender e utiliza o dinheiro para manter as despesas da cozinha comunitária, junto com as ajudas que recebe de movimentos e instituições. O espaço da cozinha é um local limpo, agradável e ventilado. Segundo ela, isso é graças às contribuições que recebe.

Logo mais, ela me apresentou o seu marido, que desde o início aparentou ser uma pessoa muito carismática. Então, tive a oportunidade de entrevistá-lo. Sentamo-nos nas cadeiras da cozinha comunitária e começamos a conversar. Ela gentilmente nos serviu água e foi cuidar de seus netos na sua casa localizada no mesmo terreno.

Iniciamos a entrevista. O morador (Entrevistado 3) é natural de Paranaguá e se auto reconhece como caiçara, ele chegou ao Parolin com seus pais aos 2 anos de idade, sendo um dos moradores mais antigos, há mais de 50 anos. Ele começou a contar sua história pausadamente, enquanto olhava ao seu redor, expressando um misto de nostalgia das memórias antigas, mas também contemplando gratidão ao presente. Desde o início da conversa, demonstrou ser agradecido pelo bairro e pela terra que os acolheu em um momento difícil de suas vidas. Destacou que, apesar das dificuldades, sente-se grato por ter conseguido melhorar a situação de sua família e poder construir uma estrutura para ajudar o próximo. O morador descreveu o início da ocupação do bairro:

Aqui era um mato, era só mato. Não tinha rua, era só carreirinho pelo meio dos matos aqui. Não vai acreditar, esse rio era uma valeta. Mas uma valeta que corria uma água bem limpinha. E tinha até peixe nela. Nossa. Tinha aqueles lambarizinhos de água doce. E com o tempo ficou poluído, assim. Tinha pé de fruta aqui, bastante. Aqui era uma fazenda, praticamente. Era uma grande chácara. Daí tinha pinhão, tinha... Nós, quando chegamos aqui, não tinha água. Daí nós fomos descobrindo as minas. Tinha quatro minas aqui. E deu água pra todo mundo aqui no Parolin. E as pessoas foram migrando pra cá. E fazendo as suas casinhas, seus barracos. Era de lâmina ainda, porque não tinha condições. E tornou-se uma invasão aqui. (ENTREVISTADO 3, 2025).

O morador relata aspectos da ocupação inicial da área e das transformações socioambientais vivenciadas ao longo do tempo. O território, antes caracterizado por matas e nascentes, foi gradualmente transformado e as famílias passaram a construir de forma autônoma

suas moradias em condições precárias e locais inadequados para habitação devido às condições que são naturalmente instáveis e propensos a desastres. A narrativa evidencia o processo de ocupação popular e a resistência dos moradores de permanecerem no local, além das dificuldades do início da ocupação. A ausência de ruas e acessos formais obrigou os moradores a se organizarem coletivamente, utilizando ferramentas simples para abrir caminhos e tornar o local minimamente acessível:

Quando viemos pra cá não tinha estrada porque nós tivemos que fazer. Com a foice. Com a chave. Com enxada. Reunimos as pessoas. Fizemos as ruas. Fizemos ali até a Brigadeiro dali. Fizemos pra cá. E fomos “fazendo estrada”. Porque a nossa estrada era só biquinho. Só carreirinho. Passava muito pela beirada desse rio aí, ó! A gente passava muito. Até. Muita morte aconteceu com criança. Com mãe. Porque ele escorregava no barranco. E caía no rio. Na época de chuva. Ia embora. Não dava tempo de salvar. Então perdia muita gente. Nessa beira do rio aí (ENTREVISTADO 3, 2025).

Além disso, um dos principais desafios mencionados no bairro foi a falta de oportunidades de trabalho, especialmente para os jovens da comunidade. Ele relatou que muitas pessoas dependem da reciclagem para sobreviver, mas a atividade é extremamente desvalorizada. Isso é notório em suas falas ao demonstrar indignação com a falta de apoio aos carrinheiros:

É difícil, assim... Aqui, o desafio maior... Está sendo... A respeito do trabalho. A respeito, de mais emprego. Igual falei para você. Temos bastante jovens precisando de trabalho. E a gente... Vê as pessoas lutando com o reciclado. E esses reciclados... Não são muito valorizados. As pessoas não são muito valorizadas. Porque pensa? Num carrinho de papel... Uma pessoa puxando... Embaixo desse sol... A fadiga que não dá... A falta de ar... O cansaço... Agora, pensa bem... Para ele vender essa carga de papel... Por 60 reais... Por 50 reais... Então, é triste isso. Porque hoje um quilo de café já está a esse preço! Então... Infelizmente... Esse é o maior desafio: Que os governos olhassem mais para nós, aqui! (ENTREVISTADO 3, 2025).

Este relato traz à tona uma das principais dificuldades enfrentadas pelos moradores da Vila Parolin: o acesso ao trabalho digno e à desvalorização do esforço laboral. O depoimento evidencia não apenas a escassez de oportunidades formais de emprego, mas também a realidade daqueles que sobrevivem da coleta de materiais recicláveis, enfrentando jornadas longas sob condições climáticas adversas e retornos financeiros desproporcionais. A comparação feita entre o valor recebido por uma carga de papel reciclado e o preço de um quilo de café ilustra a desvalorização do trabalho informal e a precariedade que caracteriza a economia popular urbana.

O morador enfatizou que o governo deveria olhar mais para a comunidade, criando oportunidades reais de emprego e incentivando formas dignas de trabalho. Outro ponto relevante foi a transformação sobre as questões de saneamento básico na região. No passado, a vila sofria

com a proliferação de ratos e suas doenças transmitidas, resultando na morte de vários moradores. Ele lembrou que, antes da implementação dos serviços de coleta de lixo e infraestrutura adequada, a situação era crítica. Hoje, com a coleta de lixo urbana e o acesso a saneamento básico, a qualidade de vida melhorou, mas ainda há desafios, principalmente na conscientização dos moradores a respeito do lixo.

A falta de espaços públicos de lazer foi outro aspecto relatado. O morador destacou que há poucas praças e áreas recreativas para as crianças e mesmo com áreas esportivas construídas nas redondezas, como na Vila Guaíra, não são acessíveis para todos devido à rivalidade entre bairros. Ele enfatizou a importância de o governo investir na construção de um ginásio comunitário, que fosse um local seguro onde as famílias pudessem se reunir, praticar esportes e se socializar.

A degradação ambiental também foi uma preocupação levantada. Ele lamentou a falta de árvores na comunidade e ressaltou a importância de projetos de arborização para melhorar o clima e evitar deslizamentos de terra, e outras situações de alagamento, destacando a topografia em desnível do local. Também lembrou como, no passado, a região era mais verde, citou a fauna e flora preexistente e enfatizou a necessidade de recuperar essa característica para benefício das futuras gerações e as mudanças atuais:

Hoje temos os ônibus, claro que sempre teve. Mas hoje é mais perto pra gente pegar. Não ando muito pra pegar ônibus. Tem hospital aqui, tem mercado, tudo perto... É... Escola pras crianças. A gente nessa parte é privilegiado! Sabe... A única coisa que tem que fazer é um pouco mais de estrutura, do meio ambiente, a respeito das árvores, das praças. Você anda aqui e não vê um pé de flor! Não vê isso mais. Você vê uma árvore frutífera? Dava frutos e não se vê mais. Porque aqui tinha muito antigamente, tinha bastante. Aqui tinha: pera, pinhão [...] tinha muita coisa boa aí. Hoje, infelizmente, quando “os ignorantes” queriam que nós saíssemos daqui, pegaram... Começaram a despejar lixo, terra e não queriam saber dos moradores. A gente sofreu com isso... Mas graças a Deus hoje temos um direito. Esse direito que nos leva a lutar. O que nós mais queremos... É ver as pessoas daqui se tornarem pessoas felizes, principalmente as nossas crianças (ENTREVISTADO 3, 2025).

O trecho acima expressa percepções sobre as transformações ocorridas na Vila Parolin ao longo do tempo, evidenciando alguns avanços em termos de infraestrutura urbanas, mas perdas significativas relacionadas ao meio ambiente e à qualidade de vida. O reconhecimento da proximidade da comunidade com os equipamentos públicos e com o centro da cidade, reforça o sentimento de querer permanecer no local, por questões de infraestrutura, além dos fatores simbólicos e afetivos.

No entanto, o depoimento também denuncia os problemas socioambientais do bairro, devido a ausência de vegetação e espaços públicos e de lazer no local. O entrevistado destaca as tentativas de remoção forçada dos moradores, por meio do despejo de lixo e terra, o que expõe as tensões históricas enfrentadas pela comunidade na luta pelo direito de permanecer no território. É possível perceber, o desejo coletivo de lutar pelo bairro e pelas futuras gerações, especialmente pelas crianças, reafirmando a preocupação coletiva nesses aspectos.

A entrevista tomou um caminho mais emocional quando ele começou a falar sobre sua infância e as dificuldades enfrentadas. O entrevistado relatou que começou a trabalhar muito cedo para ajudar a família e que chegou a passar muitas necessidades, inclusive, fome. Relembrou que sua mãe, segundo ele:

Ela era uma pessoa guerreira. Ela pegava um pacote de arroz e fazia comida para muita gente, para nós... Ela dava um jeito de fazer render as coisas. Acredita que eu ia buscar verdura? Naquela época, nos mercados. No lixo dos mercados... Eu ia buscar verdura com carrinho de papel e trazia pra ela. Ela ficava lavando aquelas verduras, aquelas folhas... E fazia panelas cheias de comida para nós e para os outros, ela foi muito guerreira mesmo! (ENTREVISTADO 3, 2025).

A emoção tomou conta do momento quando ele compartilhou que a cozinha comunitária da Vila Parolin foi batizada em homenagem à sua mãe, como um símbolo de sua luta. Ao relembrar sua história, ele parou de falar por um instante, levando as mãos ao rosto. O silêncio preencheu a sala, carregado de respeito e emoção. A entrevista foi interrompida nesse momento, criando um espaço de respeito e acolhimento pelas suas histórias e memórias.

A entrevista foi carregada de um contexto de luta e resistência daquela comunidade. No qual enfatiza-se a importância de reivindicar políticas públicas sociais adequadas às demandas locais, para isso, a comunidade precisa ser ouvida. O próprio entrevistado, expressou posteriormente a importância que ele sente de ser ouvido e a importância do diálogo. A valorização da escuta ativa da comunidade demonstra a importância da participação dos processos democráticos decisórios das cidades, para a construção de relações mais horizontais entre as comunidades e o poder público. Reconhecer os saberes locais configura-se como um ato de justiça socioambiental, sobretudo em territórios marcados por processos históricos de exclusão e vulnerabilidades, como é o caso da Vila Parolin. A escuta ativa dos moradores permite o reconhecimento dos saberes locais como fontes legítimas de conhecimento sobre o território, frequentemente desconsideradas pelos discursos técnicos e pelas decisões institucionais.

Mais do que um relato sobre os desafios, a fala dos moradores demonstram expectativas de melhorias e um compromisso comunitário com a melhoria da qualidade de vida do bairro.

Os depoimentos registrados nas entrevistas, caracterizam não apenas a coleta de dados e informações sobre o território, mas também uma imersão nas vivências e subjetividades dos moradores. Foram registrados fragmentos de histórias vivas, contadas por pessoas que carregam consigo lutas e esperanças de melhorias para a comunidade. Os relatos demonstraram não apenas os desafios enfrentados no cotidiano, como a precariedade da infraestrutura urbana e a vulnerabilidade socioambiental, mas também a força coletiva e o desejo pela transformação da realidade local.

Através do contato direto foi compreendido a importância da escuta e do registro das narrativas, que traduzem experiências da vida urbana na perspectiva de quem vivencia a realidade cotidianamente, reforçando a importância do protagonismo dos moradores na organização popular. Enfatizando a importância do direito à cidade e de políticas públicas voltadas para o protagonismo dos cidadãos para o acesso aos elementos do espaço coletivo, os equipamentos urbanos, áreas verdes, habitações adequadas e para o contexto socioeconômico local.

6.2 CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA E DISCUSSÃO

O presente tópico apresenta e analisa os principais resultados obtidos a partir da pesquisa de campo realizada na Vila Parolin, aliados aos dados levantados na pesquisa documental. Com base na articulação entre os relatos dos moradores da Vila Parolin, registrados ao longo do trabalho de campo e as informações veiculadas por notícias de portais, foi possível construir uma matriz analítica. As demandas identificadas serão sistematizadas em uma matriz SWOT, que sintetiza as principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças percebidas no contexto da Vila Parolin. A utilização da Matriz SWOT visa uma síntese visual e analítica das principais demandas e percepções dos moradores, servindo como base para o desenvolvimento da discussão e interpretação dos resultados apresentados a seguir.

A partir da análise SWOT elaborada para o território, foi possível identificar um conjunto de fatores socioambientais, urbanos e socioeconômicos, revelando fragilidades estruturais e ameaças identificadas como riscos à população que vive na comunidade. Ao mesmo tempo, também emergem forças internas e oportunidades que expressam a importância da mobilização

comunitária e a luta pela permanência no local. Assim, a análise dos dados busca compreender como a comunidade projeta o futuro do território e reivindica o direito à cidade, mesmo em um contexto marcado pela invisibilização institucional e pela pressão da lógica especulativa que orienta o planejamento urbano tradicional.

Ao examinar a Vila Parolin com a análise SWOT, é possível sistematizar características, pontos fortes e vulnerabilidades, bem como questões externas que trazem ameaças ao território. No eixo das potencialidades (forças internas), destacam-se a forte união comunitária, a relação afetiva com o território (topofilia), a mobilização social e o protagonismo de espaços como a cozinha comunitária, além da presença de saberes locais e de uma localização geográfica estratégica. Por outro lado, as fragilidades (fraquezas internas) expõem a precariedade das condições de moradia, à infraestrutura urbana insuficiente (saneamento, drenagem, lazer) e a persistência do estigma territorial, que compromete o acesso a oportunidades e aprofunda os processos de exclusão social.

No campo das oportunidades (fatores externos positivos), identificam-se ações de movimentos sociais, abertura da comunidade para o diálogo, oficinas educativas, fortalecimento de redes de apoio. As ameaças (fatores externos negativos) abrangem os impactos das mudanças climáticas, as tentativas de remoção forçada, a criminalização do território, a vulnerabilidade socioeconômica e os conflitos internos que dificultam a continuidade de ações coletivas. Essa matriz, constitui-se como uma ferramenta importante para compreender a complexidade do território.

Um dos pontos fortes notáveis é a forte conexão entre os moradores, que se destacam na criação de soluções em grupo para lidar com as questões do território, principalmente na participação dos moradores em atividades organizadas pela comunidade e por movimentos sociais. Os trabalhos identificados foram: a construção da cozinha comunitária, os trabalhos em grupo para construções de habitações, além de cursos e atividades educativas de movimentos sociais.

O conhecimento local é mais um ponto forte importante da Vila Parolin. A experiência que a comunidade possui em lidar com os desafios diários como a falta de moradia, o lixo e as adaptações necessárias devido à falta de infraestrutura mostram ações de adaptabilidade e resistência. A presença de instituições e organizações não governamentais que atuam no local, contribuem para o fortalecimento das redes comunitárias.

Figura 33 - Elaboração da matriz swot para a realidade da Vila Parolin.



Fonte: Camila Pinheiro Rocha (2025)

A Vila Parolin está bem localizada, perto do centro da cidade, o que facilita o acesso a serviços e oportunidades, mas também gera pressões constantes do mercado imobiliário, alimentando ameaças de remoção do território. As dificuldades enfrentadas no local mostram as várias faces da marginalização na cidade. A habitação em condições precárias localizadas em áreas de risco e irregulares. Isso acontece devido a ausência de projetos do governo para incluir a comunidade na área urbanizada.

A ausência de árvores e equipamentos públicos também prejudicam os aspectos socioambientais da comunidade, reduzindo o bem-estar da população e agravando as questões climáticas. Notou-se que a fragilidade socioambiental e socioeconômica não é só causada pelas

condições do lugar, mas também porque a comunidade é pouco vista e não participa das decisões sobre a cidade. Essa situação mostra que é urgente criar projetos do governo que entendam as necessidades do local e promovam integração na cidade.

Mesmo com essas questões, a Vila Parolin possui potencialidades a serem reconhecidas e fortalecidas, especialmente no que diz respeito à mobilização comunitária, à organização coletiva frente às adversidades e ao pertencimento local. Essas dimensões demonstram que, apesar da vulnerabilidade estrutural, o território abriga formas de resistência e modos de vida que podem subsidiar políticas públicas pautadas na justiça socioambiental e no direito à cidade.

Além disso, é notável a crescente mobilização dos habitantes, tanto para aprimorar a infraestrutura da região quanto para expressar preocupações sobre as mudanças na paisagem urbana que impactam diretamente a comunidade. Os modos de vida voltados para a organização comunitária na Vila Parolin desempenham um papel central na construção de uma consciência socioambiental coletiva, ainda que, muitas vezes, os próprios moradores não nomeiem suas ações dessa forma.

Logo, de modo a responder a pergunta questionada no início da pesquisa, é visto as reivindicações por melhorias na infraestrutura urbana, saneamento, áreas verdes, e condições de moradia refletem um posicionamento ativo no tecido urbano sobre os desafios socioambientais e climáticos enfrentados no cotidiano pela comunidade. As práticas urbanas observadas na Vila Parolin exemplificam formas de posicionamento coletivo e de pertencimento diante do contexto de vulnerabilidades socioambientais.

Essas práticas são produzidas pelos próprios moradores, coletivamente ou de forma individual, a partir de suas vivências concretas no bairro, através da ocupação e adaptação dos espaços (como a autoconstrução de moradias e da própria cozinha comunitária que é um espaço de representatividade do bairro).

A articulação em movimentos sociais e as mobilizações comunitárias diante de eventos extremos, como alagamentos e enchentes, configuram-se como práticas urbanas coletivas que expressam o posicionamento político dos moradores frente às vulnerabilidades do território. Essas ações revelam não apenas estratégias de enfrentamento da crise, mas também formas de construção de justiça socioambiental baseadas nos saberes populares e na solidariedade territorial.

Desse modo, a construção da noção de justiça socioambiental e climática ocorre, a partir dessas práticas vividas e expressas nas falas dos moradores que reconhecem revelam uma consciência ambiental situada, que denuncia o abandono do Estado, a má distribuição dos recursos urbanos e o sofrimento causado pelas desigualdades territoriais.

Essas práticas urbanas não são institucionalizadas, mas insurgentes e colaborativas, desafiando as lógicas formais e tecnocráticas de planejamento urbano. Elas constroem outras formas de pensar a cidade, com base nas experiências de quem a habita o território, revelando outras alternativas de pensar a cidade, que dialogam com as noções ampliadas de justiça socioambiental e climática, como discutidas pelos autores.



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Habitar o tecido urbano deveria constituir um direito intrínseco à vida na cidade. revela que, na realidade urbana brasileira, parcelas significativas da população, especialmente os grupos de baixa renda, permanecem historicamente excluídas do acesso pleno aos benefícios urbanos e sociais, ao mesmo tempo em que são desproporcionalmente expostas aos riscos ambientais e climáticos, configurando uma distribuição desigual dos impactos ambientais e a produção sistemática de vulnerabilidades socioambientais nos territórios populares (Acsehrad et al., 2009). Essa assimetria materializa a injustiça socioambiental, mostrando que a cidade, longe de ser um espaço neutro, é produzida por relações desiguais de poder.

Partindo dessa compreensão, a presente pesquisa confirmou a hipótese de que, mesmo diante da exposição constante a vulnerabilidades socioambientais e da ausência persistente de políticas públicas eficazes, os moradores da Vila Parolin demonstram um forte desejo de permanência no território. Tal permanência não se explica apenas por fatores socioeconômicos, mas se ancora, sobretudo, em vínculos afetivos, redes de solidariedade e no sentimento coletivo de pertencimento construído ao longo do tempo. A escuta sensível dos relatos, a observação direta e a vivência no território mostram que o habitar, ultrapassa a dimensão física e se constitui como prática social, simbólica e política.

Ao longo do percurso investigativo, reforça-se a contribuição do presente estudo no debate da dinâmica de (re)produção das cidades contemporâneas nos países do Sul Global. Além da construção de um referencial teórico crítico sobre justiça socioambiental, movimentos sociais urbanos, vulnerabilidade socioambiental e práticas urbanas insurgentes, permitindo compreender como territórios populares enfrentam, cotidianamente, as desigualdades socioespaciais intensificadas pela crise climática. A análise documental reforçou essa compreensão ao identificar a Vila Parolin como um dos territórios mais suscetíveis a riscos socioambientais em Curitiba, marcado pela precariedade habitacional, pela ausência de saneamento adequado, pela escassez de áreas verdes e principalmente pela negligência do poder público frente a essa realidade.

Nesse contexto, a aproximação comunitária mediada pela Rede Curitiba Climática foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa de campo, possibilitando uma escuta qualificada e o fortalecimento dos vínculos com o território. Os relatos dos moradores revelaram que, mesmo diante de condições adversas, emergem práticas urbanas cotidianas de adaptação e

resistência, como a organização de mutirões, a reconfiguração dos espaços habitados, a ocupação ativa do território e a mobilização coletiva frente a eventos climáticos extremos, evidenciando o protagonismo dos moradores na produção do espaço urbano.

Nesta dissertação tais práticas supracitadas, foram interpretadas como formas de planejamento urbano insurgente, revelando modos alternativos de produzir a cidade, baseados nos saberes populares e nas experiências vividas. Elas desafiam o modelo tecnocrático que orienta o planejamento urbano formal, sob a ótica de diferentes formas possíveis para pensar o urbano, nas quais a justiça socioambiental e climática é construída a partir das experiências concretas, das estratégias coletivas de enfrentamento das vulnerabilidades e da projeção de futuros dignos para o território.

Dessa forma, reafirma-se que a construção da justiça socioambiental passa, necessariamente, pelo reconhecimento dos moradores dos territórios populares, historicamente invisibilizados nos processos decisórios. Pensar a cidade a partir dessas práticas implica incorporar outras formas de planejamento urbano, fundamentadas na escuta, na participação coletiva e na valorização dos saberes locais. Reconhecer a legitimidade dessas práticas não institucionais é um passo fundamental para orientar o planejamento urbano em direção a lógicas mais inclusivas, democráticas e sensíveis às realidades territoriais.

O estudo enfatiza o contexto climático emergente, no qual tais práticas assumem papel central na construção de estratégias locais de enfrentamento aos riscos ambientais. A reorganização dos espaços habitados diante de alagamentos, a criação informal de sistemas de drenagem, o uso adaptativo do solo e as iniciativas comunitárias de cuidado com o entorno demonstram que os moradores desenvolvem, a partir de seus saberes cotidianos, soluções espaciais que dialogam diretamente com os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Essas ações, ainda que não reconhecidas institucionalmente, constituem formas legítimas de adaptação climática territorial.

Sob essa perspectiva, a noção de justiça socioambiental e climática não se apresenta como um conceito abstrato ou normativo, mas como uma construção situada, produzida a partir das experiências vividas e das desigualdades concretas que atravessam o território. Na Vila Parolin, justiça socioambiental significa, antes de tudo, o direito de permanecer, de melhorar as condições de moradia e de acessar infraestrutura urbana adequada sem a ruptura dos vínculos

sociais e afetivos estabelecidos. Trata-se de uma justiça ancorada no cotidiano, nas relações comunitárias e na expectativa coletiva de transformação do espaço urbano.

Dessa forma, a Vila Parolin se apresenta não apenas como um território marcado por vulnerabilidades, mas como um espaço de produção ativa do urbano, onde práticas insurgentes constroem, cotidianamente, alternativas possíveis diante da desigualdade e da crise climática. Reconhecer essas experiências é fundamental para repensar os rumos do planejamento urbano contemporâneo e para avançar na construção de cidades que sejam, de fato, mais justas, resilientes e inclusivas.

Para o campo da Arquitetura e do Urbanismo, esta pesquisa contribui ao evidenciar a necessidade de ampliar e tensionar as ferramentas analíticas e metodológicas tradicionalmente utilizadas na leitura e intervenção em territórios populares. Ao incorporar a experiência sensível, os relatos dos moradores e as práticas urbanas cotidianas como elementos centrais da análise do espaço, o estudo propõe um deslocamento do olhar estritamente técnico e normativo para uma abordagem mais ética, situada e comprometida com a justiça socioambiental e climática.

Tal perspectiva demonstra que a compreensão das vulnerabilidades territoriais exige abordagens integradas, capazes de articular dimensões espaciais, sociais, ambientais e políticas. A partir dessa abordagem, a noção de justiça socioambiental e climática é compreendida como um processo em construção, que emerge da articulação entre saberes técnicos e saberes populares, entre planejamento formal e práticas informais, entre escalas institucionais e experiências cotidianas.

Embora esta pesquisa tenha alcançado seus objetivos, ela não se encerra neste ponto. Os caminhos abertos por este estudo indicam a necessidade de aprofundar investigações interdisciplinares que deem continuidade à escuta dos territórios populares e ao fortalecimento das estratégias coletivas que emergem nesses espaços. Ao compreender que a justiça socioambiental e climática se constrói no cotidiano, por meio de insurgências e resistências locais, esta dissertação contribui para o aprofundamento do debate teórico-prático sobre o rompimento de paradigmas do urbanismo tradicional na produção de cidades, apontando para a construção de cidades mais justas, resilientes e comprometidas às realidades territoriais e na construção de políticas públicas alinhadas ao desafios da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.

ALBERTI, Rafael. **Justiça climática em áreas urbanas**: um olhar sobre vulnerabilidade e exposição em grandes cidades brasileiras. 2024.

ALBUQUERQUE, A. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da “cidade-modelo”. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)-Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 157. 2007.

ALINSKY, Saul. **Tratado para Radicales. Manual para revolucionarios pragmáticos**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.

ALVARADO, D. H. S. **Estudo de impermeabilização da Microbacia do Rio Vila Guaíra de Curitiba-PR a partir da análise temporal com imagens de alta resolução para o período 2000–2010**. 2017. 26 f. Dissertação (Especialização Curso de Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas**. Interface comunicação saúde educação, Botucatu, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Metodologia da problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina: Editora UEL, 1999.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Metodologia da problematização**: uma alternativa metodologia apropriada para o ensino superior. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 16, n. 3, p. 09-19, 1995.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método participativo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2002. (Coleção Primeiros Passos).

BULLARD, Robert Doyle. **A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental**. Tradução de Regina Domingues. In: BULLARD, Robert Doyle (Org.). *Confronting Environmental Racism – Voices from the Grassroots*. Boston: South End Press, 1996. Disponível em:
<<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/AnatomiadoRacismoAmb.pdf>> Acesso em: 18 abr. 2025.

BULLARD, Robert. **Enfrentando o racismo ambiental no século XX**. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Ford, 2004, p. 316.

CASTELLS, M. **A questão Urbana**. Tradução: CAETANO, A. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000. Edição revisada. 1º reimpressão. p 590. (Pensamento Crítico, 48).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço urbano**. 4ª edição, Editora Ática: São Paulo, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: Vasconcelos, P. A. et al.(org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 41-51

COSTA, Flávia. **Movimentos sociais urbanos nos novos espaços de participação popular: atuação e organização**. 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 1. ed. 13º tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ESTACHESKI, Jéssyca. **Rede comunitária da juventude Vila Parolin**. 2018. 163 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <<https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/7595>>. Acesso em: 4 mai. 2025.

FERREIRA, Anderson Saccol (org.). **Introdução ao planejamento urbano**. Xanxerê, SC: Unoesc, 2019. 124 p. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/wp-content/uploads/2024/03/Introducao-ao-Planejamento-Urbano.pdf> f Acesso em: 18 set 2025

FERREIRA, Vivian M. et al. **Manual de litigância climática: estratégias de defesa do clima estável para o Ministério Público** [livro eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Abrampa, 2022.

Disponível em:

<https://abrampa.org.br/file?url=/wp-content/uploads/2023/09/Manual-de-litigancia-climatica.pdf>
Acesso: 06.out.2025

FRIEDMANN, John. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1987.

FRIEDMANN, John. **Insurgencies: Essays in Planning Theory**. New York: Routledge, 2011.

GARCIA, Ana., MACEDO, Eunice., & Queirós, João. 'Todos nós temos um bocadinho de a vismo': Experiências de participação de um grupo de Jovens na Greve climática estudantil. *Educação, Sociedade & Culturas*, 2022, n.º 61, 71-91 h ps://doi.org/10.24840/esc.vi61.434

GEOCURITIBA.**Imagens**. Disponível em:

<<https://geocuritiba.ippuc.org.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=c847fc51b6cc4f92b117aae52f0dddb>>. Acesso em: 29 ago 2025

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL SHAPERS COMMUNITY. **Rede Curitiba Climática (RECC)**. Disponível em: <https://www.globalshapers.org/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

Gohn, Maria. Jovens na política na atualidade – Uma nova cultura de participação. Caderno CRH, Salvador, 2018, 117-133 [h p://dx.doi.org/10.1590/S010349792018000100008](https://dx.doi.org/10.1590/S010349792018000100008)

GRABOW, Stephen; HESKIN, Allan. **Foundations for a Radical Concept of Planning**. In: Journal of the American Institute of Planners, v. 39, ed. 2, 1973, p. 106 114.

DE ARRUDA, L. E. V.; SILVEIRA, P. R. S; VALE, H. S. M.; DA SILVA, P. C. M. Índice de área verde e de cobertura vegetal no perímetro urbano central do município de Mossoró, RN. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, RN, v. 8, n. 2, p. 13-17, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O direito à cidade. Tradução de Jair Pinheiro. **NeLS – Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Sociologia**, São Paulo, v. 29, p. 73-89, 2008. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>. Acesso em: 09 out. 2025.

_____. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008
IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2022 Acesso em: 24/02/2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/curitiba.html>

HOLSTON, James. **Spaces of insurgent citizenship**. In: HOLSTON, James (Ed.). Cities and Citizenship. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

_____. **Cidadania insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Recife, v. 18, n. 2, 2016, p.191-204.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Estudos urbanos de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 2018.

IPCC. **Mudança do clima 2022: impactos, adaptação e vulnerabilidade**. Contribuição do Grupo de Trabalho II ao Sexto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Genebra: IPCC, 2022. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KASHIWAGI, H. M. **O processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas: o caso da favela do Parolin em Curitiba – PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Org.) **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v.17, p. 151-166, 2003.

_____. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2011

MATTOS, Aline. **Direito à cidade sustentável**: construindo o “bem viver” urbano a partir da justiça socioambiental e da cidadania ecológica. 2020.

MAZIVIERO, Maria Carolina; ROSA, Marcos Leite. **Prática urbana insurgente: ferramentas para ampliação do processo tradicional de planejamento urbano**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Anais. Natal: ENANPUR, 2019. p 6

MENEZES, Isabel., Fernandes-Jesus, Maria., Ribeiro, Norberto., & Malafaia, Carla (2012). Agência e Participação Cívica e Política de Jovens. In Menezes, Isabel., Fernandes Jesus, Maria., Ribeiro, Norberto., & Malafaia, Carla., & Ferreira, Pedro (Coord.) Agência e Participação Cívica e Política: Jovens e Imigrantes na Construção da Democracia. 09-22. Livpsic. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/97122>

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Tradução de Ester Limonad. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Miraftab-Faranak.-Insurgencia-planejamento-e-a-perspectiva-de-urbanismo-humano.-2016.pdf> Acesso em: 20 ago. 2025.

_____. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>: Acesso em: 20 ago. 2025.

MORAIS, Beatriz. **Práticas insurgentes em planejamento urbano**: as experiências de Urbanismo Colaborativo. 2023.

MOURA, Maria Suzana de Souza; GIANNELLA, Valeria. **A arte de escutar**: nuances de um campo de práticas e de conhecimento. *Terceiro Incluído*, v. 6, n. 1, p. 1-18, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teri/article/view/40739>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Acordo de Paris sobre o clima**. 11 dez. 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/88191-acordo-de-paris-sobre-o-clima>> Acesso em: 15 ago. 2025.

NUNES DA SILVA, Madianita; CORREIA, Alice; TEXEIRA, Ana Gabriela; FURLAN, Débora; VASCO, Kelly; LEMES DA SILVA, Marcelle. Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no município de Curitiba. Curitiba. Observatório das Metrôpoles, 2021. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrôpoles.net.br/wpcontent/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Curitiba_LAHURB_UFPR.pdf. Acesso em: 20 out 2025.

PDD (Plano Diretor de Drenagem Urbana de Curitiba). Volume II - Volume Técnico.Tomo 4 - Caracterizações e Medidas de Controle Estruturais. Curitiba, 2018.

PIERRI, Amanda Reginatto de. **Parque linear do Parolin: um projeto de revitalização do rio Vila Guaíra no município de Curitiba - PR**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2023.

PLANO MUNICIPAL DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE CURITIBA (PLANCLIMA). Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2020.

RANDOLPH, Rainer. **Superando abordagens colaborativa e agonística do planejamento: caminhos para sua radicalização por meio de ações subversivas**. In: Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 44, 2019, p. 99-117.

RAYNAUT, C. **Sociedades e meio ambiente**: a abordagem interdisciplinar da questão ambiental. In: LEFF, E. et al. (org.). Meio ambiente e interdisciplinaridade: saberes integrados para a sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REDE CURITIBA CLIMÁTICA (RECC). **Relatórios e atas de reuniões (2023-2025)**. Curitiba: RECC, 2025.

REDE CURITIBA CLIMÁTICA (RECC). Relatório Oficina Parolin. Curitiba: RECC, 2022. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/666672433/Relatorio-oficina-parolin-RECC>>. Acesso em: 20 fev 2025

REIS, Pedro (2021) Cidadania ambiental e ativismo juvenil. ENCITEC. 11(2), 5-24. <https://doi.org/10.31512/encitec.v11i2.433>

ROLNIK, Raquel. **É possível uma política urbana contra a exclusão?**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo - Editora Cortez, v. 72, p. 53-61, 2002.

_____. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Instrumentos Urbanísticos contra a exclusão social**. Pólis. São Paulo, n. 29, 1997.

ROMANO, Roberta Giraldi. **Habitação popular, tempo e (im)mobilidade urbana na (in)justiça ambiental**: da Vila Parolin ao bairro Ganchinho, Curitiba – Paraná. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 23-71.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **A fragmentação do espaço no Recife**. Recife: EDUFRPE, 2020. 158 p., il. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/2545>. Acesso em: 06 out. 2025.

SILVA, Luana. **A mobilidade urbana sob a ótica da (in)justiça socioambiental e da saúde coletiva**. 2020.

SOUZA, Cíntia de Santana. **Resistência, justiça ambiental e política pública: urbanização de áreas de vulnerabilidade socioambiental consolidadas em Curitiba, PR – Vila Torres e Vila Parolin (1980–2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/44131>> Acesso em: 7 ago. 2025.

SOUZA, M. L.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo:UNESP, 2004. 136 p.: in il. Coleção Paradidáticos; Série sociedade, espaço e tempo.

TETO. **Relatórios de atuação na Vila Parolin**. Curitiba: ONG TETO, 2025.

TOMÉ, Larissa. **Práticas urbanas**: construção social dos espaços da cidade. 2018.

VELA, Ricardo. **O caráter educativo dos movimentos sociais urbanos**: o caso da ocupação Palmares em Florianópolis/SC. 2015.

VERGARA, Cristina. **(Re)produção da vida ou da metrópole pela perspectiva da justiça socioambiental**. 2020.

ULTRAMARI, Clovis; DAHER, Ariadne dos Santos; MACHADO, Márcio. Rediscutindo os significados do urbanismo. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional – RBGDR**, v. 17, n. 1, p. 344-358, 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6459>. Acesso em: 19 set 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE 1- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA MEMBRO RECC

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (RECC)

Objetivo da entrevista: Compreender a atuação da Rede Curitiba Climática (RECC) na promoção da justiça socioambiental em Curitiba, identificando suas estratégias, desafios e contribuições para a Vila Parolin.

Abertura da Entrevista:

I. Apresentação:

A. Olá. Agradeço muito a sua disponibilidade em conceder essa entrevista! Como lhe disse, a pesquisa é sobre a minha dissertação, que tem como tema práticas urbanas e construção da noção socioambiental e climática. O meu campo de estudo é a Vila Parolin. Tudo bem?

II. Consentimento:

Para assegurar os seus direitos como participante da pesquisa, temos o “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” (TCLE), que é um documento para garantir a compreensão e concordância de forma voluntária, na sua participação no estudo. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las. **É importante ressaltar que você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum.** Participando do estudo você está sendo convidado/a a responder a perguntas de um roteiro de entrevistas semiestruturado, que será realizado pela pesquisadora de forma presencial. As entrevistas têm duração de 45 minutos a 1 hora e serão gravadas em áudio/vídeo pela Plataforma Microsoft Teams (da universidade) ou gravador. Você tem o direito de que sua identidade seja mantida em sigilo e a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada. Por fim, você terá o termo em mãos para ler e assinar. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável (prof. Rodolfo), ou com a pesquisadora assistente (Eu, Camila). Então, “Gostaria de saber se você se sente à vontade para responder a algumas perguntas. Se em algum momento optar por não responder, é só me comunicar”

BLOCO 1: Trajetória pessoal e inserção na RECC

1. Qual é o seu nome e idade?
2. Onde você nasceu e cresceu? O lugar que você vive ou viveu a maior parte da sua vida influenciou ou despertou o seu interesse por temas sobre meio ambiente, e justiça socioambiental e climática?
3. Você já participou de outros movimentos sociais antes da RECC? Se sim, quais e como foi essa experiência?
4. Como foi o seu primeiro contato com a RECC? O que te motivou a entrar para o movimento?
5. Na sua opinião, qual a importância da pauta climática na luta por justiça socioambiental?

BLOCO 2: Sobre a RECC e o Movimento Climático em Curitiba

6. Como você vê a história da RECC em Curitiba?
7. Como o movimento climático elegeu o Parolin como ação (da oficina climática)?
8. Quais foram as demandas iniciais ao fazer a oficina?
9. Você percebe um crescimento a respeito da consciência de emergência climática em Curitiba?
10. Qual a maior conquista ou atuação da RECC até hoje, na sua visão?
11. Como você enxerga a atuação da RECC a longo prazo em Curitiba?
12. Sobre crise climática e moradia: Na sua visão, o que levou a RECC, um movimento climático, a se interessar pelo debate habitacional em Curitiba? Foi algo natural dentro da luta socioambiental, ou houve algum evento específico que trouxe essa conexão entre as pautas?"

BLOCO 3: Sobre Justiça Climática e Justiça Socioambiental

13. Como você compreende que as mudanças climáticas impactam de forma diferenciada comunidades vulneráveis, como a Vila Parolin?

14. Qual a relação da RECC com o poder público? Fale um pouco sobre essa relação e sobre as questões relacionadas à advocacy.

Sobre a RECC e o Movimento Climático em Curitiba:

15. Como você avalia a relação da RECC com outros movimentos sociais urbanos? Fale sobre as articulações com outros coletivos e lutas.

16. O que te motiva a continuar no movimento?

17. De que forma a sua participação na RECC mudou ou aprofundou a sua visão sobre as questões socioambientais e climáticas?

18. Gostaria de deixar mais algum comentário ou algo que você acha importante ressaltar sobre a RECC que não perguntei?

APÊNDICE 2- ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA VILA PAROLIN

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA (PAROLIN)

Objetivo da entrevista: Construir uma linha do tempo da comunidade, desde o período que o bairro era uma área rural, até os dias de hoje.

Abertura da Entrevista:

I. Apresentação:

A. “Olá, meu nome é Camila. Sou estudante de mestrado e estou realizando uma pesquisa sobre a Vila Parolin. Para compreender melhor os desafios que vocês enfrentam no dia a dia e as iniciativas que ajudam a melhorar a vida da comunidade. Todas as informações que você compartilhar comigo serão tratadas com respeito e confidencialidade.

II. Consentimento:

Para assegurar os seus direitos como participante da pesquisa, temos o “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” (TCLE), que é um documento para garantir a compreensão e concordância de forma voluntária, na sua participação no estudo. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las. **É importante ressaltar que você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum.** Participando do estudo você está sendo convidado/a a responder a perguntas de um roteiro de entrevistas semiestruturado, que será realizado pela pesquisadora de forma presencial. As entrevistas têm duração de 45 minutos a 1 hora e serão gravadas em áudio/vídeo pela Plataforma Microsoft Teams (da universidade) ou gravador. Você tem o direito de que sua identidade seja mantida em sigilo e a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada. Por fim, você terá o termo em mãos para ler e assinar. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável (prof. Rodolfo), ou com a pesquisadora assistente (Eu, Camila). Então, “Gostaria de saber se você se sente à vontade para responder a algumas perguntas. Se em algum momento optar por não responder, é só me comunicar”

Parte Introdutória: “Quebrando o Gelo”.

História de Vida e Chegada à Comunidade

1. Qual é o seu nome e idade?
2. Você nasceu aqui na Vila Parolin ou veio de outro lugar?
3. Se veio de outro lugar, de onde e em que ano chegou? E o que trouxe você ou sua família para cá?
4. “Você já participou de uma pesquisa ou entrevista anteriormente? Como foi essa experiência?”
5. “Como você se sentiu ao ser convidado(a) para participar desta pesquisa?”

6. Para iniciar, é muito importante me referir ao lugar onde vocês vivem da maneira que vocês acham mais adequada. Como você e as pessoas que moram aqui costumam chamar esta região? Existe algum nome ou termo que vocês preferem usar ou utilizam mais? ex: vila, comunidade, favela, etc.

Primeiras Impressões e Transformações do Local

7. Como era a Vila Parolin ?
8. Quais foram as principais dificuldades que você e sua família enfrentaram no início?
9. Como era a relação entre os moradores naquela época?
10. Você percebe que a comunidade mudou muito desde então?

Condições de Moradia e Infraestrutura

11. Como era sua casa antigamente? Teve alguma mudança comparada aos dias de hoje?
12. Existia acesso a água encanada, energia elétrica e saneamento básico naquela época?
13. Quais foram as maiores mudanças na infraestrutura da Vila Parolin desde que você chegou?

● BLOCO 1: Percepção sobre os Problemas Socioambientais Locais

*Observar se durante a entrevista vale perguntar** **O que é alagamento? O que é uma inundação, tem diferenças? O que são as necessidades básicas de uma moradia para uma família? O que é qualidade de vida?**

14. “Quais são as principais dificuldades que você percebe na comunidade? Por exemplo, questões relacionadas à moradia, ruas, segurança ou meio ambiente.”
 15. “Você já enfrentou problemas como alagamentos, inundações ou deslizamentos?”
 16. Como eram os alagamentos de antigamente e qual a diferença dos alagamentos de hoje em dia? O que mudou e por que? Como as pessoas da comunidade explicam essa mudança?
 17. “Nos dias de muito calor, muito frio ou de muita chuva/vento, o que muda na rotina da comunidade? Você se considera afetado por esses eventos climáticos?”
 18. “A sua casa e o lugar onde você mora atendem bem às suas necessidades e de sua família? O que poderia melhorar?”
 19. “Quais mudanças você gostaria de ver aqui na Vila para que a qualidade de vida fosse melhor?”
-

● **BLOCO 2: A Atuação dos Movimentos Sociais na Comunidade**

20. “Você já ouviu falar ou participou de alguma ação ou projeto feito por grupos que ajudam a comunidade ?
 21. “Você acha que esses grupos fazem diferença aqui na Vila? Se sim, de que forma?”
 22. “Se pudesse sugerir algo para esses movimentos sociais, o que você pediria para eles fazerem aqui?”
 - 23 Sobre movimentos sociais, quais são os movimentos sociais de fora da comunidade?? Quais são as formas de mobilização de dentro da comunidade? P.ex. da Igreja, da cozinha?? Quais são as diferenças entre os dois?**
-

BLOCO 3: Realidade Cotidiana da Comunidade

24. “Como é o dia a dia aqui na Vila para você e sua família? Pode citar pontos positivos de viver aqui?”.
25. “As pessoas da comunidade costumam ajudar uns aos outros? Pode me dar exemplos de como isso acontece?”
26. “Quais são os maiores desafios que você enfrenta no dia a dia morando aqui?”

27. “Como você percebe a Vila Parolin em relação às condições de moradia, infraestrutura e qualidade de vida?”

BLOCO 4: Relação dos Moradores com o espaço urbano e infraestrutura urbana.

(Identificar a história dos antigos, os primeiros moradores, quando começou a comunidade... Como foi a transição de uma área rural para uma área urbana, o processo de urbanização.. Como era a fazenda que existia aqui... a relação com os proprietários... se os primeiros moradores foram trabalhadores da fazenda?... o que cultivava. Identificar os antigos e ver se pode conversar com eles.. ver se tem fotos de antigamente ou documentos).

28. Você e sua família têm acesso ao saneamento básico (água potável, esgoto e coleta de lixo)?

29. “Você acha que os espaços públicos da Vila, como ruas, praças ou outros lugares, são bons para as pessoas usarem? O que poderia ser diferente?”

30. “Se você pudesse mudar algo na Vila Parolin, o que seria? E por quê?”

- Gostaria de deixar mais algum comentário ou algo que você acha importante e não perguntei?”

APÊNDICE 3- MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Práticas urbanas insurgentes e a construção da noção de justiça socioambiental e climática: Contribuições a partir de relatos e experiências na Vila Parolin, Curitiba/PR

Pesquisador responsável: Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa

Pesquisador/a assistente: Camila Pinheiro Rocha

Local da Pesquisa: Sede do Observatório de Conflitos Socioambientais, Campus da Reitoria, Universidade Federal do Paraná.

Endereço: R. XV de Novembro, 1299, Prédio D. Pedro I, sala 912 - Centro, Curitiba - PR, 80060-000

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. **Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento sem que isto lhe traga prejuízo algum.**

A pesquisa intitulada: Movimentos socioambientais urbanos como unidades de fortalecimento da luta por justiça socioambiental: uma experiência sensível na Vila Parolin em Curitiba PR tem como objetivo: Investigar os desafios socioambientais enfrentados pela comunidade da Vila Parolin, em Curitiba, com ênfase nas questões relacionadas à habitação, infraestrutura urbana e nas condições socioambientais e climáticas. Busca compreender: I) A percepção dos moradores sobre os problemas socioambientais locais; II) A atuação dos movimentos sociais na comunidade; III) A realidade da vida cotidiana na comunidade, bem como as interações sociais; IV) A relação entre os moradores e o espaço urbano. A pesquisa terá duração de 2 anos, com previsão de encerramento em abril de 2025.

Participando do estudo você está sendo convidado/a a responder a perguntas de um roteiro de entrevistas **semiestruturado**, que será aplicado pelo/a pesquisador/a.

Observações:

- Esclarecer a necessidade de deslocamento, se a entrevista será online ou **presencial**.
- As entrevistas têm uma estimativa de duração de 45 min a 1 horas e serão gravadas em áudio e vídeo pela Plataforma Microsoft Teams ou gravador, fornecida pela Universidade Federal do Paraná. As gravações serão armazenadas exclusivamente pela pesquisadora e seu orientador, ficando em sua posse durante um período de cinco anos após o término da

pesquisa, constituindo parte do Banco de Dados do Observatório de Conflitos Socioambientais.

Desconfortos e riscos: Trata-se de uma pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, há riscos controlados na medida em que pretendemos realizar a gravação das entrevistas e os arquivos ficarão sob a guarda dos pesquisadores vinculados ao Observatório de Conflitos Socioambientais da UFPR. O entrevistado também pode se sentir desconfortável ou cansado com a aplicação do roteiro semiestruturado de entrevistas, outros dois riscos a serem considerados.

Os riscos serão compensados com a desidentificação dos entrevistados nas publicações posteriores e a possibilidade de pausas ou intervalos durante a aplicação do roteiro semiestruturado de entrevistas. Em caso de desconforto de qualquer espécie, o entrevistado pode solicitar a qualquer momento aos pesquisadores a interrupção da entrevista e a desistência de sua participação, o que será prontamente atendido. Ainda, os entrevistados poderão ter o benefício de receber contribuições atuais ou potenciais da pesquisa para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para a sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida, a partir do respeito aos direitos civis, sociais, culturais e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após o seu término, sob responsabilidade dos pesquisadores responsáveis (Resol. 466/2012 e 510/2016).

Sigilo e Privacidade: Você tem o direito de que sua identidade será mantida em sigilo e a garantia do resguardo das informações dadas em confiança e a proteção contra a sua revelação não autorizada.

() Permito a gravação de imagem, som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade do(s) pesquisador(es), que se compromete(m) em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

() Permito a gravação de imagem, som da voz e/ou depoimentos para constituírem acervo e banco de dados do Observatório de Conflitos Socioambientais da UFPR para divulgação de ações institucionais e futuras pesquisas no mesmo tema dessa pesquisa.

Ressarcimento e Indenização: Por se tratar de entrevistas voluntárias, em que não há deslocamento por parte dos/as entrevistados/as, não há previsão de ressarcimento de despesas para o/a entrevistado/a da realização desta pesquisa. No entanto, eventuais despesas ficarão a cargo dos pesquisadores. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato: Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o **pesquisador responsável**: Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, no endereço do Observatório de Conflitos Socioambientais, pelos telefones: (41) 3350-5764 ou (41) 99595 9315, ou pelo e-mail: rodolfolobato@ufpr.br; ou com o/a pesquisador/a assistente: Camila Pinheiro Rocha, no endereço do Observatório de Conflitos Socioambientais, pelos telefones (62)986250416, ou pelo e-mail: camilarocha031@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais do Setor de Ciências Humanas (CEP/CHS) da Universidade Federal do

Paraná, rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094 ou pelo e-mail cep_chs@ufpr.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP): O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Este documento é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo/a pesquisador/a e pelo/a participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFPR sob o número CAAE nº [campo a ser preenchido após a aprovação] e aprovada com o Parecer número [campo a ser preenchido após a aprovação] emitido em [data - campo a ser preenchido após a aprovação].

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas informo que aceito participar.

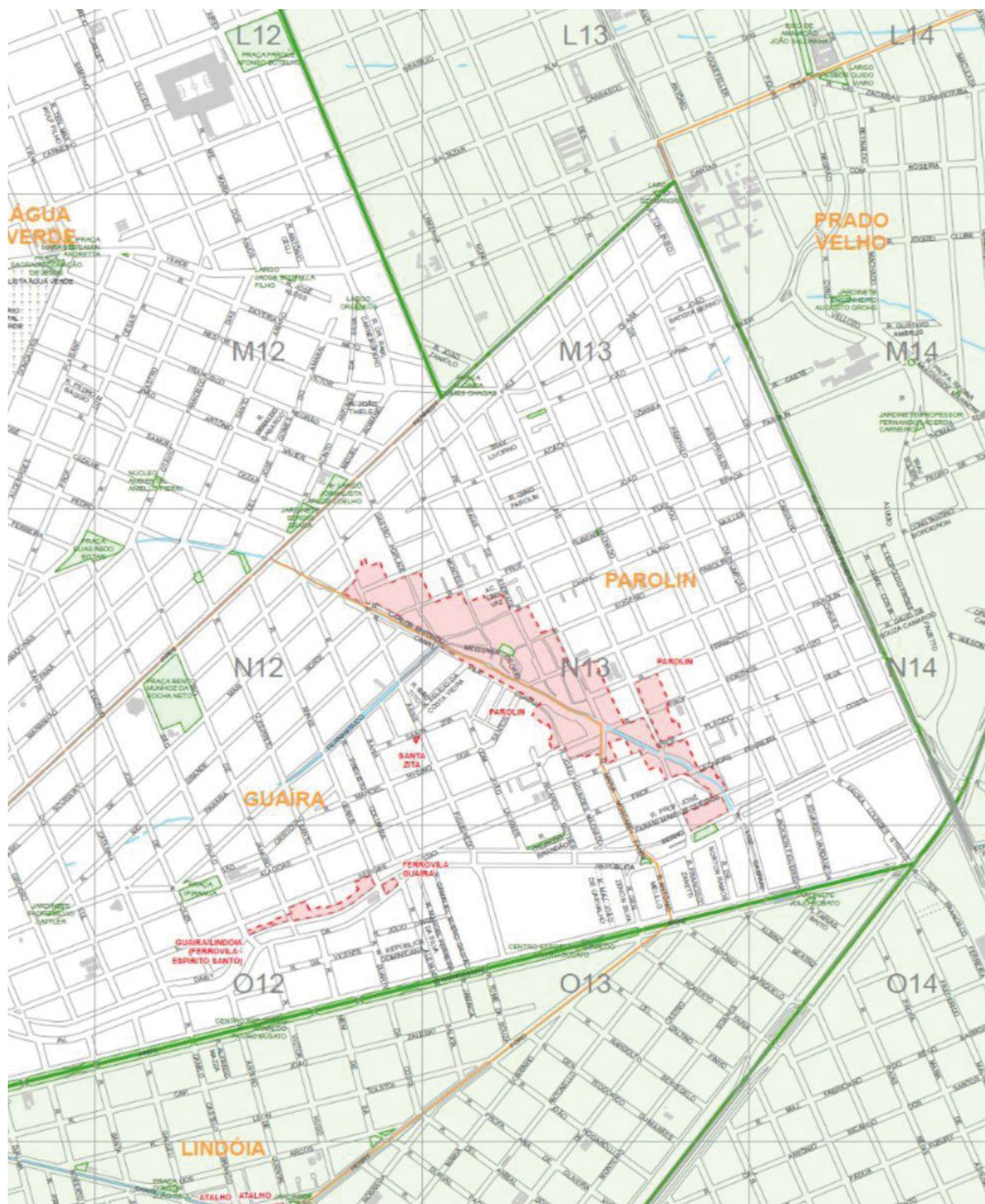
Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: ____/____/____.

ANEXOS

ANEXO 1- MAPA AMPLIADO: OCUPAÇÕES IRREGULARES- PAROLIN



LEGENDA

	ASSENTAMENTO SEM REGULARIZAÇÃO
	ASSENTAMENTO EM REGULARIZAÇÃO
	LOTEAMENTO CLANDESTINO SEM REGULARIZAÇÃO
	LOTEAMENTO CLANDESTINO EM REGULARIZAÇÃO
	ARRUAMENTO
	ARRUAMENTO NÃO IMPLANTADO
	PRAÇAS E JARDINETES
	PARQUES E BOSQUES
	CEMITÉRIO
	FERROVIA
	HIDROGRAFIA - RIOS
	HIDROGRAFIA - LAGOS E REPRESAS
	HIDROGRAFIA - CAVAS E VARZEAS
	DIVISA DE BAIRROS
	DIVISA DE REGIONAIS
	DIVISA DE MUNICÍPIOS

FONTE:

OCUPAÇÕES IRREGULARES: COHAB, 2019
ARRUAMENTO: IPPUC, 2021
ARRUAMENTO RMC: COMEC, 2005

ESCALA 1:10.000



ELABORAÇÃO
setembro / 2021